

**Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS**  
**Anna Paula Lemos Santos Peres**

**Desigualdades, trabalho e gênero: Transgressões nas relações laborais no  
contexto do movimento sindical de trabalhadores do setor metalúrgico**

Montes Claros (MG)

2015

**Anna Paula Lemos Santos Peres**

**Desigualdades, trabalho e gênero: Transgressões nas relações laborais no contexto do movimento sindical de trabalhadores do setor metalúrgico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciene Rodrigues.

Montes Claros (MG)

2015

P438d Peres, Anna Paula Lemos Santos.  
Desigualdades, trabalho e gênero [manuscrito] : transgressões nas relações laborais no contexto do movimento sindical de trabalhadores do setor metalúrgico / Anna Paula Lemos Santos Peres. – Montes Claros, 2015.  
111 f. : il.

Bibliografia: f. 98-103.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.

1. Trabalho. 2. Mulheres – *provas* – desafios. 2. Gênero. 3. Desigualdades sociais. 4. Movimento sindical - Setor metalúrgico – Transgressão. I. Rodrigues, Luciene. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Transgressões nas relações laborais no contexto do movimento sindical de trabalhadores do setor metalúrgico.

**Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**  
**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS**

A dissertação de mestrado intitulada “Desigualdades, Trabalho e Gênero: Transgressões nas relações laborais no contexto do movimento sindical de trabalhadores do setor metalúrgico”, de autoria da mestrande Anna Paula Lemos Santos Peres, apresentada e defendida em 30 de março de 2015, foi aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciene Rodrigues – Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cláudia Maia – UNIMONTES

Prof. Dr. Cassimiro Manuel Marques Balsa - CESNOVA

Prof. Dr. Roney Versiani Sindeaux – UNIMONTES

Dedico este trabalho a minha amada amiga Mara Letícia. Por sua força, sua fé, sua esperança e seu exemplo no enfrentamento das provas que a vida lhe impôs.

## AGRADECIMENTOS

O tão esperado momento do agradecimento chegou enfim!

Agradeço primeiramente a Deus porque foram nossas conversas e suas manifestações em minha vida que me fizeram chegar até aqui. Ao meu marido Roberto Felipe, por todo o amor, incentivo e confiança na minha capacidade pessoal. Ao meu filho Caio, simplesmente por existir. Aos meus pais, Milton e Maria Helena, pelo apoio incondicional durante toda minha vida. Aos meus irmãos Lílian, Júnior e Pedro por sempre estarem ao meu lado e acreditarem em mim. A minha sogra Rosângela, pelo carinho e dedicação ao Caio nos momentos em que eu não podia estar presente. Ao meu sogro Nivaldo e aos meus cunhados (as) Renato, Ludimila, Augusto, Carolina e Felipe pelo apoio e compreensão das ausências. A minha sobrinha Luísa por sua alegria cativante.

Minha sincera gratidão aos amigos e amigas que de alguma forma participaram desta jornada, seja contribuindo com uma palavra de incentivo, seja ouvindo minhas angústias, seja silenciando e simplesmente me demonstrando compreensão. Ao amigo Dalton Caldeira Rocha pelos bons conselhos de sempre, inclusive o que me levou a tomar esta direção. Ao Carlos Fernando Xavier pelo auxílio na elaboração dos gráficos, quadros e tabelas.

Aos colegas do Núcleo de Orientação à Monografia Jurídica das Faculdades Pitágoras de Montes Claros que se dispuseram a me substituir quando necessário, aos quais importunei incessantemente na ânsia de falar sobre tudo o que eu estava absorvendo no mestrado, especialmente ao professor Leandro Luciano da Silva, pela generosidade em compartilhar os seus conhecimentos.

Aos professores do PPGDS. Agradeço de forma especial ao professor Dr. Gilmar Ribeiro e à professora Dra. Sarah Jane Alves Durães. Este mestrado significou um divisor de águas na minha vida e vocês foram essenciais nesta transição. A minha querida orientadora Dra. Luciene Rodrigues. Para além da sua competência, sua elegância na condução desta orientação me fez perceber a professora que um dia eu quero ser. Obrigada por tudo!

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, Dra. Sarah Jane Alves Durães, Dr. Roney Versiani Sindeaux. Dra. Cláudia Maia e Dr. Cassimiro Manuel Marques Balsa, agradeço por disporem do seu tempo para leitura deste trabalho e por toda a valiosa contribuição para a sua melhoria. À secretária do PPGDS, especialmente à Fernanda, pela gentileza e educação com a qual sempre fui recebida.

Aos meus colegas do mestrado, pois levo no coração os novos amigos que fiz para a vida inteira. Aos diretores e diretoras do SINDMETALMOC por se disporem a contribuir de todas as formas necessárias para que este trabalho pudesse ser realizado e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta dissertação se concretizar: OBRIGADA!

## RESUMO

Desde suas origens a organização sindical vivenciou grandes conquistas, contudo nesta segunda década do século XXI, ainda enfrenta desafios no que refere à promoção de relações sociais de gênero mais igualitárias. No Brasil ainda há assimetrias de gênero entre filiação e ocupação de cargos diretivos em várias categorias sindicais. A presente pesquisa discute as desigualdades de classe e gênero e tem como foco as transgressões de mulheres para ocupar cargos aonde “não deveriam estar”. Em termos gerais, o estudo busca compreender o aspecto da transgressão quanto ao que aconteceu na trajetória de vida dessas mulheres que as impulsionaram nesta direção e como tais circunstâncias afetam o desenvolvimento social. Em termos específicos, o estudo procura (i) historiar o processo de organização dos trabalhadores e as desigualdades de gênero no movimento sindical em geral, com destaque para as transformações tecnológicas e suas consequências para o movimento sindical no Brasil de modo a compreender o Sindicato dos Metalúrgicos no contexto do Novo Sindicalismo brasileiro; (ii) apresentar teorias referentes a trabalho, gênero e poder; (iii) conhecer a trajetória de algumas mulheres inseridas em diretorias de entidades sindicais com bases majoritariamente masculinas tal como a do sindicato do setor da indústria metalúrgica no intuito de identificar *provas* ou desafios comuns experimentados pelas mesmas ao longo de suas trajetórias de vida; (iv) compreender a resposta singular dessas mulheres aos desafios enfrentados na transposição dessas desigualdades de gênero em organizações de representação dos interesses dos trabalhadores e como estas situações de provação influenciaram para a inserção delas no quadro diretor dessas organizações. No que refere aos procedimentos metodológicos, para responder aos objetivos propostos, escolheu-se uma Organização Sindical dos trabalhadores a partir dos seguintes critérios: (a) que fosse representativo de um setor majoritariamente masculino, isto é, com maior proporção de trabalhadores homens; (b) num campo profissional com forte divisão sexual do trabalho; (c) com assimetrias de gênero para o exercício da mesma função; e, (d) com os cargos da base diretiva compostos majoritariamente por trabalhadores do sexo masculino. Em termos do referencial teórico, o estudo centra nas categorias trabalho e gênero para discutir reestruturação produtiva e impactos das mudanças tecnológicas sobre a organização o trabalho e sindical; gênero e poder; papéis de gênero no mundo laboral, inserção das mulheres no mercado de trabalho e desigualdade de gênero nas relações laborais; divisão sexual do trabalho e a segregação profissional; participação das mulheres em cargos de poder nas organizações de trabalhadores. Com aporte na sociologia da individuação, busca-se compreender o enfrentamento das desigualdades de gênero no mundo laboral por meio do operador analítico *prova*. O operador é utilizado para analisar dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres no cotidiano e na estrutura das relações laborais e as respostas delas a tais desafios. As provas comuns identificadas na trajetória de vida das mulheres diretoras relacionam-se à família, escola, trabalho e à relação consigo mesma. Verificou-se que, a trajetória profissional propiciou uma mudança de consciência nas mesmas que as aproximou da atividade sindical diante da possibilidade de se verem privadas do trabalho. Esta proatividade despertou a atenção dos dirigentes do sexo masculino que, então, convidaram as mulheres para participarem das chapas que concorreriam à diretoria. Agregados, estes fatores se mostraram determinantes para que elas integrassem o quadro diretivo da entidade sindical.

**Palavras-chave:** Trabalho; gênero; desigualdades sociais; transgressão; movimento sindical; *provas*.



## ABSTRACT

Since its beginning, the trade union organization has accomplished great conquests, yet in the second decade of the 21st century it still faces challenges when it comes to the promotion of gender equality social relations. In Brazil there still are gender asymmetries between the number of affiliates and the filling of directive posts in several union categories. This research discusses the inequality of classes and gender, and focuses on the women transgression of occupying posts where “they should not be”. In general, this essay intends to comprehend the aspect of such transgression in the sense of what has happened in the lives of these women that made them go towards this direction and how such aspects affect the social development. Being more specific, the text intends (i) make a historical path of the workers organization process and the gender inequality in the union trade movement, with highlight in the technological transformations and their consequences to the union trade movement in Brazil making it possible to comprehend the Metallurgical Union in the context of the new Brazilian unionism; (ii) present theories referring to labor, gender, and power (iii) to learn about the life trajectory of some women inserted in the directory board of entities in which major basis being men as well as the trajectory of the metallurgic union with the purpose of identifying the challenges faced by these women through their life trajectory (iv) comprehend these women’s singular answer to the challenges faced during the transposition of such gender inequalities found in the unions and how these challenging situations have influenced in their insertion in the directory board of these organizations. In relation to methodological procedures, to achieve the proposed goals, the union organization was chosen based on the following criteria: (a) that it was a representative of a masculine sector in its majority, that is with a bigger proportion of men workers; (b) in a professional field with strong sexual division of the work; (c) with gender asymmetries in the performance of the same function; (d) with the posts of the directive basis being filled, in its majority, by men workers. In terms of theoretical referral, the study centers in the work and gender categories to discuss productive restructure and the impact of the technological changes on the labor and union organization; gender and power; gender roles in the labor world, women insertion in the labor market and gender inequality in labor relations; sexual division of the work and professional segregation; women participation in directive posts within the unions. Based on the individuation sociology, this essay aims to comprehend the confrontation of gender inequality in the labor world through the analytical operator called proof. The operator is used to analyze the difficulties and challenges faced by women in the day-by-day life and in the structure of the labor relations as well as their answer to such challenges. The usual proof identified in the life trajectory of the director women relates to family, school, job and also to herself. It was verified that the professional trajectory has propitiated their consciousness change which has approached them to the union activity in the face of the possibility to find themselves deprived from the job. This proactivity had evoked the attention of the masculine directors who invited the women to be part of the elective slates that would be disputing the union directory posts. All together, these factors determined their inclusion in the directive board of the social entity.

**Keywords:** Labor; gender; social inequality; transgression; union trade movement; proofs.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 Registros iconográficos das primeiras assembleias do SINDMETALMOC 198[?]	69
FIGURA 2 Registros iconográficos das primeiras assembleias do SINDMETALMOC 198[?]	69

### **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 Número de Trabalhadores Metalúrgicos segundo o setor e o sexo – Brasil 2002 a 2010	54
--	----

### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 Proporção de associados entre homens e mulheres sobre o universo do total de associados para os trabalhadores(as) formais [em termos percentuais – 1998, 2002 e 2006]	48
QUADRO 2 Participação das Mulheres em Direções Sindicais [2010]	50
QUADRO 3 Direções executivas dos sindicatos de Pernambuco segundo o sexo – 1999	51
QUADRO 4 Mulheres na Composição das Diretorias do SINDMETALMOC - 1982 a 2014	73
QUADRO 5 Mulheres na Composição das Diretorias do SINDMETALMOC após Reestruturações - 1982 a 2014	75
QUADRO 6 Perfil das Mulheres Diretoras do SINDMETALMOC – 1982 a 2014	77

### **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 Variação anual e variação acumulada do número de ocupados no ramo metalúrgico, segundo sexo - Brasil - 2002 a 2010	54
TABELA 2 Total de dirigentes e número de entrevistadas segundo sindicato Estado de São Paulo em 2011	55
TABELA 3 Composição da base da categoria representada pelo SINDMETALMOC segundo o sexo em termos absolutos para o ano de 2013	104
TABELA 4 Composição da base da categoria representada pelo SINDMETALMOC segundo o sexo em termos percentuais para o ano de 2013	105

## SUMÁRIO

	<b>Introdução</b>	11
1	<b>Organização dos trabalhadores e desigualdades de gênero no movimento sindical</b>	16
1.1	Trabalho e gênero como categoria de análise	16
1.1.1	Breve histórico do movimento sindical em âmbito mundial	19
1.2	Origens históricas, especificidades ideológicas e estruturais do movimento sindical no Brasil	23
1.2.1	Estado e movimento sindical no Brasil	26
1.2.2	O Sindicato dos Metalúrgicos no contexto do Novo Sindicalismo brasileiro	29
1.2.3	Movimento sindical brasileiro no auge das políticas neoliberais: da confrontação à negociação	32
1.3	Participação das mulheres no movimento sindical brasileiro	33
1.3.1	Desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho e seus reflexos nas diretorias das entidades sindicais no Brasil	36
2	<b>Trabalho, gênero e poder no movimento sindical brasileiro</b>	38
2.1	Evolução tecnológica e seus desafios para o movimento sindical no Brasil	38
2.1.1	Processos de organização do trabalho	39
2.1.2	Heterogeneização da classe trabalhadora e integração das mulheres no mercado de trabalho	42
2.1.3	Centralidade da categoria trabalho e a nova morfologia da classe trabalhadora	43
2.2	Ações afirmativas no combate às desigualdades de gênero: Política de cotas no quadro diretivo do sindicalismo brasileiro	46
2.2.1	Composição das bases e das diretorias das categorias profissionais	48
2.3	Participação feminina nas diretorias dos sindicatos dos trabalhadores na indústria metalúrgica brasileira	53
3	<b>Procedimentos metodológicos da pesquisa</b>	57
3.1	Referencial analítico	57
3.1.1	Sociologia da individuação	57
3.1.2	O operador analítico <i>provas</i>	61
3.1.3	Etapas do processo de investigação	63
3.2	Unidade de análise: o SINDMETALMOC	66
3.2.1	Limites territoriais e categoria profissional representada pelo SINDMETALMOC	70
4	<b>Trabalho, gênero e transgressão das desigualdades no SINDMETALMOC</b>	72

4.1	Participação feminina nos cargos de poder no SINDMETALMOC	72
4.2	Desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho no campo profissional e na diretoria do SINDMETALMOC	78
4.3	Provas nas relações de classe e gênero nas trajetórias de vida das mulheres diretoras	80
4.3.1	Provas na trajetória familiar	81
4.3.2	Provas na trajetória escolar	83
4.3.3	Provas na trajetória profissional	85
4.3.4	Construção da identidade pessoal	89
4.4	Iniciativa dos dirigentes do sexo masculino	92
	<b>Conclusão</b>	94
	<b>Referências</b>	98
	<b>Apêndices</b>	104

## INTRODUÇÃO

Os sentidos e significados do trabalho devem ser compreendidos considerando um determinado tempo e contexto histórico. Torna-se questão irremediável discuti-los quando o debate versa sobre a centralidade desta categoria de análise.

A dimensão ontológica do trabalho que o elevava a atividade vital do ser humano foi reduzida com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção e o sentido do trabalho passou a ser sinônimo de emprego – quantidade de tempo pago pela execução de uma atividade determinada. As constantes transformações no mundo do trabalho continuam a influenciar e neste início de século XXI autores como Antunes (2007) propõem uma concepção ampliada para o sentido do trabalho em razão da evolução tecnológica, da inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e seus reflexos nas relações laborais.

A organização sindical é a manifestação de uma estratégia de resistência do movimento operário que visa constituir um ser coletivo corporificado no sindicato com a finalidade de defender os interesses dos trabalhadores. Desde suas origens a organização sindical vivenciou grandes conquistas, contudo nesta segunda década do século XXI, ainda enfrenta desafios no que refere à promoção de relações sociais de gênero mais igualitárias, a começar pela definição de papéis sociais no mundo do trabalho e para além dele.

A divisão sexual do trabalho é um fenômeno cultural que distingue papéis reconhecendo os homens como provedores e as mulheres como cuidadoras no âmbito doméstico. Tais estereótipos de gênero são transpostos para o mundo laboral, o que não raro faz com que determinadas profissões ou ocupações sejam associadas ao masculino e outras ao feminino. Assim, a divisão sexual do trabalho é alvo de pesquisas que a relacionam à segregação das mulheres a postos de trabalho precarizados no âmbito laboral.

O ingresso e a ascensão profissional feminina no mundo laboral ficam, em grande medida, marcados por essas determinações sociais que hierarquizam e produzem assimetrias entre homens e mulheres. Essas desigualdades podem se expressar de vários modos tais como em salários inferiores percebidos pelas mulheres em relação aos homens quanto à ocupação das mesmas funções; necessidade de maior escolarização das mulheres em relação aos homens para exercer as mesmas funções; pequena participação da força de trabalho feminina nos cargos de chefia nas organizações, entre outros.

Essas assimetrias de gênero e divisão sexual do trabalho da sociedade em geral refletem no âmbito da organização geral dos trabalhadores, nas relações sociolaborais dentro do movimento sindical. No Brasil, a partir da década de 70, impulsionadas pelo espírito do

movimento feminista, as mulheres procuraram engajar-se nas entidades de classe com vistas a alcançarem melhores condições de vida e de trabalho. Desde então uma alteração é percebida nas pautas de reivindicação e negociação que, motivadas pelos altos índices de filiação feminina, começaram a considerar os interesses das mulheres trabalhadoras.

Os sindicatos, contudo, são espaços dos quais as mulheres são historicamente excluídas. Assim, o destacado aumento da filiação das mulheres nestas entidades não se reflete em termos de ocupação de cargos diretivos. Apesar da política de cotas, recepcionada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1993 e pela Força Sindical em 1997, as confederações, federações e sindicatos não a aplicam efetivamente. Assim, as mulheres têm uma participação restrita nas diretorias das entidades sindicais principalmente naquelas cujas bases das categorias são majoritariamente masculinas.

Os estudos que buscam aprofundar-se nesse tema comumente se esforçam em compreender e explicar os motivos desta restrita participação feminina nas diretorias das entidades sindicais. A presente pesquisa, entretanto, centraliza sua investigação nas mulheres que ocupam tais posições, de forma mais específica, nas mulheres que ocupam cargos de direção em entidades sindicais cujas bases das categorias sejam majoritariamente masculinas. Quais as transgressões destas mulheres para ocupar cargos aonde “não deveriam estar”?

Em termos gerais, o estudo busca compreender o aspecto da transgressão quanto ao que aconteceu na trajetória de vida dessas mulheres que as impulsionaram nesta direção e como tais circunstâncias afetam o desenvolvimento social a partir de uma análise histórica da participação das mulheres nos movimentos sindicais, as suas transformações, conquistas e desafios. Em termos específicos, o presente estudo procura (i) historiar o processo de organização dos trabalhadores e as desigualdades de gênero no movimento sindical em geral, com destaque para as transformações tecnológicas e suas consequências para o movimento sindical no Brasil de modo a compreender o Sindicato dos Metalúrgicos no contexto do Novo Sindicalismo brasileiro; (ii) apresentar teorias referentes a trabalho, gênero e poder; (iii) conhecer a trajetória de algumas mulheres inseridas em diretorias de entidades sindicais com bases majoritariamente masculinas tal como a do sindicato do setor da indústria metalúrgica no intuito de identificar *provas* ou desafios comuns experimentados pelas mesmas ao longo de suas trajetórias de vida; (iv) compreender a resposta singular dessas mulheres aos desafios enfrentados na transposição dessas desigualdades de gênero em organizações de representação dos interesses dos trabalhadores e como estas situações de provação influenciaram para a inserção delas no quadro diretor dessas organizações.

No que refere aos procedimentos metodológicos, para responder aos objetivos propostos, escolheu-se uma Organização Sindical dos trabalhadores a partir dos seguintes critérios: (a) que fosse representativo de um setor majoritariamente masculino, isto é, com maior proporção de trabalhadores homens; (b) num campo profissional com forte divisão sexual do trabalho; (c) com assimetrias de gênero para o exercício da mesma função; e, (d) com os cargos da base diretiva compostos majoritariamente por trabalhadores do sexo masculino. A partir desses critérios e da análise dos dados Rais/CAGED, elegeu-se o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Siderúrgica, Fundição, Reparo e Acessório de Veículos, Montagens de Painéis Elétricos e Eletrônicos, de Material Elétrico e de Informática de Montes Claros e Região – o SINDMETALMOC, com sede na cidade de Montes Claros – MG, como espaço de investigação empírica.

O SINDMETALMOC foi fundado em 1982. A base da categoria que representa abrange um total de 6530 trabalhadores e trabalhadoras dos quais 6289 (96,28%) são do sexo masculino e 243 (3,72%) são do sexo feminino. Em termos de número de filiados, há 784 filiados, sendo que desse total 672 (85,71%) são do sexo masculino e 112 (14,28%) são do sexo feminino. No campo de atuação profissional destes trabalhadores, a divisão sexual do trabalho se manifesta a partir da segregação das mulheres a postos de trabalho precarizados e da distinção em termos de jornada de trabalho para as mesmas funções. O quadro diretivo deste sindicato é composto majoritariamente por homens sendo que o percentual máximo de cargos ocupados por mulheres, considerando proporcionalmente o número total de cargos diretores disponíveis, alcançou 14,28% no triênio 2006/2009 nunca atingindo o percentual mínimo de 30% estabelecido.

Em termos de referencial teórico, os autores utilizados para discutir movimento sindical, trabalho e reestruturação produtiva foram Antunes (1988; 2000; 2005; 2011), Engels e Marx (1974), Frigotto (2008); Marx (1983; 1991) e Gorz (1982). Para discutir gênero e poder foram Scott (1989) e Louro (1997); os papéis de gênero no mundo laboral, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a desigualdade de gênero nas relações laborais foram discutidos com base em Bruschini (2007); Hirata e Kergoat (2007); Leone e Teixeira (2010); Sorj, Fontes e Machado (2007). Para discutir a divisão sexual do trabalho e a segregação profissional utilizou-se Bruschini (2007); Hirata e Kergoat (2007); Sorj, Fontes e Machado (2007); a participação das mulheres nos cargos de poder nas organizações de trabalhadores foi discutida considerando Araújo e Ferreira (2000); Bertolini e Kamada (2012); Castro (1995); Giuliani (2011) e Medeiros (2008). E, enfim, para discutir a questão das provas enfrentadas

pelas mulheres no cotidiano e na estrutura das relações laborais bem como as transgressões vivenciadas por elas o autor de referência foi Martuccelli (2007; 2010).

Trata-se de pesquisa de caráter exploratório. No processo de investigação foi empregada a pesquisa bibliográfica e documental com a finalidade de levantar e selecionar a literatura disponível sobre o movimento sindical, sua origem e sua história. Foram utilizados dados secundários transcritos na forma de tabelas, quadros e gráficos cujas fontes foram Teixeira e Pieratiele (2008); Leone e Teixeira (2010); Medeiros (2008); pesquisas feitas em parceria entre a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – a CNM/CUT, (2010) entre a Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da CUT São Paulo – a FEM/CUT SP (2011) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – o DIEESE, para evidenciar como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho e a segregação profissional repercutiram no contexto diretivo da organização sindical e, conseqüentemente, na restrita participação feminina nos cargos de direção do movimento sindical.

A pesquisa documental foi utilizada, ainda, junto aos arquivos do SINDMETALMOC visando compreender suas origens históricas, informações quantitativas acerca do número de filiados, gênero dos trabalhadores sindicalizados, funções exercidas na empresa, entre outros de modo a extrair informações que possibilitassem compreender a dinâmica da organização de representação da classe trabalhadora, sua diretoria bem como estabelecer o perfil da mulher diretora desta entidade sindical.

A vista desses dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a Diretores, homens e mulheres, utilizadas como recurso metodológico com o objetivo de recuperar a memória destes diretores e levantar alguns dos fatores determinantes para a inserção destas mulheres no quadro diretivo do SINDMETALMOC, um lugar de poder, de transgressão social de papéis de gênero e da divisão sexual do trabalho no mundo laboral. As dimensões analíticas das situações de provação nas trajetórias de vida das Mulheres Diretoras, são de três tipos: Provas na trajetória familiar; Provas na trajetória escolar; e, Provas na trajetória profissional.

O texto encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro começa com uma discussão conceitual das categorias Trabalho e Gênero e as desigualdades neste campo. Em seguida, é feita uma análise acerca das origens históricas do movimento sindical em âmbito mundial e nacional, enfatizando as influências político-ideológicas para sua trajetória e conformação atual no Brasil. Ainda neste capítulo analisa-se a influência do movimento feminista para o ingresso de mulheres na organização sindical no Brasil destacando as



desigualdades de gênero que afloraram desta circunstância. Busca-se contextualizar e analisar alguns dos fatores que influenciam para que a participação das mulheres nas diretorias das entidades sindicais seja restrita.

No segundo capítulo a discussão teórica parte da centralidade da categoria trabalho considerando a reestruturação produtiva, a nova morfologia da classe trabalhadora, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e seus reflexos para a organização sindical. Construindo um panorama geral acerca da composição das bases das categorias profissionais e das diretorias das entidades sindicais permite compreender como se dá a participação feminina em termos quantitativos. Considerando a existência das mulheres na direção de entidades sindicais cujas bases das categorias são majoritariamente masculinas, propõe, com aporte na sociologia da individuação, uma compreensão do enfrentamento das desigualdades de gênero no mundo laboral com base no operador analítico *prova*.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos explicitando o operador utilizado na pesquisa com base na sociologia da individuação e no operador analítico *prova*. Apresenta as etapas do processo de investigação e os critérios de seleção da organização trabalhista selecionada para a pesquisa. É feita uma breve descrição das origens históricas, das fronteiras de atuação do SINDMETALMOC para, no quarto capítulo, apresentar a pesquisa empírica realizada com os dirigentes do SINDMETALMOC. O perfil da mulher dirigente deste Sindicato foi estabelecido a partir da pesquisa documental realizada junto aos documentos dos registros de chapas, de atas de eleição, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, atas de reunião ordinárias e extraordinárias, cartas de renúncia, convocação. Apresenta-se a análise das entrevistas semi-estruturadas a partir das provas enfrentadas pelas mulheres dirigentes ao longo de suas trajetórias de vida nas dimensões: família, escola, trabalho e a relação consigo mesma.

Ao final, são apontadas algumas considerações a título de conclusão. O trabalho mostrou que as respostas singulares dadas por cada uma das entrevistadas às provas acima tal como a iniciativa dos dirigentes do sexo masculino em convidar e aquiescer com a presença das mesmas na diretoria do SINDMETALMOC foram determinantes para que estas mulheres ocupassem cargos na diretoria desta entidade sindical. Tal convite, comum também aos homens que integram a diretoria em questão, aconteceu somente em razão da proatividade destas mulheres uma vez que a prova identificada em suas trajetórias profissionais - o trabalho e mais precisamente a possibilidade de se verem privadas dele - provocou nas entrevistadas uma mudança de consciência capaz de impulsioná-las a aproximarem-se do movimento sindical e aceitarem o convite para integrar a diretoria do SINDMETALMOC.

## **1. Organização dos trabalhadores e desigualdades de gênero no movimento sindical**

A compreensão do modo como as mulheres foram conquistando espaço no mundo do trabalho, em particular nas organizações de trabalhadores, na ocupação de cargos de direção em entidades sindicais cujos postos eram de domínio masculino requer conceituar as categorias-chaves do estudo (trabalho, gênero), historiar, em grandes linhas, o surgimento do movimento sindical, suas matrizes ideológicas e a influência do movimento feminista para o envolvimento das mulheres no sindicalismo. Requer, ainda, discutir a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho a fim de compreender como estas circunstâncias refletem nas organizações sindicais. Este constitui o cenário para, em seguida, refletir sobre alguns impasses do sindicalismo contemporâneo, como a questão da alteração na morfologia da classe trabalhadora e seus impactos na organização sindical.

### **1.1 Trabalho e gênero como categoria de análise**

A palavra trabalho tem sua origem etimológica no latim *tripalium* que significa “aparelho dotado de três estacas cujo acionamento torturava o operador”. (GORZ, 1982, p. 09). Em seu sentido ontológico, trabalho remonta a um processo entre o humano e a natureza por meio do qual os seres humanos se fazem existir. O trabalho humano se distingue do trabalho executado instintivamente por um animal porque é realizado de maneira consciente, ou seja, com um propósito concebido antes de ser executado. Assim, o trabalho humano pode ser compreendido como uma vontade orientada a um fim. Através do trabalho, o ser humano modifica a realidade em seu entorno. (MARX, 1983; FRIGOTTO, 2009).

Torna-se necessário na evolução da pesquisa considerar a dimensão de classe social, conforme será explicitado adiante no 1.1.1, para exercer a análise da categoria trabalho compreendendo que a crítica marxista pressupõe que o pensamento liberal está preso ao interesse de uma classe social específica, ou seja, a burguesia. A lógica do sistema capitalista de produção é organizada a partir da separação radical entre as funções produtivas básicas, como também o controle do seu processo, o que transformou a força de trabalho - capacidade física e mental do trabalhador - em uma mercadoria (ANTUNES, 2009).

Na perspectiva acima, trabalho deixa de ter o sentido de atividade vital do ser humano para assumir o sentido de emprego remunerado, traduzindo-se em uma “quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica

resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como *não trabalho* o cuidar da casa, cuidar dos filhos, etc...” (FRIGOTTO, 2009, p.176).

Observa-se que a categoria trabalho ganha centralidade enquanto meio de integração social. Nas últimas décadas, contudo tal centralidade vem sendo questionada e uma mudança na concepção de trabalho se impõe diante das alterações vivenciadas no mundo do trabalho e no mercado de trabalho. Esta discussão será oportunamente retomada no segundo capítulo.

A palavra gênero denota uma distinção conceitual que causou discussões quanto à aceitação do termo. A sua origem etimológica é esclarecida por Haraway (2004, p. 209):

A raiz em inglês, francês e espanhol é o verbo latino *generare*, gerar, e a alteração latina *gener*, raça ou tipo. Um sentido obsoleto de ‘to gender’ em inglês é ‘copular’ (Oxford English Dictionary). Os substantivos ‘Geschlecht’, ‘Gender’, ‘Genre’ e ‘Género’ se referem a ideia de espécie, tipo e classe. ‘Gênero’ em inglês tem sido usado neste sentido ‘genérico’, continuamente, pelo menos desde o século quatorze. Em francês, alemão, espanhol e inglês, ‘gênero’ refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, ‘Gender’ e ‘Geschlecht’, referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração engendramento e assim por diante, ao passo que em francês e em espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente.

Os *estudos de gênero* foram precedidos pelos *estudos da mulher* de forma que o termo gênero “[...] foi desenvolvido como uma oposição a ‘sexo’, o primeiro designando o que é socialmente constituído, e o segundo o que é biologicamente dado.” (MARIANO, 2005, p. 490). Assim, gênero foi utilizado primeiramente para contrapor o chamado determinismo biológico nas relações entre os sexos, conferindo-lhes um caráter fundamentalmente social. Posições teóricas distintas evoluem e coexistem influenciando os estudos de gênero no seio do movimento feminista. Duas teorias, no entanto, merecem destaque.

Do ponto de vista da teoria marxista, tem-se que Marx e Engels não trataram de gênero de forma específica embora tenham escrito acerca da opressão capitalista sobre as mulheres no processo de formação das civilizações. Explicitaram que com a instituição da propriedade privada e da família monogâmica que naturalizou a divisão desigual do trabalho em razão do sexo, houve a repressão da sexualidade feminina e sua submissão ao poder masculino na figura do pai ou marido. Estes aspectos foram subsídios utilizados pelas feministas marxistas que anos mais tarde elaboraram uma *teoria da opressão* com fundamento na divisão das classes sociais. (OLIVEIRA, 2014). Acerca da contribuição da teoria marxista para os estudos de gênero, Haraway (2009, p. 211) explica que

O conceito feminista moderno de gênero não se encontra nos escritos de Marx e Engels, embora seus escritos e outras práticas, e as de outros da tradição marxista tenham oferecido instrumentos importantes, assim como barreiras, para as teorizações posteriores sobre gênero. [...] Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. Já que o conceito de gênero está tão intimamente ligado à distinção ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história, via distinção entre sexo e gênero, a relação das teorias feministas de gênero com o marxismo está vinculada à sorte dos conceitos de natureza e trabalho no cânone marxista e na teoria ocidental de modo mais geral.

Dentre outras críticas, a relevância e a contribuição do pensamento marxista para a questão de gênero são discutidas principalmente sob o aspecto de que considera a questão de gênero numa perspectiva puramente economicista, reduzindo o problema das mulheres à sua capacidade de trabalho. Nesta linha está a corrente pós-estruturalista que tem como expoente Joan Scott.

Em sua definição de gênero, Scott (1989, p. 21) esclarece que enquanto categoria de análise “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para compreender melhor esta definição que envolve relações de poder dentro da concepção de gênero, Louro (1997, p.31) esclarece que “homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças”. Desconstrói-se assim a noção de bipolarização masculino/feminino, dominante/dominado tendo em vista o pluralismo e o caráter transversal de gênero, pois “Os gêneros, se produzem, [...] nas e pelas relações de poder”. (LOURO, 1997, p. 41).

Nesta perspectiva, as relações de gênero seriam caracterizadas por relações de poder envolvidas em diversas situações, dentre outras, a divisão sexual do trabalho e suas consequências geradoras de desigualdade que são observadas nas relações laborais e se refletem nas organizações sindicais.

As mulheres vêm conquistando espaço no mundo do trabalho em particular nas organizações de trabalhadores e na ocupação de cargos de direção em entidades sindicais que eram de domínio masculino. A partir da compreensão histórica acerca do movimento sindical busca-se analisar alguns elementos que levam as mulheres a transgredir neste aspecto particular.

### 1.1.1 Breve histórico do movimento sindical em âmbito mundial

A partir do rompimento com o sistema de servidão, a sociedade se dividiu em duas classes fundamentais<sup>1</sup> que ficaram conhecidas como burguesia e proletariado<sup>2</sup>, processo que se deu de forma mais evidente na Inglaterra em razão da distinta industrialização vivenciada por aquele país. (SINGER, 1985). A separação dos trabalhadores dos seus meios de produção transformou-os de servos a proletários livres para escolherem a quem vender sua força de trabalho (MARX, 1983). Esta é a gênese da formação da classe operária.

Para Singer (1985, p. 04), a liberdade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho no mercado é relativa. Ele conceitua a classe operária como “[...] conjunto de pessoas desprovidas de propriedade ou de qualquer fonte de renda, que, por isso, são obrigadas a alugar sua capacidade de trabalhar [...]”. Percebe-se, portanto, que o fator liberdade é questionável uma vez que, em se tratando do proletariado, o trabalho assalariado tornou-se a única opção disponível para auferir renda, não havendo outra escolha. (SOARES, 1989).

A crescente substituição do trabalho humano (capital variável) pelas máquinas (capital constante) nas fábricas aumentou a composição orgânica do capital e desencadeou a criação de um exército de reserva. A criação deste contribuiu para a desvalorização dos salários pagos aos operários pelos donos dos meios de produção em razão da concorrência por postos de trabalho. O aviltamento dos salários chegou ao ponto de não suprir o mínimo necessário para o sustento dos operários e suas famílias, sendo bastante apenas para sua reprodução. (ENGEL; MARX, 1974).

A miséria atingia os operários de forma coletiva, mas as primeiras formas de resistência tiveram cunho individual e isolado porque naquele momento ainda não existia uma compreensão de classe por parte dos operários. Assim, os crimes e os roubos foram suas primeiras formas explícitas de manifestação de descontentamento como maneira de oporem-se àquela situação de escassez e opressão. (ENGELS; MARX, 1974). Isoladamente outras

---

<sup>1</sup> Ao introduzir a discussão sobre a formação da classe trabalhadora, Singer (1985, p. 05) faz a seguinte distinção: “A totalidade dos trabalhadores constitui [...] um conjunto demasiado heterogêneo para ser denominado de ‘classe’. Na verdade, ela é constituída por duas classes: a *pequena buguesia* (composta pelos trabalhadores autônomos) e a *classe operária* ou *proletariado* (composta pelos trabalhadores assalariados).” Por isso a alusão a duas classes *fundamentais* no texto.

<sup>2</sup> Borges (2007, p. 07) esclarece que “O termo burguesia deriva de burgos, que eram as pequenas localidades nos arredores dos feudos, onde viviam os comerciantes e os artífices - os germes dos futuros industriais”. Informa ainda o autor que “A expressão proletariado vem do latim da antiga Roma e designa os cidadãos que viviam à beira da miséria e que tinham uma prole numerosa.”

manifestações que ficaram conhecidas como boicote e sabotagem também foram realizadas pelos operários a fim de oporem-se aos donos dos meios de produção. (BORGES, 2007).

O desenvolvimento do maquinismo e sua introdução nas fábricas fez com que os operários passassem a resistir-lhes utilizando a força e unindo-se, ainda que momentaneamente, para a destruição das máquinas e estabelecimentos fabris. Tal fenômeno ficou conhecido como Luddismo<sup>3</sup> (BORGES, 2007) e com esta iniciativa uma consciência de classe começou a germinar. Mas esta forma de oposição não se mostrou suficiente, visto que tinha por consequência transformar os operários em “delinquentes” (ENGELS; MARX, 1974, p. 04), que, repudiados pela sociedade dada à brutalidade de seus atos, eram obrigados a prestar contas de suas ações ao Estado.

Neste contexto, os operários organizavam-se em associações secretas que agiam na clandestinidade uma vez que a legislação fabril da época<sup>4</sup> vedava e punia toda forma de associação entre os trabalhadores, direito este que ficava restrito às classes dominantes. (ENGELS, 2008). A livre associação foi aprovada por uma Lei votada em 1824 pelo parlamento inglês, sendo esta um marco para a origem do movimento coletivo e organizado dos trabalhadores<sup>5</sup>, pois, a partir de então, aos operários tornou-se possível associarem-se

---

<sup>3</sup> Conforme Borges (2007, p. 06) “O termo Luddismo deriva do nome do operário têxtil Ned Ludd, que trabalhava numa pequena oficina em Notthingham, cidade próxima de Londres. [...] esse operário destruiu totalmente os teares mecânicos da fábrica num sinal de revolta contra os efeitos da Revolução Industrial.” O autor complementa a informação salientando que “Sua atitude, apesar de individual, refletia o estado de espírito dos artesões. Em pouco tempo seu gesto foi imitado em várias cidades da Inglaterra e atingiu também a França.”

<sup>4</sup> Acerca da legislação inglesa Coggiola ([?], p. 02) aduz que “[...] Na Inglaterra, em 1721, foi proibida a organização dos alfaiates; e em 1726 a dos marceneiros. Finalmente, as *Combination Acts* (de 1799) proibiram todas elas, condenando-as à clandestinidade e à vida curta.[...]”. O autor explicita ainda que “[...] Na Revolução Francesa, em 1791, uma lei, proposta pelo deputado Le Chapelier e aprovada pelo parlamento revolucionário, proibiu as organizações operárias.[...]” A punição imposta por tal legislação poderia variar desde a pena pecuniária à pena de prisão. Neste sentido interessante a transcrição do artigo 8º da Lei de Le Chapelier: “8. Toda reunião composta de artesãos, trabalhadores, companheiros, jornaleiros, ou provocado por eles contra o livre exercício da indústria e do trabalho facultado a toda sorte de pessoas, e sobre toda espécie de condições convenientes amigavelmente, ou contra a ação da polícia e execução dos julgamentos pronunciados nesta matéria, serão tidos por agrupamentos sediciosos e, como tais, serão dispersados pelos depositários da força pública, sobre as requisições legais lhe serão feitas, e punidos de acordo com todo o rigor das leis sobre os autores, instigadores e chefes dos ditos agrupamentos, e sobre todos aqueles que cometeram violência por vias de fato e de atos.” A Lei de Chapelier está disponível na íntegra em: [http://www.fafich.ufmg.br/hist\\_discip\\_grad/LeiChapelier.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/LeiChapelier.pdf). Acesso em: 03/07/2014.

<sup>5</sup> À luz de Engels e Marx (1974, p. 06) é possível afirmar que o procedimento adotado por tais entidades para alcançar seus objetivos coletivos era o seguinte: “[...] a associação nomeia um presidente e um secretário com salários pagos [...] assim como uma comissão que cobra as quotizações semanais e que vela pelo seu emprego de acordo com os fins da associação. [...]”. Os autores informam, ainda, que tais associações se utilizavam primeiramente de meios legais em caso de resistência patronal aos seus objetivos enviando-lhes “[...] uma delegação ou petição [...]”. Se isto não chega, a associação dá a ordem aos operários para cessarem os trabalhos, e todos os operários vão para casa.” Aquele operário que por qualquer motivo dispunha-se a trabalhar era reprimido de todas as formas pelos grevistas organizados, inclusive com violência, ato que era contrário à lei e que redundava em queixa junto aos tribunais e, quase sempre em derrota para os operários. Vale dizer, contudo, que tal associação de trabalhadores e as greves deflagradas por eles tiveram sua importância em termos de formação de consciência de classe, pois, embora não puderam “quebrar o domínio da burguesia [foram] a

livremente e estas entidades ficaram conhecidas na Inglaterra como *trade unions*.<sup>6</sup> (ANTUNES, 1986; BORGES, 2007; ENGELS; MARX, 1974). Como se vê, na Inglaterra, onde o capitalismo encontrou as condições ideais para se expandir, nasceram os primeiros sindicatos regulamentados da história.

Acerca da etimologia da palavra sindicato, Borges (2007, p. 07) afirma que a mesma “surge do francês – *syndic* – que significa ‘representante de uma determinada comunidade’. O autor aprofunda esta compreensão acerca de comunidade quando esclarece que os sindicatos “[...] enquanto primeiras formas de organização dos trabalhadores [...] nascem como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir ou atenuar a exploração [...] aparecem [...] por uma necessidade natural dos que vivem de salário.” (BORGES, 2007, p. 07). Para Antunes (1986, p.13) os sindicatos podem ser conceituados como “associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante dos capitalistas, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante”.

A partir de uma releitura de Engels e Marx (1974), Antunes (1986) analisa que o movimento sindical foi fruto de um longo processo de transformação das relações de produção que encontrou no capitalismo o ápice da luta de classes. Tem na união da classe operária a sua maior vantagem, pois que proporciona o enfrentamento coletivo e não isolado do patronato por melhores condições de trabalho e salário. Quando seus objetivos maiores não são observados, reage fazendo uso das greves como principal meio de oposição, apoiando financeiramente os operários que aderiam à paralisação.

Para Engels (2008, p. 63): “O movimento operário evolui *pari passu* com o movimento industrial”. Ao longo das mudanças no processo de trabalho no curso do aperfeiçoamento das lutas de classes, o trabalhador cria estratégias, dentre as quais o movimento sindical, que ao mesmo tempo possuem uma dimensão de afirmação e negação. Tais estratégias se afirmam ao passo que garantem aos trabalhadores direitos e, portanto, lhes beneficiam. Contudo estas estratégias também se negam dado que o capitalista não só busca

---

primeira tentativa feita pelos operários *para suprimir a concorrência* [entre eles]”. (MARX; ENGELS, 1974, p. 09).

<sup>6</sup> Conforme Borges (2007, p. 06) o nome *trade unions* “significa união de ofícios, de profissões.” Contudo, Dubar (2012) faz uma importante ressalva lembrando a oposição entre profissão e ofício. Assim, segundo este autor, “A sociologia funcionalista das profissões distingue dois tipos muito diferentes de atividades de trabalho: as profissões e as ocupações (ambas no sentido que os ingleses lhes dão) [...]” (DUBAR, 2012, p. 01). Vale esclarecer que a palavra “ocupação” no caso, foi traduzida como sinônimo da palavra ofício de modo que o autor continua a explicar que “[...] Como apenas as primeiras (a dos médicos, advogados, engenheiros, professores...) são consideradas escolhas e áreas autônomas que permitem a construção de uma carreira, as segundas (que constituem a maioria) acabam sendo desvalorizadas.”

eliminá-las como também, em determinados casos, expropria a iniciativa operária, se valendo das mesmas estratégias com o fim de locupletar-se na relação.

Acompanhando a expansão industrial e do capitalismo, o movimento sindical toma novas dimensões sendo que outras ideologias<sup>7</sup> que se relacionavam às diversas concepções acerca dos objetivos e finalidades do sindicato ganharam impulso e evidência mundial. Estas novas tendências ficaram conhecidas como revolucionária; anarquista; reformista; comunista; cristã; corporativista. Para a presente pesquisa, importa conhecer melhor as quatro primeiras porque, embora tenham repercutido no território brasileiro, tanto a cristã quanto a corporativista se tratam de variações do reformismo.

A tendência revolucionária surgiu na França e na Itália sendo considerada precursora da anarquista e do comunismo. Tem como expoentes teóricos Georges Sorel e Arturo Labriola que juntamente com outros sindicalistas revolucionários defendiam a independência total do sindicato e viam a greve geral como único meio de transformação radical da sociedade. Preconizavam a tomada violenta do poder por minorias conscientes, mas desdenhavam a necessidade de uma luta política ou de qualquer forma de organização partidária, pois acreditavam que os sindicatos representavam toda a classe operária e esta teria seu fim em si mesma. (ANTUNES, 1986; TROTSKI, 1978).

A tendência anarquista também comunga da ideia da negação à luta política. Contudo atribui às livres associações de indivíduos como o sindicato à liderança no processo de emancipação da sociedade. Apregoavam que uma sociedade livre da propriedade particular e do governo se transformaria em anarquista sendo baseada na autogestão, negando qualquer forma de administração estatal. Tem como expoente teórico mais conhecido Miguel Bakunin, além de Proudhon, Kropotkin e Malatesta. Surgiu em países de menor desenvolvimento capitalista tais como Espanha, França, Itália e Portugal, na Europa, alcançando, ainda, a maioria dos países da América Latina, inclusive o Brasil. (ANTUNES, 1986; CARONE, 1984).

Com relação à tendência reformista, tal corrente ideológica “se opõe à atuação revolucionária do proletariado [...] pretendem uma simples melhora da situação dos trabalhadores dentro do sistema capitalista.” (ANTUNES, 1986, p. 25). A postura dos

---

<sup>7</sup> Acerca da ideologia considera-se a concepção de Althusser (1985, p. 85) segundo o qual “A Ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, tese central fundada em outras duas, uma positiva e outra negativa, consubstanciadas respectivamente nas seguintes afirmativas: ‘A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência’ e “A ideologia tem uma existência material”. Tal compreensão se dá porque as ideologias que serão aprofundadas se propunham a atingir ou liquidar não só o Poder de Estado ou os aparelhos de Estado, como compreendeu Marx, mas tanto os aparelhos repressivos de Estado quanto os aparelhos ideológicos de Estado como mais tarde explicitou Althusser.



sindicatos é no sentido de ajustar-se ao capitalismo e não de combatê-lo, numa vertente economicista baseada no trade unionismo.

Finalmente, a tendência comunista tem como expoentes teóricos Marx, Engels, Lenin e Trotski. Ao contrário dos reformistas, mas assim como nas tendências revolucionárias e anarquistas, acreditavam na revolução contra o capital. Propugnando a ditadura do proletariado<sup>8</sup>, contudo, atribuíam ao partido político comunista a liderança para esta transformação uma vez que o mesmo seria formado pela vanguarda operária, minoria consciente e organizada que refletiria a vontade da classe operária. Por isso, entendiam que o sindicato não poderia ser independente do partido comunista, contrariando as abordagens que defendiam a independência completa do movimento sindical. (ANTUNES, 1986; ENGELS; MARX, 1974; TROTSKI, 1978).

O movimento sindical originou-se na Inglaterra atrelado diretamente ao desenvolvimento da indústria e à formação da classe operária. Os objetivos dos sindicatos eram, então, prioritariamente econômicos e giravam em torno da fixação de salários compatíveis com os lucros obtidos pelo patronato bem como da regulamentação da jornada de trabalho, proporcionando resistência à pressão imposta pelo capital a partir da união dos operários.

## **1.2 Origens históricas, especificidades ideológicas e estruturais do movimento sindical no Brasil**

A perduração da escravidão no Brasil mesmo após a proibição do tráfico negreiro no século XIX consiste em um dos fatores que explicam a tardia formação da classe operária e da industrialização do país. Foi a partir da diminuição da mão-de-obra escrava que a oligarquia agrária passou a promover a imigração europeia transformando os imigrantes em colonos. O emprego cada vez maior do número de colonos nas lavouras de café para exportação proporcionou a criação de um mercado interno crescente para os produtos produzidos localmente. Este mercado foi fomentado pelo aumento nas tarifas aduaneiras e pelo investimento nas estradas de ferro que unificou os mercados locais. (CARONE, 1989).

Tais fatos estão todos atrelados à transformação da classe operária no Brasil. O processo de industrialização originário da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre

---

<sup>8</sup>Conforme Bottomore (2012, 0. 162) “Marx entendia por ditadura do proletariado, não apenas uma forma de *regime* na qual o proletariado exerceria o tipo de hegemonia até então exercido pela burguesia, ficando a tarefa concreta do governo por conta de outros, mas também como uma forma de *governo*, com a classe operária realmente governando e se desincumbindo de muitas tarefas até então executadas pelo Estado.”

tornou possível a formação da classe operária que se transmutou neste curso formando um proletariado fabril responsável pela fabricação de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital. (CARONE, 1989; SINGER, 1985).

A formação da classe operária enseja a organização do movimento operário no Brasil, entretanto o estudo acerca de suas origens não é preciso tornando tal discussão meramente acadêmica. Mas o ritmo do desenvolvimento do movimento operário no Brasil acompanha o desenvolvimento industrial do país. Certo é que o movimento operário se expande com o incentivo à imigração europeia a partir de 1890 porque tais imigrantes trouxeram consigo experiências vivenciadas em seus países de origem onde se encontravam bastante amadurecidas discussões acerca da organização do movimento operário. (ANTUNES, 1988; CARONE, 1989).

Em termos de ideologia, as tendências também já se encontravam bem definidas, sendo que naquele momento histórico o anarquismo se destacava em relação ao reformismo e as demais correntes na Europa. Esta circunstância explica a ênfase com a qual o anarquismo se refletiu no Brasil sendo que os autores o compreendem como tendência predominante ao longo das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX em razão do estágio no qual se encontrava o proletariado local<sup>9</sup>.

Por outro lado, os autores reconhecem a presença da tendência reformista principalmente na sua vertente cristã. Antunes (1986) explica que o governo brasileiro sempre esteve atento ao movimento operário visando controlá-lo, infiltrando-se em suas manifestações e lideranças por meio de articulações com sindicatos que ficaram conhecidos como amarelos ou pelegos<sup>10</sup>. Assim, neste primeiro período, o sindicato aparece como uma das manifestações do movimento operário então orientado pela ideologia anarco-sindicalista que predominava, mas também pela tendência reformista. Seus objetivos se direcionavam a

---

<sup>9</sup> Neste sentido Antunes (1986); Boito Júnior *et al* (1991); Singer (1985). Embora concorde com a predominância do anarquismo até 1920, Carone (1984, p. 16) ressalva que antes de 1890, a tendência que se destacava no Brasil era a reformista, afirmando tratar-se este de fenômeno típico dos países europeus no início do século XIX em estágio inicial de industrialização onde, tal como no Brasil “o pensamento da classe ainda reflete o seu tênue desenvolvimento: nestas manifestações, o operariado não só valoriza alguns de seus ideais, mas, também, faz a defesa da indústria nacional e do seu respectivo segmento da burguesia.”

<sup>10</sup> Segundo Souza e Corcione (2007, p. 26): “O sindicalismo ‘amarelo’ ou ‘peleguismo’ é um fenômeno antigo no sindicalismo brasileiro, refletindo a forte influência de patrões e do Estado no movimento operário.[...]” Os autores asseveram que tal sindicalismo “[...] É constituído por uma enorme massa de dirigentes burocratizados, para os quais o sindicato tem apenas um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o capital e o trabalho.[...]” E concluem destacando que “[...]Esse é o aspecto político e social mais profundo da questão: o ‘pelego’ é o agente dos patrões e do Estado no movimento sindical.” Os autores explicitam ainda que a alcunha de “amarelos” lhes foi conferida pelos grupos revolucionários no início do século XX afirmando que “Já em 1908 o jornal anarquista ‘A VOZ DO TRABALHADOR’ órgão da Confederação Operária Brasileira – COB definiu-os como ‘operários que bajulam os potentados, em prejuízo da autonomia da classe’[...]”

reivindicações de cunho economicista sendo priorizada a melhoria salarial e a redução da jornada de trabalho.

No entanto, o antagonismo entre tais tendências evidenciava-se principalmente nas oportunidades vivenciadas nas demais formas de manifestação do movimento operário, tais como a greve e os congressos sindicais. Isto porque, embora visassem a melhoria das condições de trabalho para a classe operária, os reformistas cristãos não tinham como objetivo a revolução e não se posicionavam contra o modo capitalista de produção. Buscavam a conciliação com o Estado e a greve era, assim, concebida em última circunstância. Os anarco-sindicalistas, por sua vez, “[...] viam-na como um momento da ‘greve geral’ que destruiria o capitalismo [...]”. (ANTUNES, 1986, p. 52).

Portanto, fatores ideológicos interferiram na evolução do movimento operário desde suas origens no Brasil. Outro ponto a ser considerado foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que interrompeu o processo de evolução do movimento operário em decorrência da crise de produção que tornou ainda mais precárias as condições do trabalhador. Sucessivas greves são decretadas a partir de então e muitas conseguem a adesão massiva dos trabalhadores a exemplo da “[...] greve geral de 1917 em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos, e que recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo setor têxtil, seguindo-se as demais categorias. A paralisação foi total, atingindo inclusive o interior [...]”. (ANTUNES, 1986, p. 52).

Diante desse quadro, as lideranças anarquistas começam a ser questionadas em razão da limitação economicista desta concepção. A euforia pela vitória da Revolução socialista na Rússia em 1917 coroa a gradual passagem do anarquismo ao comunismo o que provoca forte alteração no movimento operário com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Pode-se dizer que, a partir de então, a divisão entre as tendências passou a ser entre a comunista e a reformista. (ANTUNES, 1986; CARONE, 1989).

O governo oligárquico não estava inerte diante desses acontecimentos. Em razão do interesse de controle que mantinha sobre as ações sindicais buscava incentivar a tendência reformista. Neste passo, favorecia os sindicatos pelegos os quais representavam categorias fundamentais para a economia agrária tal como a dos ferroviários com vantagens em relação às demais categorias no que tange aos salários e fixação de jornada, por exemplo. Tanto é que “Em 1921 o Estado fundou o Conselho Nacional do Trabalho, visando controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes. Foi criada também a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, de tendência reformista.” (ANTUNES, 1986, p. 56).

A criação do PCB, no entanto, foi um prenúncio da crise política que o Estado republicano brasileiro e a oligarquia agrário-exportadora de café viriam a sofrer. Cumulado ao tenentismo, movimento deflagrado desde 1922 cujo exemplo de maior repercussão foi a Coluna Prestes, restou também manifesto o descontentamento dos militares quanto ao domínio dos cafeicultores. Esses passaram a percorrer o interior do Brasil em busca de alianças com os trabalhadores rurais e fazendeiros produtores de outras culturas que não o café. (ANTUNES, 1986; CARONE, 1989).

Com o Golpe de Estado em 1930, Getúlio Vargas foi elevado ao poder e lá permaneceu por 15 anos consecutivos. Tal situação ocorreu na verdade devido a uma cisão na classe dominante, ou seja, na oligarquia do café, que alcançou na Primeira República o auge de sua hegemonia. A partir de 1930, contudo, o Estado dá início a uma intensa atividade em razão do novo padrão de gestão que, considerando os rumos proporcionados pela evolução da industrialização, superava o modelo agroexportador de café. (ANTUNES, 1986; CARONE, 1989; DELGADO, 2008). Iniciava-se uma nova fase para o sindicalismo brasileiro, marcada, sobre tudo pelo controle do Estado.

### **1.2.1 Estado e movimento sindical no Brasil**

O controle político-administrativo do Estado sobre a estrutura sindical inicia sua trajetória com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de acordo com o Decreto 19.443 de 1930. Tal fato se deu, segundo Antunes (1986, p. 58) “[...] com o nítido objetivo de elaborar uma política sindical visando conter a classe operária dentro dos limites do Estado e formular uma política de conciliação entre o capital e o trabalho”. A este se seguiu o Decreto 19.770 de 1931 o qual criou “[...] uma estrutura sindical oficial, baseada no sindicato único<sup>11</sup> (embora não obrigatório), submetido ao reconhecimento pelo Estado e compreendido como órgão colaborador deste”. (DELGADO, 2008, p. 1361).

A intervenção do Estado nas decisões internas dos sindicatos tinha o objetivo de obstaculizar e reprimir qualquer possibilidade de manifestação autônoma do movimento operário. Com esse intuito, uma legislação estritamente controladora inaugurava a nova

---

<sup>11</sup> Conforme Delgado (2008, p. 1331) “A unicidade corresponde à previsão normativa obrigatória de existência de um único sindicato representativo dos correspondentes obreiros [...] vedando-se a existência de entidades sindicais concorrentes ou de outros tipos sindicais.” Antunes (1988) entende que a garantia do sindicato único por categoria seria o único ponto favorável desta legislação. Neste sentido o autor parece se reportar à preocupação de Marx e Engels acerca da união da classe trabalhadora. Contudo, esta opinião não é unânime, pois determinados autores, a exemplo de Boito Júnior (1991) e Delgado (2008), entendem que a unicidade sindical obstaculiza a formação de sindicatos paralelos aos oficiais fomentando o autoritarismo do Estado.

estrutura sindical, vertical e subordinada ao Estado. Este interferia diretamente na destinação financeira dos recursos dos sindicatos, na eleição das suas diretorias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas internas ao movimento bem como limitava a filiação de estrangeiros a 1/3 (um terço) dos quadros de associados. (ANTUNES, 1986; BOITO JÚNIOR *et al*, 1991; DELGADO, 2008).

Os trabalhadores reagiram a estas imposições do Estado buscando a preservação da autonomia sindical e várias greves foram deflagradas em decorrência das quais diversos direitos restaram reconhecidos como: regulamentação do trabalho feminino e do menor; fixação da jornada de oito horas de trabalho; regulamentação de férias; descanso semanal remunerado; etc. Tais conquistas se deram pela efervescência do movimento operário. (ANTUNES, 1986; GOHN, 2003).

A fundação de organizações que visassem à representação geral dos trabalhadores passou a ser um objetivo fortemente perseguido pelo movimento operário sendo que a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 conferiu maior liberdade e autonomia aos sindicatos, inclusive a pluralidade sindical. (DELGADO, 2008). Para Antunes (1986, p. 61) “[...] crescia a mobilização das massas trabalhadoras [...]” mas o governo reagiu reprimindo o avanço e a iniciativa popular.

O incentivo aos sindicatos oficiais e a repressão aos sindicatos combativos significou outro passo rumo ao maior controle do Estado que inviabilizou qualquer outra forma de organização do movimento operário com ações que visavam “sufocar manifestações políticas ou operárias autonomistas ou simplesmente adversas à estratégia oficial concebida”. (DELGADO, 2008, p. 1363). O controle se dava por meio do Ministério do Trabalho que incentivava o sindicalismo pelego conforme Souza e Corcione (2007).

Com a promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, Golpe de Estado que prorrogou a permanência de Getúlio Vargas no poder até 1944, rompe-se a independência e a liberdade sindical. A instituição do enquadramento sindical e a criação do imposto sindical em 1939 concretizam a implantação do modelo trabalhista corporativista e autocrático. (ANTUNES, 1986; CARONE, 1989; DELGADO, 2008).

Em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho reuniu em um único diploma normativo o modelo jurídico-trabalhista cujo mais importante pilar era o sistema sindical. Contudo tal legislação legitimava direitos apenas aos trabalhadores urbanos marginalizando os trabalhadores rurais que ainda representavam grande parte da massa de trabalhadores, segundo Antunes (1986).

Tamanho desequilíbrio sociopolítico não foi capaz de se sustentar por muito mais tempo e a ditadura Vargas começou a demonstrar sinais de abatimento. Em 1945 deu-se a abertura democrática e as lutas sindicais resurgiram. O período de 1945 a 1964, conhecido como Período Populista ou Nacional-Desenvolvimentista, fomentou grandes avanços para a classe operária que se encontrava politicamente melhor organizada. Neste período o movimento operário atingiu sua fase de maior amplitude fazendo da legislação trabalhista letra morta, avançando na tentativa de romper definitivamente com a estrutura sindical. (ANTUNES, 1986; GOHN, 2003).

A organização dos trabalhadores mobilizou-se e avançou com a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946, considerada a mais liberal de todos os tempos. Contudo, “a mobilização popular atemorizava cada vez mais os setores conservadores da sociedade brasileira [...]. As posições se radicalizavam. Em 31 de março [de 1964], através de uma mobilização popular foi deposto João Goulart”. (ANTUNES, 1986, p 74-75). Iniciava-se um período extremamente penoso para o movimento operário e de grande repressão na sociedade brasileira imposta pelo regime militar que perdurou de 1964 a 1974.

Gohn (2003) analisa este período e assevera que, embora a repressão tenha sido violenta, com episódios constantes de prisão, tortura e morte dos que lhe eram contrários, a esquerda não se quedou inerte fazendo sentir sua resistência ao regime militar, inclusive levantando armas, ainda que sua articulação se desse de forma clandestina. A autora, no entanto, pontua que toda esta ação não foi suficiente para contrapor o avanço do capitalismo no país que investia no crescimento de uma classe média consumista. Esta se expandia por meio do mercado de trabalho urbano, domando os operários que, submetidos à política de arrocho salarial, cada vez mais se viam dependentes do emprego.

Dessa forma, é possível compreender que a compressão econômica e a expansão da classe média consumista foram bases para o milagre econômico brasileiro entre 1968 e 1973. Outros instrumentos foram criados pelo Estado com a finalidade de fomentar o imperialismo no país a exemplo da proibição do direito de greve, fixação dos índices de aumento salariais excluindo a negociação coletiva direta entre empregadores e empregados, a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que suprimiu o regime de estabilidade decenal no emprego.

A exemplo das derrotas sofridas nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) entre 1967 e 1968, tem-se que o movimento operário foi silenciado por forte repressão e intervenção estatal durante a ditadura militar. Tais atuações do Estado foram respaldadas pela

Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 cuja maior característica foi a centralização do poder.

### **1.2.2 O Sindicato dos Metalúrgicos no contexto do Novo Sindicalismo brasileiro**

Em 1973 a classe operária começa a se reorganizar insurgindo-se contra as precárias condições de vida as quais encontrava submetida. O processo de industrialização por substituição de importações havia atingido os departamentos de bens de consumo não duráveis, duráveis e de capital, o milagre brasileiro dava sinais de exaurimento. O regime militar “perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias.” (GOHN, 2003, p. 114). Iniciavam-se as lutas pela redemocratização do país nas quais a rearticulação do movimento sindical teve um papel de destaque com suas greves e demais manifestações.

Tal movimentação, no entanto, era uma resposta da classe trabalhadora diante da usurpação dos salários pela política de compressão salarial nos anos da ditadura militar. Os dados oficiais do Ministério do Trabalho passaram a ser questionados por entidades não governamentais como o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE). Assim, evidenciou-se que o milagre econômico somente havia acontecido devido à capacidade ociosa existente e espoliação dos trabalhadores, o que deu azo a um intenso processo de mobilização pela reposição salarial dentro dos sindicatos e nas fábricas. (ANTUNES, 1986; GOHN, 2003).

A partir de 1978 as greves que se originaram no ABCD<sup>12</sup> paulista iniciadas pelo setor metalúrgico se alastraram por todo o país sendo tal iniciativa acompanhada por outras categorias do segmento médio, a exemplo dos bancários, professores, funcionários públicos, etc., que sofreram com o arrocho econômico, tornando-se vítimas da proletarização. Ressurgia o sindicalismo de massas. (GOHN, 2003).

A redemocratização do Brasil contou com intensa participação da classe operária. O sindicalismo reorganizara-se rapidamente aproveitando o aparelho sindical que fora contido, mas não destruído pela ditadura, contando com uma nova geração de dirigentes sindicais que passou a articular-se com outros movimentos populares existentes, estreitando laços com a ala progressista da Igreja Católica. (BOITO JÚNIOR *et al*, 1991). Despontava,

---

<sup>12</sup> Região industrial do estado de São Paulo formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

assim, o que ficou conhecido como Novo Sindicalismo<sup>13</sup> no Brasil, “que surgia e se desenvolvia a partir de um mundo do trabalho estruturado, resultado da expansão capitalista dos anos 60 e 70”. (ALVES, 2000, p. 112).

No interregno entre 1978 e 1988 o movimento sindical ganha centralidade sendo que a conformação do Novo Sindicalismo possibilitou grandes conquistas no sentido de uma maior participação do movimento sindical na sociedade civil. Nas obras contemporâneas a este período autores como Antunes (1986) salientam uma explosão do sindicalismo e denotam otimismo quanto aos seus rumos no Brasil. Seu fortalecimento é ressaltado também por Boito Júnior *et al* (1991) que destacam, ainda, a intensa atividade do sindicalismo ao longo dos anos 1980 o qual alçou importantes conquistas cujos exemplos são as vitórias nas grandes greves do período 1978 a 1980, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. (ALVES, 2000).

Quanto ao movimento grevista, os autores destacam que o mesmo originariamente denotava um caráter economicista, pois tinha como bandeira a restauração dos salários usurpados pela política de compressão salarial. Não obstante, tal reação não se limitava a ir de encontro aos interesses empresariais, mas confrontava também o governo. As análises apontam para um viés político ideológico destas greves visto que, além de contrariarem a legislação grevista então em vigor no país, devolveram aos sindicatos o papel que lhe fora expropriado durante a ditadura militar enquanto representantes da classe operária na seara da negociação coletiva relativa às questões salariais. (BOITO JÚNIOR *et al*, 1991).

Nesse passo, a fundação do PT em 1980 denota uma mudança de posicionamento das lideranças sindicais decorrente do confronto não só com as empresas, mas também com o governo durante as grandes greves. Compreendeu-se a necessidade de uma maior articulação política por parte do movimento operário que passou a aproximar-se e fazer alianças com a Igreja católica e outros movimentos sociais em busca de apoio para estabelecer um partido político “capaz de contribuir para a libertação das classes populares”<sup>14</sup>. (BOITO JÚNIOR *et*

---

<sup>13</sup> Na acepção de Abramides e Cabral (1995, p. 15) “O novo sindicalismo se manifesta no âmbito de independência e autonomia de classe em relação ao Estado e ao patronato e se direciona para um sindicalismo de lutas, de massa, de base, que rompe com a estrutura sindical vertical prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e constrói a nova estrutura sindical a partir da CUT. A concepção e a prática do novo sindicalismo apresentam ainda o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.”

<sup>14</sup> No que tange à criação do PT e da CUT, Leôncio Martins Rodrigues traz em seu texto um esclarecimento em nota de rodapé no seguinte sentido: “[...] houve uma profunda e rápida mudança na atitude de Lula e dos sindicalistas de seu grupo com relação à atividade política e à Igreja. Oficialmente, essa mudança ocorreu depois das greves de fins dos anos 70 e do enfrentamento não apenas com as empresas, mas também com o governo.” (BOITO JÚNIOR *et al*, 1991, p. 42).



*al*, 1991, p. 20). Neste sentido desponta a liderança de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), então presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABCD paulista. A partir de então seu nome passa a ser constantemente citado na literatura o que persiste até os dias atuais.<sup>15</sup>

A criação de centrais sindicais tais como a CUT também é apontada na literatura como uma mudança de estratégia na organização do movimento dos trabalhadores. Além da mesma, houve a formação de outras centrais a exemplo da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Força Sindical. Pode-se dizer que se tratou de uma mudança de paradoxo que teve o condão de burlar a imposição estatal relativa à unicidade sindical vez que consentia a pluralidade no nível das cúpulas. (BOITO JÚNIOR *et al*, 1991). Acerca da CUT afirma-se que esta “[...] destaca-se como uma das centrais mais duradouras e talvez com maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro.” (BOITO JÚNIOR *et al*, 1991, p. 45).

Outro importante aspecto a ser abordado diz respeito às alterações que foram promovidas em relação à estrutura sindical. Delgado (2008, p. 1364/1366) aduz que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) avançou rumo à democratização do modelo trabalhista e sindical brasileiros ao proibir expressamente “qualquer interferência e intervenção do Estado nas organizações sindicais (art. 8, I).” garantindo, assim, a autonomia da estrutura sindical. O autor destaca, contudo, que tal alteração ocasionou o rompimento com apenas “um dos pilares do velho modelo: o controle político-administrativo do Estado sobre a estrutura sindical.”, enfatizando as contradições antidemocráticas observadas no texto constitucional.

Boito Júnior *et al* (1991), por sua vez, questionam se houve um real rompimento com o antigo modelo sindical populista implantado na Era Vargas em 1930 pois argumentam que a CRFB/88 manteve praticamente intacta referida estrutura sindical o que, na visão destes autores, significaria um verdadeiro limite para o sindicalismo no Brasil. Alves (2000) afirma que, não obstante sua relevância, não seria a estrutura sindical o verdadeiro entrave para a continuidade do avanço do movimento sindical no país. Segundo este autor, a ascensão do Novo Sindicalismo que o Brasil experimentou durante a década de 80 contrariava os

---

<sup>15</sup> Leônicio Martins Rodrigues transcreve pequeno trecho de uma entrevista de Lula que, segundo o autor, foi concedida a Alzira Rodrigues, em dezembro de 1979 e republicada em *Lula, Entrevistas e Discursos*, p. 232-3: “Foi só com as greves que percebemos a necessidade de fazer política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados... descobrimos, então, a necessidade de organização política do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores.

acontecimentos no cenário mundial no contexto dos países capitalistas centrais onde a chamada *mundialização*<sup>16</sup> do capital já se encontrava avançada.

Retomando o discurso de Engels e Marx (1974), Alves (2000) afirma que toda a articulação política e ideológica que se deu com o Novo Sindicalismo não foi em vão porque não se limitou ao “mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos” (ALVES, 2000, p. 116), mas foi além, pois alcançou a formação de uma consciência de classe. “A busca de uma consciência necessária de classe pelos setores sindicais mais avançados da CUT e do PT teve seu ápice – e resultado político – em 1989, com o apoio maciço dado à candidatura de Luís Inácio ‘Lula’ da Silva, [...], à Presidência da República”. (ALVES, 2000, p. 116). À derrota de Lula nas eleições presidenciais, todavia, seguiu-se uma grande alteração no contexto sindical brasileiro que se faria sentir a partir dos anos 90.

### **1.2.3 Movimento sindical brasileiro no auge das políticas neoliberais: da confrontação à negociação**

É consenso entre os autores que a ascensão que foi marca do sindicalismo brasileiro nos anos 1980 não se perpetuou na década seguinte. (ALVES, 2000; ANTUNES, 2011; SOUZA; FIGUEIREDO, 2010). Os limites da expansão e o conseqüente enfraquecimento experimentado pelo movimento sindical a partir dos anos 90 estariam relacionados a acontecimentos históricos que sincronizaram o Brasil à ordem do capitalismo mundial e que inseriu o país “de modo dependente (e subalterno) na mundialização do capital sob o signo das políticas neoliberais. Foi essa a função histórica dos governos neoliberais dos anos 90.” (ALVES, 2000, p. 112).

Cumprе salientar que na conjuntura dos governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Lula<sup>17</sup>, a trajetória política neoliberal continuada no transcurso dos mesmos repercutiu diretamente no seio do movimento sindical culminando no seu enfraquecimento. (ALVES, 2000; ANTUNES, 2011; SOUZA; FIGUEIREDO, 2010).

No sentido ideopolítico, a regressão do Novo Sindicalismo se consubstanciou no seu gradual distanciamento da luta de classes fato que veio a ser explicitado na trajetória das

---

<sup>16</sup> Diz-se *mundialização* na literatura francesa e *globalização* na literatura americana.

<sup>17</sup> Segundo Antunes (2011, p. 140) “Foi com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, em 1989, e a implantação de seu projeto neoliberal, ao qual o governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade, que o neoliberalismo e o processo de reestruturação produtiva no Brasil intensificaram-se sobremaneira.” Acerca do governo Lula o autor assevera: “o que poderia ter sido o começo do desmonte do neoliberalismo no Brasil tornou-se o seu contrário: Lula, em verdade, converteu-se no novo paladino do social-liberalismo na América Latina.” (ANTUNES, 2011, p. 143).

centrais sindicais. A CUT, que estava atrelada em suas origens a um sindicalismo autônomo, classista e independente do Estado conhecido como “*sindicalismo de confrontação*”, transitou “para uma modalidade de *sindicalismo negocial*” (ANTUNES, 2011, p. 88) “consagrado na literatura como propositivo. Essa práxis sindical tem na noção de negociação seu elemento principal e estruturante.” (ANTUNES, 2011, p. 158).

A Força Sindical, fundada em 1991, tem por característica o chamado “*sindicalismo de resultados*” cuja prática sindical “não questiona a hegemonia política e ideológica do capitalismo [...] o sindicalismo defendido e praticado na Força Sindical rejeita ações de confronto com os patrões, possibilidade apenas admitida depois de esgotadas todas as formas de negociação.” (ANTUNES, 2011, p. 158).

O exemplo das trajetórias das centrais sindicais acima é emblemático e demonstra o quanto o sindicalismo no Brasil metamorfoseou-se. Em suas origens tais centrais caracterizavam-se como antagônicas em suas concepções, práticas e mecanismos políticos, mas neste início de século XXI percebe-se que tais traços distintivos vêm diminuindo de uma forma constante. Tanto é assim que “A CUT e a Força Sindical, inimigas no passado, passaram a conviver nos mesmos ministérios no governo Lula.” (ANTUNES, 2011, p. 147). A estratégia sindical mudou ao longo dos anos 90 e passou do confronto à cooperação.

A implantação de pragmáticas neoliberais fundadas no processo de organização do trabalho via introdução de inovações tecnológicas conhecido como Reestruturação Produtiva do capital “[...] exigiu do país uma redefinição em relação à nova divisão internacional do trabalho, bem como sua reinserção junto ao sistema produtivo global do capital, em uma fase em que o capital financeiro expandia-se [...]” (ANTUNES, 2011, p. 139). A Reestruturação Produtiva tornou-se uma realidade no Brasil. Em seu contexto, há uma tendência para o enfraquecimento e desgaste do movimento sindical diante dos efeitos da globalização que se projetam numa nova conformação da classe trabalhadora. Dentre esses efeitos está a integração das mulheres no mercado de trabalho.

### **1.3 Participação das mulheres no movimento sindical brasileiro**

Até a década de 60 do século XX considera-se que as mulheres viviam na invisibilidade devido à diminuta participação no espaço público, dominado pelos homens. Relegadas ao espaço privado – doméstico e reprodutivo – as mulheres praticamente não têm registro dos seus feitos porque não disputavam interesses ou sequer consideravam-se dignas de interesse. A ausência de registros (fontes) da participação das mulheres enquanto

protagonistas no movimento sindical explica o quão recente é a história das mulheres que nasce em 1960, a partir de fatores científicos, sociológicos e políticos que influenciaram diretamente na história. Antes disso, as mulheres não eram representadas. (PERROT, 2007).

Os interesses das mulheres, do feminismo e do sindicalismo parecem se entrelaçar de forma gradativa acompanhando o desenrolar dos acontecimentos históricos em torno da percepção e despertar das mulheres acerca da importância de inaugurar sua participação no universo público por meio da perseguição, num primeiro plano, do reconhecimento da sua cidadania.<sup>18</sup>

A preocupação latente naquele momento era buscar a plena cidadania, o voto, melhor educação e direitos legais. O direito ao voto era a caixa de toque do movimento porque as mulheres vislumbravam nele uma via de acesso ao espaço público. Ora, se somente os homens votavam e podiam ser votados, o isolamento das mulheres no espaço privado encontrava no veto ao sufrágio feminino um grande aliado. (GIULANI, 2011; MURARO, 2002; OLIVEIRA, 2002; TABAK; TOSCANO, 1982).

No século XIX, numa época em que o trabalho feminino era menosprezado de forma geral pelas sociedades, as primeiras feministas integraram-se às lutas sindicais dos movimentos operários em busca de melhores condições de trabalho para as mulheres, incentivando e assistindo financeiramente o movimento sindical feminino. Mas, em que pese a limitação feminina ao voto, destaca-se que mesmo os sindicatos que tinham maioria feminina em suas bases eram comandados por homens. Segundo Muraro (2002, p. 135)

A emergente federação dos Sindicatos Americanos (AFL) tinha um profundo desdém pelo trabalho das mulheres e não lhes concedia postos de comando, embora a esse tempo já existissem vários sindicatos de mulheres trabalhadoras. [...] Na segunda metade do século XIX, criou-se um novo tipo de mulheres trabalhadoras. Nascia o setor de serviços. [...] Nessa época, mesmo sindicatos que representavam essas classes trabalhadoras possuíam homens em seus postos de comando. [...] O movimento sindical feminino foi incentivado e assistido financeiramente pelas sufragistas de classe média [...].

Esta realidade, contudo, não se alterou com o direito ao voto feminino, reconhecido nas décadas de 20 e 30 do século XX pela maioria dos países industrializados.

---

<sup>18</sup> Interessante coincidência histórica é destacada por Muraro (2002) no sentido de que no mesmo ano em que Marx e Engels escreveram o manifesto comunista conclamando os trabalhadores do mundo inteiro, ou seja, em 1848, as primeiras feministas realizaram o seu primeiro encontro nos Estados Unidos. Comparando as reivindicações originárias de ambos os movimentos, a autora reflete sobre a profundidade que circundava o conteúdo da pauta feminina. “Aparentemente o apelo de Marx visava erradicar apenas a sociedade de classes, mas o das mulheres ia muito além. O que elas reivindicavam era a supressão do patriarcado, muito mais antigo e mais profundo do que a sociedade de classes”. (MURARO, 2002, p. 133).

Isto devido ao fato de que as mulheres passaram a votar, mas o faziam de forma conservadora. Não obstante pequenas conquistas no cenário político, a tão almejada inserção feminina nos espaços públicos não aconteceu em decorrência do poder de voto como esperado e este quadro não foi diferente no âmbito sindical. (GIULANI, 2011; MURARO, 2002; TABAK; TOSCANO, 1982).

No Brasil, o direito ao voto foi estendido às mulheres em 1934, mas não havia espaço para discussão de interesses femininos na pauta reivindicatória dos sindicatos no âmbito nacional, pois a preocupação era direcionada a valorizar o trabalho produtivo masculino. Buscando reconhecimento de direitos previdenciários e trabalhistas que se destinavam aos homens enquanto detentores da cidadania social, as pautas de discussão giravam em torno de questões relativas ao salário e à limitação da jornada de trabalho, deixando na invisibilidade as dificuldades que atingiam as condições do trabalho feminino. Nesse sentido a análise de Giuliani (2011, p. 641):

A projeção em primeiro plano do homem trabalhador acaba deixando na sombra, quase invisíveis, as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres. Muitas vezes, as trabalhadoras nem são reconhecidas como parte da população economicamente ativa; sua contribuição social reduz-se ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico familiar.

A origem da organização coletiva feminina no Brasil se dá na busca de melhores condições de vida e não na busca de melhores condições de trabalho pelas mulheres. A liderança feminina aflora nos pequenos movimentos populares nos bairros e associações capitaneados por mulheres. Inicialmente preocupados com questões de saúde pública, saúde reprodutiva, educação, consumo, etc., muitos destes movimentos acabaram tomando proporções de alcance nacional. Ao assumir uma vida ativa fora de casa, as mulheres começam a perceber que sua capacidade de organização e disciplina tem grande valor além das paredes do seu lar. (ARAÚJO; FERREIRA, 2000; CASTRO, 1995; GIULANI, 2011).

O ano de 1975 é decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como *O Ano Internacional da Mulher* o que se dá em resposta aos movimentos feministas que se renovaram na década de 1960 e bradavam pela igualdade entre homens e mulheres. Tem-se que o encontro do feminismo e do sindicalismo se deu, no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 quando as mulheres trabalhadoras, inspiradas pelas bandeiras feministas, passaram a se mobilizar por melhores condições de vida e de trabalho, engajando-se nos movimentos operários sendo recepcionadas pelo que ficou conhecido como novo sindicalismo. (ARAÚJO, 2005; CASTRO, 1995; GIULANI, 2011; OLIVEIRA, 2002).

Neste período houve uma alteração expressiva na participação das mulheres nos movimentos sindicais. Foi possível perceber um considerável aumento das taxas de filiação de mulheres aos sindicatos, relacionado ao notório crescimento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA) bem como à influência dos movimentos feministas. (ARAÚJO; FERREIRA, 2000).

Em que pesem as alterações ocorridas dentro das organizações sindicais em atenção à ampliação da participação feminina em seus quadros, o que repercutiu nas pautas de negociação, as reivindicações limitaram-se às questões relativas à maternidade e à saúde deixando de contemplar as que diretamente atingem as relações de trabalho, como a discriminação salarial e a segregação profissional no âmbito empresarial. Ademais, a ampliação da participação das mulheres nos sindicatos não foi acompanhada pelo aumento da sua participação nas instâncias de direção. Este é considerado um dos motivos pelos quais o crescimento da sindicalização feminina não se manteve na década de 1990 e nos dias atuais.

### **1.3.1 Desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho e seus reflexos na composição das diretorias das entidades sindicais**

Na concepção de Oliveira (1999), o feminismo e o sindicalismo são os mais importantes movimentos sociais do século XX. Embora tenham interesses entrelaçados, tais fenômenos estão ainda distantes de alcançarem um diálogo real, do qual frutos concretos acerca da equidade entre homens e mulheres possam ser colhidos. Os sindicatos não incorporaram as mulheres em sua prática política e também não lhes conferiu poder em termos de representatividade e gestão. O descompasso entre discurso e ação continua latente no interior das entidades de classe, estando o feminismo à frente do sindicalismo no que tange às assimetrias de poder entre os sexos, à percepção da realidade e das necessidades das mulheres trabalhadoras.

As mulheres, até a presente data, ainda não encontraram no âmbito sindical a receptividade que buscavam tendo em vista a tradição sexista que torna o sindicato um espaço masculino influenciado pela desigualdade de gênero e pela divisão sexual do trabalho. Araújo (2005, p. 89-90) analisa que

Além de iluminar a atuação sindical e as lutas das mulheres, estudos do sindicalismo realizados sob uma perspectiva de gênero vão mostrar a influência do debate feminista sobre a ação sindical, principalmente a partir da emergência do "novo sindicalismo", alterando práticas e posturas sexistas e

ampliando as pautas de reivindicações pela inclusão de novos temas e demandas femininas específicas. Trabalhos de Mary Castro, Maria Berenice Godinho Delgado, Ângela Araújo e Verônica Ferreira mostram que a presença de uma atuação feminista e do debate de gênero no interior dos sindicatos, além de permitir o crescimento da participação das trabalhadoras, questionou a divisão sexual das tarefas e o controle masculino do poder, introduzindo políticas afirmativas e contribuindo para a construção de uma nova cultura política nessas organizações de classe.

As relações de gênero são caracterizadas por relações de poder envolvidas em diversas situações, dentre outras, a divisão sexual do trabalho e suas consequências geradoras de desigualdade. Tais relações de poder, enquanto estrutura social que desequilibra as instituições em favor de determinados grupos sociais privilegiando-os, são normalmente assimétricas entre os sexos. (LOURO, 1997). Divisão sexual do trabalho, por sua vez, “consiste na especialização dos homens no papel de provedores do lar e das mulheres como cuidadoras da família” (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 582).

Não são raras as pesquisas que envolvem a desigualdade entre homens e mulheres abordando a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho tendo em vista as consequências destes fenômenos no campo laboral, mormente em desfavor do sexo feminino. Um dos fatores que influenciam gravemente para a dificuldade de inserção e permanência das mulheres na esfera produtiva está associado à esfera reprodutiva e à ausência de políticas públicas capazes de socializar as dificuldades dela decorrentes e incentivar o trabalho feminino, pois os cuidados com os filhos menores normalmente são atribuídos às mulheres nas diversas formas de arranjos familiares existentes. (BRUSCHINI, 2007; HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Esta dificuldade de conciliação entre o trabalho reprodutivo e o produtivo em razão do tempo de dedicação que cada um exige é uma situação que se reflete no contexto sindical. Pensando a questão da divisão sexual do trabalho no interior das fábricas, Antunes (2005, p. 107) assevera: “Dentre tantas consequências dessa divisão sexual do trabalho, posso lembrar, a título de exemplo, que frequentemente os sindicatos excluem do seu espaço as mulheres trabalhadoras [...]”

Os sindicatos são espaços públicos de poder e decisão, historicamente dominados pelos homens. Não obstante, os aspectos da exclusão das mulheres do espaço sindical devem ser considerados sob o prisma da segregação profissional e da divisão sexual do trabalho para refletir se há relação entre a atividade profissional da categoria e o sexo predominante nos quadros diretivos dos sindicatos. Esta é a proposta do capítulo seguinte.

## 2. Trabalho, gênero e poder no movimento sindical brasileiro

Este capítulo parte da discussão acerca da evolução tecnológica, da nova morfologia da classe trabalhadora e da centralidade da categoria trabalho. Investiga os reflexos da heterogeneização da classe trabalhadora e da integração da mulher no mercado de trabalho para a composição das diretorias na organização sindical. Mostra a transgressão feminina de modo a explicitar que as mulheres existem onde não deveriam ao ocupar cargos de direção em organizações sindicais cujas bases são majoritariamente masculinas como ocorre na categoria profissional dos metalúrgicos. Ao final, remete o estudo ao procedimento metodológico utilizado - o operador analítico *prova* com aporte na sociologia da individuação.

### 2.1 Evolução tecnológica e seus desafios para o movimento sindical no Brasil

A classe trabalhadora sofreu uma grande transformação ao longo do tempo, não sendo, portanto, neste início de século XXI, sequer semelhante àquela que atravessou as intempéries da Revolução Industrial. Dentre os fatores que vêm contribuindo para tal *metamorfose*, é preciso considerar as modificações em curso no processo produtivo e suas consequências para a organização dos processos de trabalho. A precarização crescente do trabalho é uma destas consequências.

Leite (2009) ressalta a importância de não confundir os conceitos de precarização e precariedade. Esclarece a autora que

Enquanto a precarização é um processo relacional, que só pode ser pensado levando-se em consideração um período histórico, o segundo [precariedade] concerne a determinadas formas de inserção ocupacional que ficam aquém dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Com efeito, o conceito de precarização remete à ideia de deterioração, de degeneração, ou seja, de perdas de direitos associados ao trabalho, de conquistas anteriormente observadas. Já o conceito de precariedade não carrega consigo a ideia de deterioração ou de perda. Um determinado tipo de trabalho pode se precário, ainda que venha apresentando indicadores mais satisfatórios em termos sociais do que já apresentara em períodos anteriores, situação que tende a ser mais ou menos comum em países menos desenvolvidos. (LEITE, 2009, p. 04).

Uma vez que o trabalho feminino tende a ocupar postos precarizados de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004), faz-se necessário compreender de que forma esta situação vem se transformando num desafio para o movimento sindical. Para tanto, torna-se importante



inicialmente conhecer este processo de mudanças via introdução de inovações tecnológicas e organizacionais chamado de Reestruturação Produtiva.

### **2.1.1 Processos de organização do trabalho**

Como anteriormente esclarecido, as invenções mecânicas ao longo do século XVIII e XIX, a exemplo do tear manual e da máquina a vapor, causaram enormes repercussões no mundo do trabalho sendo determinantes para o aumento do desemprego de um grande contingente de trabalhadores. Não obstante, os operários criavam formas de resistência com vistas a obstaculizar o desemprego e refreá-lo. Portanto, procuravam organizar-se para estabelecer o ritmo da máquina e, assim, a quantidade de tempo despendido por cada homem na produção, limitando-a.

Tal aspecto dentre outros mais foram observados e pesquisados por Frederick Winslow Taylor<sup>19</sup> que, nas duas primeiras décadas do século XX, se dedicou a desenvolver uma nova base para a produção econômica visando “reduzir cada arte manual, ou ofício, a movimentos elementares que pudessem ser exatamente cronometrados, descritos e ensinados a qualquer pessoa”. (TAYLOR, 1980, p. 20).

Dessa forma, Taylor buscava maximizar a divisão do trabalho separando definitivamente o trabalho intelectual do trabalho manual por meio da racionalização científica, desenvolvendo um método que otimizasse a produção a partir da análise do posto de trabalho. Ao considerar que o trabalho era prescrito, argumentava que “cada ato elementar do trabalhador pode ser reduzido a uma ciência”. (TAYLOR, 1980, p. 69). Defendia, portanto, que cada posto tinha suas funções. Sendo assim, a natureza dos princípios do trabalho que regiam determinado posto era o que classificaria o trabalhador adequado para o mesmo. Esta classificação, por sua vez, deveria ser desempenhada por uma administração científica. (BRAVERMAN, 1987; TAYLOR, 1980).

Noutro giro, visando imputar maior controle na administração do trabalho, Taylor consolidou a gerência científica elegendo o tempo e a produção como elementos essenciais a serem observados para refletir sobre o que considerava desperdício. Isto porque compreendia a resistência operária sob a ótica do que denominou “vadiagem” (TAYLOR, 1980, p. 32). Embora Taylor não tenha vivido para testemunhar o impacto de suas ideias nas formas de

---

<sup>19</sup> Nascido em 1856, faleceu em 1915. (TAYLOR, 1980, p. 11 e 20). Escreveu a obra *Princípios de Administração Científica* na qual inovou ao expor suas ideias acerca dos fundamentos e princípios para uma melhor administração da organização do trabalho nas empresas.

organização do trabalho, é certo que o Taylorismo foi disseminado ao redor do mundo repercutindo nas indústrias de vários países dentre os quais Inglaterra, França, Alemanha e, especialmente, nos Estados Unidos.

Neste aspecto, importante ressaltar que as ideias, concepções e conceitos do *Taylorismo* no que tange à organização do trabalho e controle da gerência científica foram assimilados e aperfeiçoados por Henry Ford (s.d.) nas primeiras décadas do século XX. Na elaboração da sua linha de montagem, a aceleração do ritmo da produção foi determinante para a construção massiva do automóvel padrão Modelo T.

Ford idealizou a produção em série com operações pormenorizadas e repetitivas utilizando os fundamentos do Taylorismo, alcançando uma aceleração extraordinária do ritmo no processo produtivo transformando-se num padrão dominante no mundo capitalista que predominou no período de 1945 a 1972. Não obstante, Gramsci (1976, p. 405) chamou a atenção para a não sustentabilidade do modelo fordista vez que estaria fundado no “monopólio que lhe foi proporcionado pela primazia na implantação de novos métodos” os quais possibilitaram a massificação da produção e do consumo. Os acontecimentos históricos não tardaram a demonstrar, todavia, que Gramsci estava correto. Quando, ainda em 1934, escreveu que tal monopólio seria “destruído pela difusão dos novos métodos” o que obrigaria a baixar os preços das mercadorias, também anteviu a repercussão do “fenômeno japonês do baixo preço das mercadorias”.

O fenômeno japonês referido despontou após a segunda guerra mundial e em razão da crise que se instalou no modo capitalista de produção em meados da década de 1970, ficando conhecido como *Toyotismo*. (ANTUNES, 2000). Sobre a trajetória do modelo japonês, Hirata e Zarifian (1991, p. 174) explicitam que

A trajetória adotada pelo Japão é singular, no sentido de que a competência tecnológica primeiramente se polarizou em inovações diferenciais, isto é, em inovações que, partindo de técnicas já existentes permitem, à força de constantes melhorias, alcançar *performances* superiores às dos concorrentes. [...]

Sabe-se que os japoneses começaram por assimilar as tecnologias existentes nos países europeus de industrialização avançada. Mas não se limitaram a uma simples *imitação*. Estabeleceram um rigoroso processo de seleção e reapropriação destas tecnologias, aperfeiçoando, assim, o seu uso.

Pode-se até mesmo dizer que criaram novos critérios de *performance* industrial e, em seguida, por força da concorrência, impuseram-nos (*sic*) ao Ocidente.

Trata-se de uma nova fórmula de organização do trabalho que, embora se valha da tecnologia Taylorista/Fordista distingue-se e vai além das mesmas, inaugurando um novo padrão de produção. O tipo de organização do trabalho imposto pela indústria Ford exigia dos seus empregados uma qualificação<sup>20</sup> diferenciada que demandava um consumo de força de trabalho cujos salários pagos em contrapartida não eram capazes de retribuir o trabalho despendido em termos de qualidade de vida. Havia, portanto, um excessivo desgaste da força de trabalho que ensejava a instabilidade no seu quadro de empregados. (GRAMSCI, 1976). Contudo, o esforço que passou a ser exigido do trabalhador pelo Toyotismo foi algo sem precedentes, sendo caracterizado pela flexibilização da organização do trabalho.

Inicialmente, rompendo com a relação um homem/uma máquina que fundamentava o Fordismo, o Toyotismo apregooou a chamada polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador japonês que passou a operar com várias máquinas combinando tarefas. Além disso, a terceirização dos serviços e, conseqüentemente, dos direitos trabalhistas passou a ser uma realidade que repercutiu na fragmentação das jornadas de trabalho resultando numa maior intensificação da exploração do trabalhador como explicita Antunes (2000).

Todas estas transformações tecnológicas ocorridas no mundo do trabalho durante o século XX, ou seja, o avanço das forças produtivas que se deu com a superação do Taylorismo pelo Fordismo e deste pelo Toyotismo, decorreram de crises do modo capitalista de produção em razão de sua incessante demanda pela ampliação dos mercados. Dessa forma, tem-se que o capitalismo se *estrangula*, mas também se *reinventa* restando caracterizada uma nova divisão do trabalho a partir de um fenômeno de amplitude local, regional e mundial chamado globalização ou mundialização do capital. Cumpre inferir que tal fenômeno implica que uma relação direta pode ser estabelecida entre os acontecimentos locais e mundiais<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Aqui é preciso fazer uma distinção, pois o sentido de qualificação se baseia nas obras de Antunes (2000) e Gramsci (1976). Ambos parecem se fundar na concepção de Braverman (1987) de qualificação, segundo a qual esta se contrapõe à desqualificação e não à desvalorização do indivíduo como acredita Soares (1989).

<sup>21</sup> Conforme Ianni (1994, p. 03): “[...] Tudo o que continua a ser local, provinciano, nacional e regional – compreendendo identidades e diversidades, desigualdades e antagonismo – adquire novos significados, a partir dos horizontes abertos pela emergência da sociedade global.”

### 2.1.2 Heterogeneização da classe trabalhadora e integração das mulheres no mercado de trabalho

Na perspectiva de Braverman (1987) os sindicatos estavam atentos às transformações tecnológicas e suas repercussões na órbita do trabalhador. Desde o Taylorismo observaram os efeitos da gerência científica e a maximização da divisão do trabalho que cada vez mais afastava o operário do conhecimento profundo acerca do processo de produção limitando-o ao desempenho de tarefas de menor complexidade a partir da instrumentalização do mesmo, o que, na concepção do autor foi um dos principais efeitos da gerência científica.

O advento do Fordismo, por sua vez, proporcionou uma intensificação da exploração da força de trabalho e, em razão de fundamentar-se na verticalização da produção, tinha no *proletariado estável* um dos seus fundamentos mesmo porque perseguia a máxima do bem estar social encontrando seu ápice no período dos trinta gloriosos. Com o Toyotismo e as transformações decorrentes da Reestruturação Produtiva no mundo do trabalho, no entanto, os sindicatos passaram a enfrentar novos desafios em razão da horizontalização e flexibilização da produção (ANTUNES; ALVES, 2004).

Tais circunstâncias geraram uma *fragmentação, heterogeneização e complexificação* da classe trabalhadora a partir dos seguintes aspectos: redução do operariado industrial e fabril estável; aumento da subproletarização; *aumento significativo do trabalho feminino a partir da terceirização e do trabalho em tempo parcial*; assalariamento no setor de serviços; exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; expansão do terceiro setor e do trabalho em domicílio e, por fim, a ampliação das fronteiras do mundo do trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004).

Trata-se, pois, dos desafios e dificuldades que assolam a classe trabalhadora e a organização sindical na atualidade do século XXI. Certo é que a classe trabalhadora foi fragmentada, heterogeneizada e complexificada. Estas circunstâncias impactaram frontalmente a sua representatividade e parecem ter como caráter principal a desunião que redundou na dificuldade de se estabelecer uma consciência de classe. Em termos de evolução histórica, nota-se que a trajetória do movimento sindical denota um caráter cíclico, remontando às preocupações externadas por Marx ainda em suas origens.

Autores como Antunes (2000) e Ianni (1994) afirmam que a classe operária sofreu transformações decorrentes da evolução tecnológica no mundo a partir dos anos 1980 que impactaram diretamente o movimento sindical enfraquecendo-o. No Brasil, tais mudanças

foram sentidas tardiamente, a partir dos anos 1990, em razão da conjuntura político-ideológica peculiar pela qual o movimento sindical brasileiro se encontrava envolto nos anos 1980 como explanado alhures. Mas o fato é que, além do desemprego estrutural, a precarização do trabalho que se identifica no trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado, foi uma consequência dessas transformações que fomentou a heterogeneização da classe trabalhadora a partir da incorporação do contingente feminino no mercado de trabalho, tornando-se um desafio para o movimento sindical em termos de representação e solidificação da consciência de classe.

A evolução tecnológica está, portanto, relacionada à incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo a partir da ocupação de postos de trabalho precarizados por mulheres. O sindicalismo, no entanto, tem encontrado dificuldade para incorporar e integrar as mulheres excluindo-as do seu espaço. (ANTUNES, 2000; ANTUNES, 2005). O mundo do trabalho vivencia, pois, uma crise de proporções ainda não dimensionadas. Neste início de século XXI, para se compreender quem é a classe operária, “é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

### **2.1.3 Centralidade da categoria trabalho e a nova morfologia da classe trabalhadora**

A centralidade da categoria trabalho passou a ser discutida a partir da crise do modelo de acumulação nos anos 1970 porque as transformações no mundo do trabalho provenientes, sobretudo, da revolução tecnológica se tornaram inolvidáveis. Assim, vários autores<sup>22</sup> a exemplo de Gorz (1982) passaram a discutir a noção de trabalho enquanto categoria central sustentando que a mesma não poderia mais servir de fundamento à integração social. Ao argumento de que a concepção de sociedade baseada no modelo trabalho estaria superada, surgiram teses que preconizavam o fim do trabalho ou, no caso de Gorz, a abolição do trabalho<sup>23</sup> no sentido criado a partir do advento do industrialismo. Segundo o autor

No sentido que o entendemos atualmente, o trabalho nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e com os proletários. Atualmente designa uma

<sup>22</sup> Antunes (2000) apresenta sua análise acerca da centralidade da categoria trabalho comentando as diferentes concepções de autores como Claus Offe, Benjamim Coriat, Alain Touraine, Jean Lojkine, Fergus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandel, István Mészáros. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>23</sup> Segundo Gorz (1982, p.11 ), a abolição do trabalho não significa a abolição do esforço nem a entrega total ao ócio, mas “a supressão progressiva, e que jamais será total, da necessidade em que estamos, de comprar nosso direito à (praticamente sinônimo de direito ao salário) alienando nosso tempo, nossa vida.”

atividade que se exerce: 1) por conta de um terceiro; 2) em troca de um salário; 3) segundo formas e horários fixados por aquele que paga; 4) visando fins que não são escolhidos por quem o executa. (GORZ, 1982, p. 09).

Conforme Silva (2000, p. 165), Gorz defendia a tese de que a revolução microeletrônica tenderia “a eliminar todo trabalho que envolve um contato direto com a matéria, assim como a própria classe operária”.

A revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho. E essa última deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade de trabalho necessário decresce rapidamente até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais um face a face do trabalhador com a matéria. A transformação desta não resulta de uma atividade imediata completa e soberana. (GORZ, 1983, p. 73 *apud* SILVA, 2000, p. 165).

Antunes (2000, p. 83) refuta esta tese acerca do descentramento da categoria trabalho. Para o autor

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria *trabalho* na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma *sociedade produtora de mercadorias*. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção.

Ao reconhecer que a chamada reestruturação produtiva deu azo a um processo de precarização do trabalho repercutindo na morfologia da classe trabalhadora para torná-la mais fragmentada, heterogênea e complexificada, Antunes (2000) questiona as teses que anunciam o fim do trabalho e pugna pela ampliação da concepção de trabalho a partir da evolução tecnológica: “exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar a *utilização e a produtividade do trabalho de modo que intensifique as formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido*”. (ANTUNES, 2000, p. 10).

O incremento da força de trabalho tem como uma das principais características a incorporação das mulheres na classe operária por meio da inserção das mesmas no mercado de trabalho situação esta que, no Brasil, sofreu maior intensificação a partir da década de

1970<sup>24</sup>. Esta seria a expressão de maior monta da heterogeneização da classe trabalhadora. Tanto é assim que as pesquisas demonstram um progresso na ocupação de postos de trabalho pelas mulheres no Brasil, impulsionado, dentre outros fatores, pela maior escolaridade do sexo feminino.

Contudo estas mesmas pesquisas salientam que, embora as trabalhadoras tenham uma escolaridade superior, verificam-se diferenças de salário, de jornada e a segregação ocupacional, havendo uma tendência à precarização dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres. Demonstram, ainda, que no mercado formal, as mulheres ocupam postos tradicionalmente femininos nas indústrias (costureiras, cabeleireiras, esteticistas, faxineiras, cozinheiras, etc..) bem como a existência dos chamados guetos femininos (enfermagem, nutrição, psicologia, magistério, secretárias, auxiliares de escritório, etc...). (BRUSCHINI, 2007; HIRATA; KERGOAT, 2007; LEONE; TEIXEIRA, 2010; SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Compreende-se, pois, que a questão da centralidade da categoria trabalho está relacionada com os avanços tecnológicos, com a influência dos mesmos na organização do trabalho e, via de consequência, na conformação da classe trabalhadora. Uma concepção ampliada da categoria trabalho leva a crer que a necessidade de incremento da força de trabalho em conjunto com outros fatores<sup>25</sup> permitiu a inserção das mulheres no mercado de trabalho em que pese haver uma tendência à precarização dos postos de trabalho ocupados por elas.

Uma vez inseridas no mercado de trabalho, as mulheres deparam-se com obstáculos que interferem para que as mesmas mantenham-se trabalhando e alcancem uma inserção apropriada. A inserção da mulher na esfera pública ainda não alcançou patamares de razoabilidade. O desequilíbrio é latente e no aspecto sindical passou a ser estudado e analisado estatisticamente, por iniciativa das próprias mulheres sindicalizadas no âmbito de suas categorias profissionais. O resultado destas pesquisas diagnosticou a disparidade entre o substantivo aumento de mulheres associadas aos sindicatos e sua reduzida participação nas

---

<sup>24</sup>“A inserção da mulher na atividade econômica intensificou-se a partir da década de 70. No Brasil, este foi um momento de intensa expansão da economia [...]. Prosseguiu depois de 1980 [apesar] da estagnação da atividade econômica da década de 80 e da reestruturação da economia com a liberalização comercial e financeira dos anos 90”. Conforme Leone e Teixeira (2010, p. 02)

<sup>25</sup> “A mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas, sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos [19]70. Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho”. (BRUSCHINI, 2000, p. 17).

instâncias de direção das entidades de classe. (BERTOLINI; KAMADA, 2012; GIULANI, 2011).

Apesar da sindicalização feminina nos anos 70 e 80 ter alcançado altos índices e do crescimento em termos de participação das mulheres no mercado de trabalho, os interesses das mesmas não estavam sendo tratados adequadamente pelos sindicatos. A restrita participação feminina em cargos representativos passou a chamar a atenção como sendo um dos fatores que levava a uma sub-representação das mulheres, ensejando ações afirmativas com a finalidade de mitigar a situação.

## **2.2 Ações afirmativas no combate às desigualdades de gênero: Política de cotas no quadro diretivo do sindicalismo brasileiro**

Nos anos 90 do século XX a política de cotas mínimas de participação das mulheres nos quadros diretivos dos sindicatos foi aprovada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e incorporada pela Força Sindical com o objetivo de reduzir a desigualdade nos postos de representação. (ARAÚJO; FERREIRA, 2000; BERTOLINI; KAMADA, 2012; CASTRO, 1995; GIULANI, 2011). Embora em seu nascedouro a política visasse estipular uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para ambos os sexos nas instâncias de direção das centrais sindicais, tal medida acabou vinculada a uma cota para mulheres como resultado da restrita participação e presença das mulheres nos quadros de direção. (MEDEIROS, 2008). Esta iniciativa repercutiu no cenário político brasileiro:

No Brasil, as cotas para mulheres nas eleições legislativas foram instituídas, na proporção de 20% dos assentos, pela Lei nº 9.100/95, de autoria da deputada federal Marta Suplicy. A partir da Lei nº 9.504/1997, que alterou a legislação eleitoral, a reserva de vagas foi elevada para 30%. Regina Celi Pinto registra ter havido pouca resistência dos partidos às cotas, o que atribuiu à não obrigatoriedade do seu preenchimento (o partido não podia preenchê-las com candidatos homens, mas não ficava sujeito a sanções se não as preenchesse com mulheres). Em 2009, a Lei Eleitoral passou por uma minirreforma, que mudou o parágrafo único do artigo 10. A nova redação prevê que cada partido ou coligação “preencherá”, e não mais “reservará”, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Com a mudança, há a obrigatoriedade do preenchimento da cota. Todavia, a eleição de 2010 demonstrou que os partidos não cumpriram a determinação legal. Apenas 17,3% dos partidos alcançaram o percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, ou seja, 82,7% desrespeitaram a legislação. (BERTOLINI; KAMADA, 2012, p. 39).



A política de cotas tem sua importância porque retira da invisibilidade o problema da sub-representação feminina e da segregação das mulheres no espaço sindical e político. Contudo, não garante que, se eleitas, as mulheres priorizarão demandas de gênero. Neste ponto, embora concordem com a relevância da iniciativa, os autores são unânimes na análise de que, sozinha, tal medida não é capaz de equacionar a contento o problema da assimetria nos postos de poder. (ARAÚJO; FERREIRA, 2000; BERTOLINI; KAMADA, 2012; CASTRO, 1995; GIULANI, 2011; MEDEIROS, 2008).

No aspecto sindical, embora pesquisas mostrem um aumento da presença das mulheres nos cargos de direção da CUT e da Força Sindical desde a adoção da política de cotas, tal medida ainda não foi verdadeiramente assumida pelos sindicatos, federações e confederações que não a aplicam efetivamente. Estas mesmas pesquisas discutem que a assimetria nos postos de poder se perpetua por diversos fatores, mas deixam clara a influência da divisão sexual do trabalho para este resultado no âmbito diretivo sindical (BERTOLINI; KAMADA, 2012; MEDEIROS, 2008). Neste sentido afirma Medeiros (2008, p. 21):

As mulheres ao entrarem nos sindicatos, se deparam com a estranheza de estar num lugar que culturalmente “*é um lugar masculino*” – o lugar do outro. A constituição do poder sindical é masculina e as mulheres trazem novas demandas para o sindicato “*para as questões e os valores das mulheres*”. Elas se deparam, ainda, com outra situação, que também limita sua participação na estrutura sindical: “*a idéia de que a mulher não teria interesse pelo poder político*”. Isto nos remete ao resgate do processo de socialização e identidade de gênero, isto é, se por um lado, elas enquanto indivíduos, não foram motivadas no processo de socialização para a participação política, por outro, a própria estrutura social e sindical contribui para que essa idéia se solidifique. Podemos perceber isto na fala de uma dirigente sindical do sindicato dos Bancários de PE; “*É interessante notar que mesmo quando existem mulheres nas direções, não há interesse dos sindicatos em formar quadros femininos*”.

Vale acrescentar, ainda, que as pesquisas ressaltam que, quando conseguem chegar à diretoria das entidades sindicais, normalmente as mulheres sofrem uma segregação de cargos. Dificilmente assumem cargos de maior prestígio e poder de decisão tais como presidência, secretaria geral ou tesouraria.

Assim, as cotas são consideradas um avanço no sentido de dar visibilidade ao problema da sub-representação feminina. Após 20 anos da sua instituição, as conquistas se mostram ainda tímidas, permanecendo muitas desigualdades de gênero no setor. Tal política sozinha não tem o condão de alterar a realidade da assimetria existente nos postos de poder e ainda não foi assumida e aplicada efetivamente pelas entidades sindicais. Esta reflexão tende

à conclusão de que o sindicato se perpetua como espaço masculino influenciado como tantos outros pela divisão sexual do trabalho.

### 2.2.1 Composição das bases das categorias profissionais e das diretorias das categorias profissionais

Em razão da segregação profissional que perpassa o mercado de trabalho, as mulheres tendem a ser maioria<sup>26</sup> em determinadas categorias profissionais, como mostra o Quadro 1. Conforme Teixeira e Pelatieri (2008, p. 16) “Os dados confirmam a predominância das mulheres nas áreas consideradas de ‘trabalho feminino’, como educação, saúde, emprego doméstico e na indústria o setor têxtil e de vestuário.” A mesma pesquisa verificou que as mulheres são maioria entre os sindicalizados nos setores retromencionados:

Quadro 1  
Proporção de Associados entre homens e mulheres sobre o universo do total de associados para os trabalhadores(as) formais no Brasil [em termos percentuais – 1998, 2002 e 2006]

Atividades econômicas	1998		2002		2006	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agricultura	92	8	89	11	88	12
Extrativa Mineral	92	2	94	6	94	6
Indústria de Alimentos	78	22	77	23	77	23
Indústria têxtil e vestuário	49	51	48	52	46	54
Indústria química	82	18	76	24	81	19
Construção civil e madeira	85	15	89	11	84	14
Indústria metalúrgica	89	11	88	12	89	11
Urbanitários	86	14	86	14	83	17
Sistema financeiro	58	48	58	42	55	45
Comércio e Serviços	64	36	64	36	61	39
Transporte	91	9	90	10	88	12
Administração pública	59	41	67	33	60	40
Indústria gráfica	67	33	76	24	65	35
Correios e telecomunicações	72	28	70	30	60	40
Emprego doméstico	30	70	27	73	16	84
Educação	24	76	27	73	25	75
Saúde e Serviços sociais	20	80	24	76	24	76
Total	68	32	68	32	66	34

Fonte: TEIXEIRA; PIERATIELE, 2008, p. 17.

De acordo com as autoras:

<sup>26</sup> Conforme definição de Ferreira (2008, p. 530), maioria é um substantivo feminino. Significa “O maior número ou a maior parte”. Majoritário, por sua vez, é um adjetivo que significa “Relativo à maioria”.

Dos 17 setores econômicos analisados, em 4 destes setores as mulheres são maioria entre os sindicalizados (as): têxtil e vestuário (54%), educação (75%), saúde e serviços sociais (76%) e emprego doméstico (84%). Em 5 dos setores econômicos analisados a participação das mulheres entre os associados (as) ultrapassa os 30%, são eles: comércio e serviços (39%); indústria gráfica (35%); sistema financeiro (45%); correios e telecomunicações (40%) e administração pública (40%). Nos demais 8 setores as mulheres são menos de 30% do total de sindicalizados (as).

Não é demais destacar os 8 setores nos quais as mulheres representam menos de 30% do total de sindicalizados. São eles: agricultura, extrativa mineral, indústria de alimentos, indústria química, construção civil e madeira, indústria metalúrgica, urbanitários e transporte. Nestes setores, as mulheres também significaram minoria nas bases das categorias nos períodos analisados, ou seja, 1998, 2002 e 2006. (TEIXEIRA; PELATIERI, 2008). Assim, questiona-se se pode haver relação entre atividade profissional desempenhada pela categoria e o sexo predominante nos quadros diretivos das mesmas. Conforme Ferreira (2004, p. 393) “Hipoteticamente, poderíamos imaginar que, no caso de uma categoria cuja base é formada majoritariamente por mulheres, a representação feminina se alterasse”.

Estudos demonstram que há uma feminização de determinados setores como os indicados acima que reflete na representação dos sindicatos respectivos. Ao examinar a participação sociopolítica das mulheres no âmbito do Estado, nos partidos políticos e em organismos de representação da sociedade civil, como sindicatos, associações profissionais e empresariais, etc..., a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) deixou evidenciado que

*El liderazgo sindical de las mujeres es diferente por sectores y refleja la feminización de estos. Así' es posible encontrar mayor representación femenina en los sindicatos del sector servicios y algunas ramas industriales y de comercio. Sin embargo, la integración femenina a la actividad sindical enfrenta diversos obstáculos: entre ellos se señala la doble jornada, la falta de servicios de apoyo para las tareas del hogar y el cuidado infantil, la debilidad de la identidad laboral femenina, y la dinámica del funcionamiento sindical, que es muy masculina, desde el tipo de preocupaciones y prioridades políticas hasta los horarios. (CEPAL, 1999, p. 81).<sup>27</sup>*

---

<sup>27</sup> A liderança sindical das mulheres é distinta por setores e reflete a feminização destes. Assim é possível encontrar maior representação feminina nos sindicatos do setor de serviços e alguns ramos industriais e de comércio. Entretanto, a integração feminina à atividade sindical enfrenta diversos obstáculos. Entre eles se destacam a jornada dupla, a falta de serviços de apoio para as tarefas do lar e cuidado infantil, a fraqueza da identidade laboral feminina e a dinâmica do funcionamento sindical, que é muito masculina, desde o tipo de preocupações e prioridades políticas até os horários. (Tradução livre).

A assertiva contida no documento acima referido também foi considerada no estudo de Ferreira (2004). A autora comparou filiação e presença nas diretorias do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) segundo o sexo buscando verificar se a situação naquela entidade de classe era diferente daquelas compostas majoritariamente por homens concluindo que

Em síntese, o que esses dados denotam pode ser resumido no seguinte. No caso do CPERS/Sindicato, que agrupa sindicalizadas/os e categoria-base formada majoritariamente por mulheres, a presença delas na diretoria da entidade não é reduzida, tal como se percebe em outras instâncias de representação da sociedade brasileira, inclusive sindicatos de outras ocupações. Apesar disso, em determinado período histórico, os homens ocuparam lugares, na direção do CPERS/Sindicato, que antes eram ocupados por mulheres, especificamente os espaços de maior poder de mando e de prestígio. (FERREIRA, 2004, p. 404).

Ao estudarem as mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical, Leone e Teixeira (2010, p. 18) analisaram entidades representativas de diversos seguimentos quanto à participação das mulheres nas direções sindicais como mostra o Quadro 2:

Quadro 2  
Participação das Mulheres em Direções Sindicais no Brasil – [2010]

Entidade Sindical	Direção	(%) mulheres
Confederação Nacional dos Metalúrgicos CNM/CUT	Direção (27) Mulheres (5)	18,5
Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNQ/CUT	Direção (16) Mulheres (1)	6,3
Confederação dos Trabalhadores do Ramo Químico - CNQ/CUT	Direção (21) Mulheres(3)	14
Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF/CUT	Direção (13) Mulheres (2)	15
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – UGT	Direção Executiva (9) Mulheres (1)	11
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo	Direção executiva (11) Mulheres (1)	9
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	Diretoria executiva (9) Mulheres – nenhuma	-
APEOESP – CUT	Diretoria executiva (30) Mulheres (11)	37
Sindicato dos Bancários de São Paulo/CUT	Diretoria executiva (12) Mulheres (6)	50

Fonte: Leone e Teixeira, 2010, p. 19.

Das nove entidades analisadas em apenas duas a participação das mulheres ultrapassa 30%. De acordo com as autoras:

A sub-representação das mulheres se expressa em todos os âmbitos da vida pública. Em relação aos sindicatos, a liderança sindical das mulheres é diferente por setores e reflete a feminização destes. Assim, é possível encontrar maior representação feminina nos sindicatos do setor de serviços. É exatamente do que trata o exemplo acima, as duas entidades em que se observa maior presença de mulheres na direção e em cargos de poder pertencem a duas entidades ligadas à área de serviços; ramo da educação e financeiro. (LEONE; TEIXEIRA, 2010, p. 19)

Nesse mesmo sentido o resultado de pesquisa realizada em 1999 por Medeiros (2008, p. 21) em sindicatos do estado de Pernambuco. Numa análise de sindicatos determinados, a autora procurou identificar “onde estão as mulheres” chegando aos números e percentuais apresentados no Quadro 3:

Quadro 3

Direções executivas dos sindicatos [do estado de Pernambuco] segundo o sexo [1999]

<b>Sindicatos</b>	<b>Homem</b>	<b>%</b>	<b>Mulher</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Bancários	12	80	3	20	15	100
Metalúrgicos	9	100	0	0	9	100
SINDPD	6	75	2	25	8	100
SINTEPE	3	23,1	10	86,9	13	100
SINTTEL	4	57,1	3	42,9	7	100
Tecelões	5	83,3	1	16,7	6	100
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>67,2</b>	<b>19</b>	<b>32,8</b>	<b>58</b>	<b>100</b>

Fonte: Medeiros, 2008, p. 21.

Interpretando os dados coletados, a autora expressa que:

Este quadro indica a predominância masculina em 90% dos sindicatos. A exceção ocorre no SINTEPE, que apresenta em sua executiva a mesma proporcionalidade de gênero existente em sua categoria – dos professores (as). Isto indica que, na executiva, enquanto lugar de decisões e de poder há uma distância na representação política, isto é, não somente as mulheres encontram-se em larga minoria, como o poder encontra-se centrado em alguns homens. (MEDEIROS, 2008, p. 22).

No ano de 2006 Medeiros (2008, p.25) voltou a verificar as direções dos sindicatos que haviam feito parte do seu estudo em 1999. A autora assim reporta a sua experiência:

[...] no Sindicato dos Metalúrgicos, não tinha nenhuma mulher na atual direção, no período estudado tinha uma mulher na Executiva, na Secretaria de Assuntos Jurídicos e mais duas em outros cargos na direção geral, mas representando apenas 6,5% da executiva. No Sindicato dos Bancários de Pernambuco, tem seis mulheres na executiva, nas seguintes secretarias: Geral, Imprensa e Comunicação, Formação, Aposentados, Mulher e Intersindical - elas são 40% da categoria, na direção, somam um total de 17 mulheres, 24% do total de 70 dirigentes, havendo um crescimento de participação na Executiva, mas no quadro geral se mantém com percentual inferior a cota. No Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (SINDPD), elas estão na executiva, nas Secretarias: Geral, Finanças, Saúde e Formação, somando 38% do total, com aumento da participação na executiva em 100%. O SINTEPE é o sindicato que mais nos surpreendeu, sendo o diferencial em nossa amostra, cuja participação masculina na direção geral chegava a 30%, representando assim um equilíbrio entre a base e a representação sindical. Na atual direção, na composição da executiva as mulheres estão na Vice-presidência, Secretaria Geral, Formação, Assuntos Educacionais, Filiação e Patrimônio, Aposentados(as), Assuntos do Interior e Políticas Sociais, representando apenas, 39% do total da direção, de 31 dirigentes.

Para a autora

Apesar de em 2006 termos chegado a 43,8% da PEA; 47 em cada 100 mulheres encontrarem-se trabalhando em 2006; Entre 2002 e 2006 o índice de trabalhadoras associadas a algum sindicato ter crescido 33%, ou seja, 40% dos sócios são mulheres... Ainda não estamos devidamente representadas nas direções e nos diversos espaços das entidades... (MEDEIROS, 2008, p 31).

Entendeu-se por necessário colacionar as transcrições acima em sua literalidade para demonstrar de forma fidedigna as pesquisas selecionadas para comparação na presente análise. Estas indicaram unanimemente o setor de serviços como o de categorias cujas bases são majoritariamente femininas destacando-se: educação, saúde, doméstico, financeiro, têxtil e vestuário. Por outro lado também indicaram que nos setores da agricultura, extrativa mineral, indústria de alimentos, indústria química, construção civil e madeira, indústria metalúrgica, urbanitários e transporte a base das categorias é majoritariamente masculina.

Em termos de análise da representatividade, observou-se que a feminização da categoria tem influenciado para uma maior presença de mulheres nos quadros dirigentes dos sindicatos notadamente após a política de cotas. Contudo trata-se de uma situação volátil. Conforme verificado por Medeiros (2008) em pesquisa realizada no sindicato dos professores

de Pernambuco – SINTEPE, em 1999 havia uma proporcionalidade entre a quantidade de homens e mulheres na base da categoria e no quadro de direção. Revisitada em 2006 tal situação não se verificou.

Além disso, não se deve confundir a maior presença das mulheres nestas diretorias com a maior participação ou atuação das mesmas, pois as pesquisas também reforçam que, uma vez nas diretorias, as mulheres são segregadas a cargos considerados de menor importância, sendo aqueles de maior prestígio e notoriedade (presidência, secretaria geral, tesouraria) normalmente destinados aos homens. Da mesma forma, constatou-se que a feminização das categorias analisadas não significou necessariamente uma presença majoritária de mulheres nas diretorias das mesmas.

### **2.3 Participação feminina nas diretorias dos sindicatos dos trabalhadores na indústria metalúrgica brasileira**

A análise realizada aponta que o sindicato se perpetua como espaço público masculino influenciado como tantos outros pela divisão sexual do trabalho a dificultar a ascensão das mulheres aos quadros diretivos. A feminização da categoria de determinados sindicatos tem influenciado para um aumento da presença de mulheres no âmbito diretivo destes que, todavia, ainda não se define como majoritária.

Em que pesem todas as circunstâncias desfavoráveis à inserção das mulheres nas diretorias dos sindicatos já verificadas, as pesquisas, por outro lado, também revelaram um caráter de transgressão por parte das mesmas. Apesar das adversidades elas conseguem se fazer presentes nas diretorias de determinadas entidades sindicais cujas bases, inclusive, são majoritariamente masculinas. É o que foi possível perceber com relação à categoria dos metalúrgicos.

Os dados apresentados no Quadro 1 mostraram que no setor da indústria metalúrgica a base da categoria é majoritariamente masculina (TEIXEIRA; PELATIERI, 2008). Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) em parceria com o DIEESE, com apoio da *Canadian Auto Workers* (CAW) reforça este resultado. Aprofundando a análise acerca da situação da mulher metalúrgica, foram elaborados a Tabela 1 e o Gráfico 1 que mostram a evolução do número de ocupados no ramo metalúrgico segundo o sexo dos trabalhadores:

Tabela 1: Variação anual e variação acumulada do número de ocupados no ramo metalúrgico, segundo sexo - Brasil - 2002 a 2010

Ano	Total de Ocupados			Variação Anual			Variação Acumulada		
	Homens	Mulheres	Total	Homen s	Mulhere s	Total	Homen s	Mulhere s	Total
2002	1147426	197575	1345001	-	-	-	-	-	-
2003	1185157	207857	1393014	3,29	5,2	3,57	3,29	5,2	3,57
2004	1331862	239626	1571488	12,38	15,28	12,81	12,38	20,49	16,38
2005	1387894	258424	1646318	4,21	7,84	4,76	19,87	28,33	21,14
2006	1502262	275346	1777608	8,24	6,55	7,97	28,11	34,88	29,12
2007	1675711	313921	1989632	11,55	14,01	11,93	39,66	48,89	41,05
2008	1754378	338404	2092782	4,69	7,8	5,18	44,35	56,69	46,23
2009	1633498	331340	1964838	-6,89	-2,09	-6,11	37,46	54,6	40,12
2010 (jan-out)	1800658	376770	2177428	10,23	13,71	10,82	47,7	68,31	50,94

Fonte: CNM/CUT; DIEESE; CAW, 2010, p. 19.

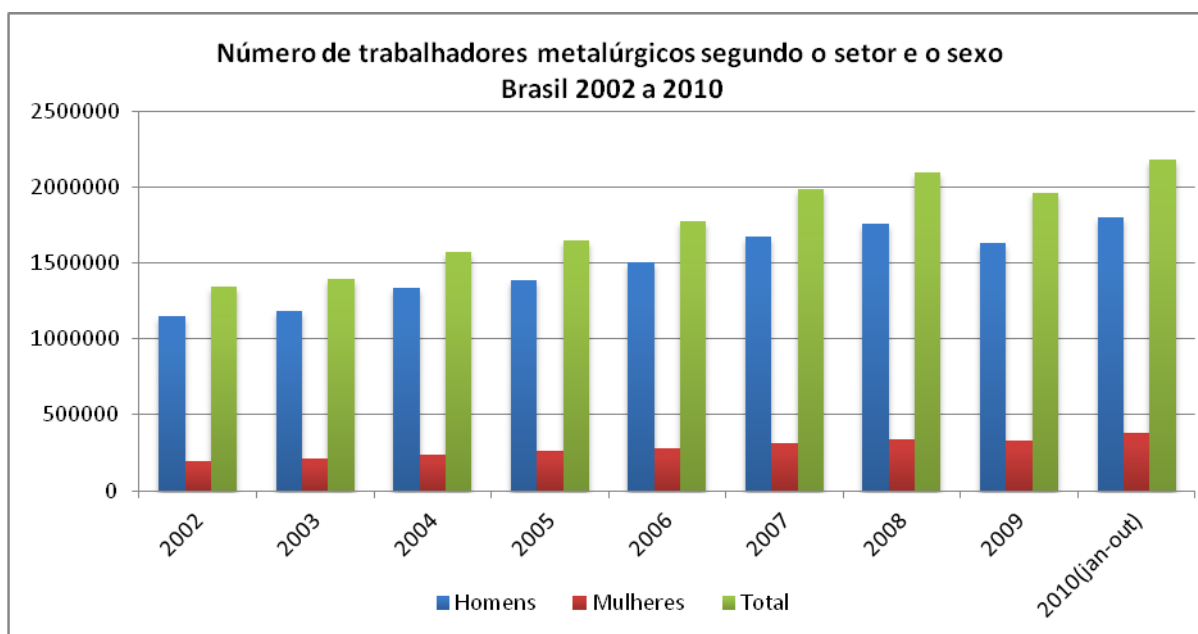


Gráfico 1: Variação anual e variação acumulada do número de ocupados no ramo metalúrgico, segundo sexo - Brasil - 2002 a 2010. Fonte: CNM/CUT; DIEESE; CAW, 2010, p. 18.

Esta pesquisa observou que, no intervalo que separa os anos de 2002 e 2010, apesar das “mulheres terem conquistado maior peso no emprego, as mudanças foram pequenas: em 2002 as mulheres representavam 14,7% do total de ocupados, praticamente oito



anos depois, ao final de outubro de 2010, passaram a participar com 17,3%”. Outro estudo acerca do mercado de trabalho e controle do processo de trabalho na indústria voltado para a região Norte de Minas Gerais afirmou que

Para o subsetor **Metalúrgico**, o percentual de participação feminina na produção é muito diferente do setor industrial em geral e dos outros subsetores. Nele, a participação feminina sempre foi a menor, dentre os subsetores selecionados, não atingindo 5% de mulheres na produção em nenhum ano, para o período de 1985-2010, [...], ainda que essa participação tenha crescido um pouco na década de 2000, após declínio na década de 1990. (SINDEAUX, 2012, p. 133).

Não obstante constituírem a minoria na base dos metalúrgicos, as mulheres se fazem presentes nas diretorias representativas de algumas entidades desta categoria profissional. Conforme Leone e Teixeira (2010) 18,5% dos 27 cargos de direção da Confederação Nacional dos metalúrgicos (CNM/CUT); 6,3% dos 16 cargos de direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM/FS); 9,0% dos 11 cargos de direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo eram ocupados por mulheres.

A pesquisa realizada pela Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo FEM - CUT/SP em parceria com o DIEESE reforça este resultado. Aprofundando a análise acerca da situação da mulher metalúrgica, foi elaborada a tabela a seguir que mostra a ocupação de cargos diretores por mulheres.

Tabela 2  
Total de dirigentes e número de entrevistadas segundo sindicato  
Estado de São Paulo em 2011

Sindicato	Mulheres			
	Total		Entrevistadas	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
ABC	12	27,3	10	26,3
Bauru	2	4,5	2	5,3
Itaquaquecetuba	3	6,8	1	2,6
Itu	2	4,5	2	5,3
Monte Alto	2	4,5	2	5,3
Salto	5	11,4	5	13,2
São Carlos	5	11,4	5	13,2
Sorocaba	3	6,8	1	2,6
Taubaté	10	22,7	10	26,3
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

Fonte: FEM - CUT/SP; DIEESE, 2011, p. 25.

Até o momento foi possível perceber que os estudos sobre o tema se esforçam em explicar e compreender os motivos que levam à restrita participação das mulheres nas diretorias das entidades sindicais no Brasil. Neste aspecto, a presente pesquisa propõe uma mudança de direção e irá centrar-se na experiência pessoal de mulheres que se inserem na diretoria de sindicatos representativos de categorias que são na sua maioria compostas por homens tal como os metalúrgicos, visando compreender o aspecto da transgressão: o que aconteceu na trajetória de vida dessas mulheres que as impulsionou nesta direção? A quais provas e/ou desafios foram submetidas e como responderam a eles?

Foi selecionado como unidade de análise para a pesquisa o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Siderúrgica, Fundição, Reparo e Acessório de Veículos, Montagens de Painéis Elétricos e Eletrônicos, de Material Elétrico e de Informática de Montes Claros e Região (SINDMETALMOC). Antes de conhecê-lo, contudo, é preciso que se compreenda a teoria das provas desenvolvida a partir da sociologia da individuação.

### 3. Procedimentos metodológicos da pesquisa

O capítulo que se inicia apresenta o referencial analítico que será utilizado nesta pesquisa. Com base na sociologia da individuação e no operador *provas*, busca ampliar a análise para relacionar classe social e posição individual. Além disso, apresenta o percurso metodológico transcorrido bem como a unidade de análise selecionada – o SINDMETALMOC. Seu histórico, limites territoriais e a categoria profissional que representa serão fatos considerados sempre da perspectiva das mulheres para articulá-los aos resultados da pesquisa empírica no capítulo 4.

#### 3.1 Referencial analítico

Para verificar o problema de pesquisa, utilizou-se como ferramenta o operador analítico *provas*, isto é, dificuldades e desafios históricos socialmente construídos nas trajetórias laboral e de vida das mulheres que ascenderam à Diretoria da Organização Sindical da indústria metalúrgica. Por meio das *provas* foi possível compreender os desafios enfrentados e as respostas delas para chegarem aonde chegaram, posição em que não era esperada a participação delas. O operador foi desenvolvido por Danilo Martuccelli<sup>28</sup> a partir da sociologia da individuação. Por meio deste operador, foram estabelecidas as dimensões analíticas do estudo e procedida a pesquisa empírica. Trata-se de uma forma de buscar relacionar história do movimento sindical e experiências individuais vivenciadas por mulheres trabalhadoras.

##### 3.1.1 Sociologia da individuação

Para Martuccelli (2007) a sociologia como se tem nos tempos atuais nasceu do caos provocado por duas grandes revoluções: a francesa e a industrial. Até então havia uma ordem social, pois os níveis de vida eram globalmente similares entre os países vez que as únicas energias disponíveis para a produção de bens e serviços eram a humana e a animal. Todavia, enquanto a Revolução Francesa oportunizou uma inversão na percepção do poder

---

<sup>28</sup> Danilo Martuccelli é professor de sociologia da Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da Universidade Paris-Descartes (Sorbonne). Nasceu no Peru em 1964. Fez seus estudos de graduação na área de filosofia na Argentina, mas vive na França onde concluiu seu doutorado em sociologia na década de 1980. É considerado um dos maiores expoentes da sociologia da individuação. (SETTON; SPOSITO, 2013).

político, com a Revolução Industrial adveio o incremento da capacidade de produtividade e o comércio converteu-se em um elemento ordinário.

Inicia-se um estudo acerca das práticas de consumo da população a partir do qual se observa que os indivíduos<sup>29</sup> demonstram as mesmas práticas culturais e econômicas de acordo com a sua classe social. Inaugura-se a primeira forma de representação, o modelo do personagem social a partir da sua posição social. Conforme Martuccelli, (2007, p. 06) “[...] *la palabra mágica fue “posición social”. Comprender un individuo era conocer su posición social. [...] En términos metafóricos es: dime cual es tu posición y yo te diré cual es tu conducta.*”<sup>30</sup>

Assim é que para a sociologia clássica, o indivíduo como tal nunca foi um objeto privilegiado de análise sociológico, pois se entendia que conhecendo a posição do autor individual na sociedade era possível compreender uma grande quantidade de suas facetas. Este modelo “*daba cuenta de lo que era el individuo para la sociologia a partir de un modelo explicativo y de una visión de conjunto de la sociedad*”<sup>31</sup>. (MARTUCCELLI, 2007, p. 09).

Este modelo entrou em crise. Durante os últimos 30 anos do século XX percebeu-se um desacordo entre as experiências pessoais e os processos coletivos e o indivíduo já não poderia mais ser conhecido a partir de um enfoque centrado exclusivamente em sua posição social. Assim, a sociologia viu-se obrigada a modificar sua forma de trabalho deslocando o seu eixo de análise para as interações sociais. Tal modificação iniciou-se com as chamadas microsociologias, originadas na década de 1960 em estudos nos Estados Unidos da América segundo os quais poderiam ser destacados um modelo dominante e três correntes variantes respectivamente: o modelo estrutural-funcionalista e as variantes do interacionismo simbólico; sociologia fenomenológica; etnometodologia. (MARTUCCELLI, 2007).

*A pesar de sus diferencias, una similitud profunda recorre toda estas microsociologías. Em efecto, más allá de los desacuerdos teóricos, y de ciertos acuerdos importantes, todas ellas tienen algo en común: tenían un mismo enemigo, el funcionalismo parsoniano (y de alguna manera el marxismo detrás del funcionalismo). La novedad de estos estudios pasó*

<sup>29</sup> A origem etimológica da palavra indivíduo vem do latim *individuum* e significa corpo indivisível. “Tudo aquilo que constitui uma unidade, não podendo ser dividido sem descaracterizar-se como tal. Objeto simples, sem partes. Aquilo que é contável. Algo que possui características próprias que o distinguem das outras coisas”. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 103)

<sup>30</sup> Mas no fundo, a palavra mágica foi “posição social”. Compreender um indivíduo era conhecer sua posição social. [...] Em termos metafóricos é: diga-me qual é sua posição que eu lhe direi qual é sua conduta. (tradução livre).

<sup>31</sup> Dava conta do que era o indivíduo para a sociologia a partir de um modelo explicativo e de uma visão de conjunto da sociedade. (Tradução livre).

*ampliamente desapercibida en muchos países de Europa continental, a causa entre otras cosas, del vigor del marxismo en este periodo y aún más en América Latina donde jamás se ha terminado por percibir la importancia de la ruptura intelectual producida en este período*<sup>32</sup>. (MARTUCCELLI, 2007, p. 16).

Introduzia-se uma primeira visão da sociologia do indivíduo. Entretanto tal despertar não se verificou simultaneamente na Europa e na América Latina porque estaria atrelado à existência de uma democracia consolidada que faz com que surja o interesse pelos indivíduos. Na Europa somente a partir da década de 1980 passou-se a levantar uma discussão acerca das mudanças de paradigmas para a sociologia partindo da tese da individualização<sup>33</sup>. Originada na Alemanha, esta tese ramificou-se pela Inglaterra e França e tinha como principal característica a ideia de que o eixo das Ciências Sociais que era centrado na sociedade deveria deslocar-se para os indivíduos concedendo maior atenção às experiências individuais para leitura da realidade social. (MARTUCCELLI, 2007).

Assim, é proposto um novo modelo de sujeito diverso do que era preconizado pela sociologia clássica. Esta forma de representação é construída a partir das experiências subjetivas íntimas do indivíduo; considera as dimensões relacionais do sujeito e seu peso teórico bem como o fato do indivíduo ser plural e contraditório enquanto conjunto de disposições; considera o indivíduo além de si mesmo não o limitando às fronteiras do seu próprio corpo ao estudá-lo; na formação da identidade consagra maior importância à narrativa pessoal do sujeito para além do seu papel profissional; compreende o indivíduo mais como um processo que um produto posto que inacabado. (MARTUCCELLI, 2007).

Desse modo, a dupla crise do modelo de personagem social e da ideia de sociedade proporcionou pensar uma sociologia que se concentrasse no indivíduo,

---

<sup>32</sup> Apesar de suas diferenças, uma semelhança profunda ocorre em todas estas microsociologias. Com efeito, mais além dos desacordos teóricos e de certos acordos importantes, todas elas tem algo em comum: teriam um mesmo inimigo, o funcionalismo parsoniano (e de alguma maneira o marxismo por trás do funcionalismo). A novidade destes estudos passou amplamente desapercibida em muitos países da Europa continental, por causa dentre outras coisas, do vigor do marxismo neste período e ainda mais na América Latina onde jamais se havia percebido a importância da ruptura intelectual produzida neste período. (Tradução livre).

<sup>33</sup> Segundo a teoria da individualização, o processo de individualização dos atores foi acelerado porque na contemporaneidade as instituições (a exemplo da família, escola, trabalho) não estão conseguindo corresponder às demandas que lhes chegam, pois estas requerem um tratamento cada vez mais singularizado. A individualização não se confunde com a individuação. A primeira traz a noção de que à medida que a sociedade e suas instituições não podem transmitir de forma harmoniosa normas de ação, caberá aos indivíduos dar sentido às suas trajetórias experimentais por meio da reflexão. A transformação institucional e o processo de produção dos indivíduos seriam analisados sob as mesmas coordenadas utilizadas pela socialização: *“la dependencia es tal con respecto al modelo clásico que es incluso legítimo preguntarse si estamos en presencia de una mera innovación terminológica o delante de una verdadera novedad conceptual”*. (MARTUCCELLI, 2010, p. 18).

fundamentada em três grandes matrizes ou perspectivas teóricas para o tema: a socialização<sup>34</sup>, a subjetivação<sup>35</sup> e a individuação. Trata-se de estratégias de estudo do indivíduo que, embora sejam distintas entre si, têm como característica comum a tendência de singularizar as análises. Cada uma delas visa uma questão teórica específica. Enquanto a socialização preocupa-se em “como se mantém a ordem social” e a “unidade da sociedade”, para a subjetivação a pergunta central gira em torno da questão sobre “como em uma sociedade moderna, racionalizada e altamente administrada existem ainda possibilidades de emancipação do indivíduo?”. (MARTUCCELLI, 2007, p. 75). À pesquisa em andamento interessa conhecer melhor a individuação “*perspectiva particular de estudio que se interroga por el tipo de individuo que es estructuralmente fabricado por una sociedad en un período histórico*”. (MARTUCCELLI, 2010, p. 20).

A sociedade moderna complexificou-se de tal forma que não mais é possível abstrair uma dedução das trajetórias individuais a partir de determinantes sociais. O que a individuação propõe é estudar as consequências do desenvolvimento da modernidade sobre as trajetórias individuais articulando e relacionando a história da sociedade e as experiências individuais (CARRANO, 2009). Assim Martuccelli (2010) ressalta a importância de determinados aspectos relativos à individuação restarem bem compreendidos. Esclarece que opta pela utilização do termo indivíduo porque considera que o conceito de sujeito carrega consigo uma dimensão normativa vez que supõe uma emancipação explícita ou implícita. Ator, por sua vez, compreendido como aquele que tem capacidade de transformar seu entorno, seria uma noção pouco discriminadora.

Outro aspecto que interessa de forma especial é a compreensão acerca da expansão da singularização. Martuccelli (2010) argumenta que a mesma detém um caráter estrutural o qual diz respeito ao fato de que tal expansão não se restringe a um aspecto específico da vida moderna, mas se materializa num processo que se estende a todas as suas esferas, seja ao nível da produção industrial, do mercado de consumo, das instituições, das relações sociais, da justiça, da sociabilidade, etc... A escala do indivíduo é o marco para se estudar a expansão da singularização em razão da sua dimensão qualitativa que exige uma atenção especial às experiências particulares.

---

<sup>34</sup> A socialização foi concebida como um dos principais mecanismos de integração da sociedade permitindo que se produzisse a adequação entre o ator e uma posição social. Para Martuccelli (2010, p. 17) ela encontra seus limites na singularização. “*hoy, la socialización aparece como un formidable mecanismo de fragmentación – cada individuo es el fruto de una serie cada vez más contingente de diferentes experiencias de socialización. La singularidad se impone como una evidencia.*”

<sup>35</sup> A subjetivação encontra no marxismo sua maior expressão. Seu núcleo está na ideia de que “*para que la emancipación se realice, se necesita la presencia de un sujeto colectivo (el proletariado) que tenga la capacidad de transformar las lógicas de poder (el capitalismo).*” (MARTUCCELLI, 2007, p. 75).

Por fim, Martuccelli (2007) destaca os riscos a que a sociologia do indivíduo pode ser submetida. O primeiro é de transformar-se numa mera galeria de retratos e apresentar uma lista arbitrária de figuras sem uma grande ou nenhuma unidade analítica. O segundo é de não conseguir verdadeiramente análises individualizadas por generalizar de forma abusiva o processo de individualização. Para que a sociologia da individuação não se perca por nenhum dos dois riscos acima destacados, o autor preconiza a utilização da noção de prova como operador analítico como adiante explicitar-se-á.

### 3.1.2 O operador analítico provas

Detectada a crise referida anteriormente na sociologia clássica, Martuccelli (2007) argumenta que a noção de classe social, por exemplo, não desempenha mais de forma satisfatória o papel de integrador político e analítico enquanto princípio de unidade para a sociedade diante do desafio contemporâneo da divisão e fragmentação social. Inserindo a noção de prova, Martuccelli (2010, p.21) a sugere como um novo constructo social melhor adequado à complexificação da sociedade moderna esclarecendo que

*El actual proceso de singularización exige, sin perder de vista la relación entre la historia de la sociedad y la biografía del actor, que la sociología singularice sus análisis. Para ello, creemos, es preciso dar cuenta del proceso de individuación desde un conjunto de pruebas estructurales comunes a todos los miembros de un colectivo, pero desde posiciones diversas y a través de experiencias disímiles. Las pruebas son desafíos históricos, socialmente producidos, culturalmente representados, desigualmente distribuidos, que los individuos están obligados a enfrentar en el seno de un proceso estructural de individuación.* (Grifamos)<sup>36</sup>.

A noção de prova possui quatro facetas. A primeira delas situa-se no fato de que o ator tem que perceber a experiência determinada como a uma prova. Esta se caracteriza “enquanto uma situação difícil e dolorosa na qual os indivíduos são confrontados, o que produz, fatalmente, distintas percepções dos processos vivenciados.” (PINTO, 2009, p. 7064). Neste aspecto, não se deve olvidar que o grau de dificuldade varia de acordo com cada indivíduo que reporta à prova como uma experiência existencial. (MARTUCCELLI, 2010).

---

<sup>36</sup> O atual processo de singularização exige, sem perder de vista a relação entre a história da sociedade e a biografia do ator, que a sociologia singularize suas análises. Para tanto, acreditamos, é preciso dar conta do processo de individuação desde um conjunto de provas estruturais comuns a todos os membros de um coletivo, mas desde posições diversas e através de experiências distintas. As provas são desafios históricos, socialmente produzidos, culturalmente representados, desigualmente distribuídos, que os indivíduos estão obrigados a enfrentar dentro de um processo estrutural de individuação. (Tradução livre).

A segunda dimensão da noção de prova acentua que os atores devem, além de percebê-la, enfrentá-la produzindo uma resposta. Esta mobilizará uma concepção particular do indivíduo que poderá agir com resiliência, resistência ou resignação<sup>37</sup> por exemplo. Já a terceira faceta supõe um processo formal ou informal de seleção. Considera que nem todos os indivíduos dispõem dos mesmos recursos. Aqueles que os detém dispõem de uma vantagem sobre os demais, mas tal fato não garante que sairão vitoriosos das provas em razão de que elementos de contingência de uma determinada trajetória acabam por intervir. O resultado do processo em questão produz diferentes consequências. (MARTUCCELLI, 2007).

Finalmente tem-se a quarta faceta segundo a qual a noção de provas é inseparável de certo conjunto estrutural de desafios formais ou informais. “Cada sociedade, em cada momento histórico, apresenta determinada racionalização das vivências. Nesse sentido, cada sociedade possui um conjunto de *pruebas* mais ou menos pré-determinadas.” (PINTO, 2009, p. 7064).

Dessa forma, Martuccelli pretende transformar a noção de prova no operador analítico adequado para pesquisas centradas na análise do indivíduo. (SETTON; SPOSITO, 2013). Na opinião de Pinto (2009, p. 7065)

O conceito de *prueba* se configura enquanto um excelente operador analítico para pesquisas que possuem o indivíduo como centro da análise, mas que buscam compreendê-lo não apenas a partir da leitura de sua biografia [...], e sim as relações do indivíduo e o espaço em uma dimensão distinta da ideia de socialização e internalização de normas e valores.

Martuccelli (2007, p. 126) privilegiou oito tipos distintos de provas em sua pesquisa ressaltando que não se trata de um rol exaustivo. Considerando o marco institucional, tais provas são a escola, o trabalho, a cidade e a família. Considerando os vínculos sociais tais provas são a relação com a história, com os coletivos, com os outros e a relação consigo mesmo. As provas são, portanto, situações que, enquanto experiências individuais, exigem uma posição, uma resposta do indivíduo perante as mesmas. São, ainda, desafios aos quais os indivíduos são submetidos no curso de sua existência, de acordo com determinado momento histórico e espaço que produzem resultados distintos de acordo com as contingências e recursos pessoais de cada indivíduo.

---

<sup>37</sup> Conforme Houaiss (2010, p. 675), por resiliência compreende-se a “capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, às mudanças.” Por resistência compreende-se a “recusa de submissão à vontade de outro; oposição, reação. [...] qualidade de quem demonstra firmeza [...] vigor moral, determinação”. Por resignação compreende-se a “submissão à vontade de alguém ou ao destino; aceitação serena dos sofrimentos da existência [...]”.



A partir das informações acima e com a finalidade de compreender melhor a proposta de Martuccelli (2007; 2010) acerca da utilização das provas como operador analítico adequado para pesquisas que foquem o indivíduo e suas repostas aos desafios que a vida lhe impõe, pode ser elaborado um modelo analítico como o do exemplo a seguir:

<b>Provas</b>		<b>Respostas dos Atores</b>		
		<b>Resiliência</b>	<b>Resistência</b>	<b>Resignação</b>
<b>Marco Institucional</b>	<b>Escola</b>			
	<b>Trabalho</b>			
	<b>Cidade</b>			
	<b>Família</b>			
<b>Vínculos Sociais</b>	<b>Com a História</b>			
	<b>Com os Coletivos</b>			
	<b>Com os Outros</b>			
	<b>Relação consigo mesma</b>			

Fonte: Elaboração própria com base em Martuccelli (2007, p. 126).

### 3.1.3 Etapas do processo de investigação

A primeira parte do processo de investigação foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica e documental com a finalidade de levantar e selecionar a literatura disponível sobre o movimento sindical e sua história no mundo e no Brasil. Em seguida, observando que o movimento sindical está em trajetória de enfraquecimento, a preocupação passou a centrar-se no diagnóstico dos fatores que eram determinantes para tanto. Foi possível destacar aspectos históricos relevantes como as transformações tecnológicas e suas implicações na organização do trabalho, na complexidade e crescente diferenciação interna da classe trabalhadora e na crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Num segundo momento, a investigação procurou evidenciar, ainda por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como lançando mão de dados secundários, como a heterogeneização da classe trabalhadora e a inserção das mulheres no mercado de trabalho repercutiram no contexto diretivo da organização sindical. Observou-se que a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero, aliados à segregação profissional, são fatores que influenciam para uma restrita participação das mulheres no movimento sindical.

Não obstante a todas as adversidades, observou-se que as mulheres conseguem fazerem-se presentes ainda que de forma minoritária, compondo a diretoria de determinadas entidades sindicais cujas bases das categorias são majoritariamente masculinas a exemplo dos metalúrgicos. Neste ângulo percebeu-se que as mulheres existem onde, em regra, não deveriam existir. Entretanto, os trabalhos e pesquisas encontrados sempre se esforçam no sentido de explicar os motivos da restrita participação feminina nas diretorias dos sindicatos, mas não se debruçam sobre as mulheres que lá estão. Esta percepção levou a buscar, para além da noção de classe social, a noção de prova com base na sociologia da individuação. A prova, como analisado no item anterior, constitui situações que exigem uma posição das trabalhadoras, uma resposta delas perante as dificuldades e desafios enfrentados no percurso até ascender a Diretoria da Organização Sindical.

Diante desse quadro, o SINDMETALMOC, representante da categoria dos metalúrgicos no Norte de Minas Gerais, foi procurado para a pesquisa. A partir das informações disponibilizadas pela entidade acerca da base, considerando a sua abrangência territorial e a categoria profissional representada, acessou-se a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>38</sup> realizando-se a seleção conforme Classificação Brasileira de Ocupação (CBO 2002) e Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) relativas ao ano de 2013. Foi gerada uma tabela que foi exportada para o Excel na qual foram feitas as tabulações numa primeira planilha com dados absolutos e numa segunda planilha com dados em percentuais que possibilitou concluir que a base da categoria representada pelo SINDMETALMOC é majoritariamente masculina (ver tabelas 3 e 4 no apêndice 1).

Após verificação das informações dos arquivos particulares da referida entidade acerca do número de filiados por empresa, concluiu-se que em sua maioria se trata de trabalhadores do sexo masculino. A pesquisa junto à relação de filiados por empresa fornecida para análise evidenciou que no ano de 2014 haviam 784 filiados distribuídos em 51 empresas na cidade de Montes Claros, sendo que desse total 672 (85,71%) eram do sexo masculino e 112 (14,28%) eram do sexo feminino. Não obstante, as mulheres integram a sua diretoria (Quadro 4, cap. 4). Assim, a referida entidade sindical foi selecionada para pesquisa.

---

<sup>38</sup> O caminho utilizado foi o acesso ao site [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br), PDET, acesso *on line*, download, quites de treinamentos. Utilizou-se a base de dados RAIS vínculo, seleções por assunto: 1- geográfica (municípios da base); 2 – ocupacional (por subgrupo CBO, exceto diretores e dirigentes); 3 – por setor (CNAE dados), por classe sendo escolhidos todos os envolvidos nas atividades informadas pelo SINDMETALMOC; 4 – natureza jurídica.

Os documentos particulares do SINDMETALMOC ainda foram utilizados como recurso para extrair informações que possibilitassem compreender a dinâmica da diretoria desta entidade desde sua origem em 1982 até a gestão atual que findará neste ano de 2015. Outro objetivo foi também estabelecer o perfil da mulher diretora desta entidade sindical para o que foram elaborados os Quadros 4, 5 e 6 no capítulo 4.

A vista desses dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a 06 dos 23 dirigentes sindicais que compõe a atual diretoria do triênio 2012/2015, sendo 03 do sexo feminino e 03 do sexo masculino. Os critérios utilizados para seleção das mulheres considerou os seguintes fatos: ininterruptão dos mandatos assumidos; tempo em que ocupa cargo diretor na entidade visando abranger períodos diversos da história do sindicato em questão. Assim, uma vez inseridas na diretoria do SINDMETALMOC, as entrevistadas concluíram todos os mandatos assumidos sendo que a entrevistada 1 (E1) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 1991; a entrevistada 2 (E2) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 2006; a entrevistada 3 (E3) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 2012.

O critério utilizado para seleção dos homens para entrevista levou em consideração o fato de estarem envolvidos na decisão acerca da composição das chapas diretoras em função dos cargos ocupados pelos mesmos ao longo dos mandatos na diretoria executiva (presidente, secretário e tesoureiro), bem como o tempo em que estão inseridos na diretoria do sindicato. Assim, o entrevistado 4 (E4) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 1991; o entrevistado 5 (E5) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 2003; o entrevistado 6 (E6) compõe a diretoria do SINDMETALMOC desde 2003.

Foram elaborados dois roteiros de pesquisa (apêndice 3 e 4) para as entrevistas semi-estruturadas, um destinado às mulheres e outro aos homens. O roteiro de pesquisa elaborado para a entrevista das mulheres dirigentes foi dividido em três eixos: trajetória familiar e escolar; trajetória profissional e trajetória sindical. O roteiro de entrevistas destinado aos homens dirigentes foi dividido em dois eixos: as mulheres no âmbito da categoria profissional e as mulheres no âmbito diretivo sindical. Para cada um dos eixos foram elaboradas perguntas norteadoras para as entrevistas.

Houve uma preocupação com a dimensão ética da pesquisa em razão da confiança estabelecida entre a pesquisadora e os dirigentes, tanto as mulheres quanto os homens. Assim, antes de cada entrevista a pesquisadora explicava a cada um dos diretores e diretoras os objetivos da pesquisa e assegurava o anonimato das entrevistas. Obtido o consentimento dos mesmos com a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, as entrevistas foram

realizadas na própria sede do SINDMETALMOC, salvo no caso da entrevistada 3 que disponibilizou a sua residência.

As entrevistas foram utilizadas como recurso metodológico com vistas a recuperar a memória das diretoras e diretores. Foram realizadas no mês de novembro de 2014, sendo gravadas e transcritas posteriormente pela própria pesquisadora. Como resultado dessa coleta obteve-se um total de 7 horas e 14 minutos de entrevistas gravadas, transcritas em aproximadamente 110 páginas digitadas.

### **3.2 Unidade de análise: o SINDMETALMOC**

A economia da região Norte de Minas Gerais sofreu profundas transformações no curso de sua história. Agropastoril em sua origem tornou-se mais dinâmica com a descoberta das minas. Tal fato incentivou a formação de um comércio que, em razão da localização estratégica da região entre o centro minerador, o norte e o nordeste do país, consolidou-se com a instalação da rede ferroviária. (SINDEAUX, 2012).

A crise da mineração desencadeou a necessidade de diversificação das atividades produtivas na região. A partir de então, iniciativas políticas preocupadas em promover o desenvolvimento regional sinalizaram no sentido de haver uma necessidade de investir no setor industrial. Assim, por meio da Lei 3.692 de 59, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, “organismo planejador e coordenador da política regional de desenvolvimento para o Nordeste e para a região de Minas Gerais incluída no Polígono das Secas.” (SINDEAUX, 2012, p.75).

A partir da década de 70, a política de incentivos fiscais e governamentais oriundos da SUDENE promoveu uma significativa mudança na forma de produção da região, ainda que distribuída de maneira desequilibrada. Conforme Braga (2008, p. 46)

É inegável que, com a melhoria da infra-estrutura e todo um sistema de apoio montado e muita promoção, chamou-se a atenção dos investidores para a região; tamanha foi a repercussão que por ocasião da retomada do crescimento econômico brasileiro, a área mineira do Polígono das Secas passou a ser alternativa para a localização industrial, em função da sua posição estratégica e das condições e vantagens proporcionadas pela SUDENE. Com a definição de novos projetos daí em diante, o retrato econômico e social do Norte de Minas, transformou-se inteiramente, com alterações das mais diversas ordens para a região [...]

Os projetos e indústrias concentraram-se majoritariamente na cidade de Montes Claros em razão da melhor infra-estrutura existente, sendo notável o incremento do seu parque industrial. Não se pode olvidar, contudo, que o baixo custo do trabalho também funcionou como atrativo para investimentos na região Norte de Minas Gerais. (BRAGA, 2008; SINDEAUX, 2012).

Neste contexto de aceleração da atividade industrial e fabril, destacou-se o subsetor da metalurgia vez que várias indústrias se instalaram na cidade de Montes Claros empregando parcela considerável do estoque de mão-de-obra. Estudos acerca da industrialização da região Norte de Minas Gerais afirmam que “Embora as posições se alterem, os três subsetores industriais de maior relevância sempre foram a indústria metalúrgica, a indústria têxtil e a indústria de alimentos e bebidas.” (SINDEAUX, 2012, p. 86).

Não obstante, a existência de vínculos contratuais não formais, dos baixos salários pagos aos trabalhadores, da jornada de trabalho extraordinária sem a remuneração devida, das precárias condições de saúde e segurança do trabalho dentre outros fatores que prejudicavam os operários foram práticas constantes que fomentaram em 1979 a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Montes Claros (Associação) como uma primeira iniciativa de união desta categoria. Nesse sentido:

A primeira reunião foi realizada no dia 28 de outubro de 1979, no Diretório Central dos Estudantes de Montes Claros, com o objetivo de criar a Associação Profissional das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Montes Claros. Mesmo diante da pressão dos patrões, os integrantes da diretoria da associação realizaram reuniões, convocando os trabalhadores para fazerem parte da associação, a fim de unirem contra a exploração patronal. (BRITO, 2007, p. 41).

Tal Associação, articulada à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Minas Gerais, interferiu no processo de encerramento das atividades das empresas Peugeot e Transit no ano de 1979, em prol dos trabalhadores das mesmas garantindo o pagamento dos direitos devidos então. Esta circunstância trouxe notoriedade para a Associação levando-a a ser reconhecida e respeitada pelos trabalhadores. Reflexo disso foi a eleição para vereador no ano de 1982 do seu presidente, José Paulo Ferreira Gomes, com o total de 2400 (dois mil e quatrocentos) votos. (BRITO, 2007).

Em virtude da necessidade de uma maior organização da classe trabalhadora, a Associação solicitou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Processo No. MTb – 318.877 de 1981 a aprovação de Estatuto Social para reconhecimento de um sindicato representativo da categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico. Assim é que em 06 de julho de 1982 teve seu requerimento atendido pelo Ministro de Estado do Trabalho sendo aprovado o estatuto e reconhecido o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Montes Claros – SINDMETALMOC - com representatividade na base territorial de Montes Claros, Minas Gerais, sendo filiado à Central Força Sindical.

Nos primeiros anos de existência da entidade a participação das mulheres era extremamente restrita. Tal circunstância pode ser justificada pelo fato de que no final da década de 1970 e início da década de 1980 era muito raro haver mulheres qualificadas para desempenhar atividades atinentes às funções de metalurgia, mecânica e elétrica. Desta forma, elas restavam praticamente excluídas das fábricas e da categoria.

[...] historicamente o problema é que essas empresas não contratam mão de obra feminina pelo fato de qualificação profissional. Eu chego a pensar isso porque é de um tempo pra cá que você está encontrando mulher fazendo curso de torneiro mecânico, fazendo curso de eletricidade, fazendo curso de solda, enfim, esse é um dos motivos pelos quais a gente não tem percebido um número maior de mulheres trabalhando dentro da categoria. [...] Historicamente, como nós estávamos conversando, o setor metalúrgico ele realmente é mais é homem mesmo. (E 4).

A ausência das mulheres pode ser observada nos seguintes registros iconográficos das primeiras assembleias gerais do SINDMETALMOC nas quais a presença masculina é maciça:



FIGURA 1: Registros iconográficos das primeiras assembléias do SINDMETALMOC.

Fonte: SINDMETALMOC, 198[?].



FIGURA 2: Registros iconográficos das primeiras assembléias do SINDMETALMOC.

Fonte: SINDMETALMOC, 198[?].

No entanto, com exceção do triênio 1988/1991, as mulheres sempre se fizeram presentes na composição do quadro diretor do SINDMETALMOC. Em seus arquivos há o registro de que no primeiro mandato referente ao período 1982/1985, Alaíde Barbosa dos Santos Oliveira cuja profissão era soldadora constava como membro diretor ocupando o cargo de suplente de delegado (Quadro 6, cap. 4). Compreendidos estes aspectos históricos, necessário se faz conhecer o âmbito de atuação e a categoria representada pelo SINDMETALMOC.

### **3.2.1 Limites territoriais e categoria profissional representada pelo SINDMETALMOC**

Desde sua fundação, o Estatuto Social da entidade sofreu duas alterações, a primeira em 1991 e a segunda em 2008, a última com a finalidade de melhor enquadrar a categoria profissional representada e ampliar a base territorial. Tal alteração estatutária foi registrada e certificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 13 de abril de 2011. Desde então a sigla SINDMETALMOC passou a designar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Siderúrgica, Fundação, Reparo e Acessório de Veículos, Montagens de Painéis Elétricos e Eletrônicos, de Material Elétrico e de Informática de Montes Claros e Região cuja base territorial passou a ter abrangência intermunicipal englobando as cidades de Brasília de Minas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Grão Mogol, Ibiaí, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Jequitaiá, Manga, Mato Verde, Mirabela, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, Taiobeiras e Ubaí no estado de Minas Gerais.

As informações acima em termos de enquadramento sindical e abrangência territorial da base da categoria, obtidas junto ao arquivo particular do SINDMETALMOC, foram cruzadas com os dados mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO 2002) e Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Assim foi possível verificar que, em 2013, a base da categoria profissional representada pelo SINDMETALMOC era composta 6530 trabalhadores e trabalhadoras dos quais 6287 (96,28%) eram do sexo masculino e 243 (3,72%) eram do sexo feminino.

Em que pese a extensão da base territorial ter ocorrido em 2011, ainda não foi possível ao SINDMETALMOC ampliar o número de filiados para além da cidade de Montes Claros pois “[...] é preciso arrumar a casa, como, por exemplo, montando sub-sedes [...]”



porque a gente precisa ter uma sala, um espaço físico para que a gente possa atender esses trabalhadores e também reunir junto com os patrões.” (E 5).

Além disso, o SINDMETALMOC ingressou com ações junto à Justiça do Trabalho para discutir o enquadramento sindical de determinadas empresas. Inicialmente está sendo discutido o enquadramento sindical de empresas na cidade de Montes Claros visto que, embora estejam seguindo outras convenções coletivas, estas mesmas empresas se enquadrariam na categoria dos metalúrgicos no entendimento da sua diretoria (E 4).

Assim, a extensão de base ainda não foi suficiente para interferir em termos de números de filiados, de forma que a pesquisa junto aos arquivos particulares do SINDMETALMOC evidenciou que no ano de 2014 haviam 784 filiados distribuídos em 51 empresas na cidade de Montes Claros, sendo que desse total 672 (85,71%) eram do sexo masculino e 112 (14,28%) eram do sexo feminino.

As mulheres foram conquistando espaço no mundo do trabalho, em particular nas organizações de trabalhadores, na ocupação de cargos de direção, inclusive em entidades sindicais cujas bases eram majoritariamente masculinas como ocorre na categoria profissional dos metalúrgicos. Tal fato não se deu de forma diversa no SINDMETALMOC. Ainda que esta participação aconteça de forma restrita, não se pode ignorar sua existência. Apresentada no capítulo a seguir, a pesquisa empírica realizada buscou compreender o aspecto da transgressão que leva mulheres a ocuparem cargos diretivos nestas entidades sindicais.

#### **4. Trabalho, gênero e transgressão das desigualdades no sindmetalmoc**

O SINDMETALMOC foi fundado em 1982. A base da categoria que representa abrange um total de 6530 trabalhadores e trabalhadoras dos quais 6287 (96,28%) são do sexo masculino e 243 (3,72%) são do sexo feminino. Em termos de número de filiados, há 784 filiados, sendo que desse total 672 (85,71%) são do sexo masculino e 112 (14,28%) são do sexo feminino. A base majoritariamente masculina reflete no quadro de associados ao sindicato, mas a filiação feminina se destaca em termos percentuais se considerado o total de homens e mulheres na base.

Nesta seção, a análise da participação feminina nos cargos de poder no SINDMETALMOC será o ponto de partida para compreensão dos desafios que as mulheres encontram no campo profissional e no âmbito diretivo em termos de desigualdades de gênero. Os dados da pesquisa empírica serão apresentados para que se conheça o perfil das mulheres dirigentes do SINDMETALMOC. A trajetória de vida dessas mulheres é analisada para identificação das provas que lhes foram apresentadas em seu curso bem como das respostas singulares que cada uma delas manifestou. Tudo isso com o objetivo de compreender o aspecto da transgressão que as levou a ocuparem cargos diretivos na organização sindical.

##### **4.1 Participação feminina nos cargos de poder no SINDMETALMOC**

De acordo com pesquisa realizada nos documentos do arquivo particular do SINDMETALMOC, no interregno de sua fundação até o 1º semestre de 2014, houve 11 (onze) eleições para composição da sua diretoria, sempre com o registro de chapa única, sendo os mandatos trienais. Os cargos geralmente são divididos entre a diretoria efetiva e suplentes, com destaque para presidente, secretário geral e tesoureiro geral; conselho fiscal e suplentes; delegados representantes junto ao Conselho da Federação e suplentes. Percebe-se, contudo, uma variação na quantidade de cargos disponibilizados no curso dos anos. A título de exemplo, tem-se que no triênio 1982/1985 foram 16 (dezesesseis) cargos no total; no triênio 1994/1997 foram 31 (trinta e um) cargos no total; e no triênio atual 2012/2015 são 23 (vinte e três) cargos diretores no total.

O percentual máximo de cargos ocupados por mulheres, considerando proporcionalmente o número total de cargos diretores disponíveis, alcançou 14,28% no triênio 2006/2009 nunca atingindo o percentual mínimo de 30% estabelecido pela Força Sindical. Além disso, pode-se observar que os cargos ocupados pelas mulheres normalmente são de

suplência de diretoria, conselho fiscal e delegados. Quando as mulheres ocupam cargos efetivos de diretoria, salvo raras exceções, estes se mostram secundários e se destinam à substituição enquanto vice-presidente e primeiro secretário. O Quadro 4 a seguir indica como se dá a participação das mulheres na composição das diretorias do Sindmetalmoc.

**Quadro 4**

<b>Mulheres na Composição das Diretorias do SINDMETALMOC - 1982 a 2014</b>				
<b>Triênio</b>	<b>Total de Cargos Disponíveis</b>	<b>Total de Cargos Ocupados por Mulheres</b>	<b>Cargos Ocupados por Mulheres (%)</b>	<b>Identificação dos Cargos Ocupados por Mulheres</b>
<b>1982/1985</b>	16	01	6,25	Suplente de Delegado
<b>1985/1988</b>	-	-	-	-
<b>1988/1991</b>	21	00	00	-
<b>1991/1994</b>	31	03	9,67	Secretário Geral Suplente da Diretoria Conselho Fiscal
<b>1994/1997</b>	30	04	13,33	Primeiro Secretário Suplente da Diretoria Suplente da Diretoria Suplente da Diretoria
<b>1997/2000</b>	30	03	10,00	Secretário de Patrimônio Secretário de Relações Sindicais Suplente da Diretoria
<b>2000/2003</b>	29	03	10,34	Primeiro Secretário Secretário de Patrimônio Secretário de Relações Sindicais
<b>2003/2006</b>	24	02	8,33	Vice-Presidente Primeiro Tesoureiro
<b>2006/2009</b>	21	03	14,28	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria Conselho Fiscal *Suplente Delegado
<b>2009/2012</b>	24	02	8,33	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria *Suplente Delegado
<b>2012/2015</b>	23	03	13,04	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria Conselho Fiscal

Fonte: SINDMETALMOC 1982 a 2014

Nota: Nos triênios 2006/2009 e 2009/2012 houve a cumulação de dois cargos por uma mulher. Os dados foram extraídos dos arquivos particulares do SINDMETALMOC a partir da análise dos documentos dos registros de chapas, atas de eleição, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, atas de reunião ordinárias e extraordinárias, cartas de renúncia, convocações. Alguns documentos foram incinerados por equívoco, por isso não foram encontrados registros dos triênios 1985/1988 e

2006/2009. Deste último, restou apenas a ata de posse de diretoria que se encontra registrada em cartório.

No curso dos mandatos, a reestruturação dos quadros diretores aconteceu com frequência. Esta circunstância se deu em razão de renúncias de determinados diretores e diretoras ou por solicitação verbal de substituição no cargo. No caso das mulheres não há registros nas atas ou cartas de renúncia que esclareçam os motivos pelos quais tais alterações se fizeram necessárias, mas é interessante notar que no triênio 1991/1994, a mulher que ocupava o cargo de secretário geral, ou seja, um cargo considerado de decisão e gestão, solicitou a sua substituição passando ao cargo secundário de suplência da diretoria. No triênio 1994/1997, duas mulheres renunciaram ao cargo de suplentes da diretoria, sendo interessante o fato de que uma delas casou-se no curso do mandato. No triênio 1997/2000 uma mulher renunciou ao cargo de suplente da diretoria um mês após a posse.

Esta situação geralmente modificava a composição dos quadros diretores em relação às mulheres diminuindo o número das mesmas na ocupação de cargos de diretoria ou imputando-lhes cargos ainda mais secundários. Todavia, no triênio 2003/2006, quando os cargos de vice-presidente e primeiro tesoureiro eram ocupados por mulheres, em razão de renúncias aos mandatos apresentadas pelo presidente e pelo tesoureiro geral, deu-se que pela primeira vez na história do SINDMETALMOC duas mulheres ocuparam tais cargos de decisão e gestão ainda que pelos cinco últimos meses do mandato. As dificuldades de ambas restaram consignadas em ata:

Já como presidente, a Sra. Maria Miranda Silva Moura falou das suas dificuldades para tentar substituir o presidente licenciado e pediu o apoio de todos os outros diretores para ajudá-la na árdua tarefa de conduzir a categoria dos trabalhadores metalúrgicos de Montes Claros. Prosseguindo a sessão foi dada a palavra à tesoureira geral Sra. Ivanilda Júlia Pereira da Silva que falou das suas limitações pediu o apoio dos outros diretores mais experientes em assuntos sindicais para orientá-la durante o período em que ela estiver ocupando a tesouraria geral do Sindicato Profissional. (SINDMETALMOC, 2006).

Após a sessão extraordinária que deliberou acerca da nova composição da diretoria, não há mais registros de outras reuniões ordinárias ou extraordinárias a informarem quais foram as ações desempenhadas por estas mulheres enquanto presidente e tesoureira geral do SINDMETALMOC. O Quadro 5 a seguir mostra as alterações na composição das diretorias após as reestruturações sofridas pelo quadro diretor, em relação às mulheres:

Quadro 5

<b>Mulheres na Composição das Diretorias do SINDMETALMOC após Reestruturações - 1982 a 2014</b>				
<b>Triênio</b>	<b>Comp. inicial</b>	<b>Comp. Pós Reestruturações</b>	<b>Cargos Ocupados por Mulheres na comp. inicial</b>	<b>Cargos Ocupados por Mulheres pós Reestruturações</b>
<b>1982/1985</b>	01	01	Suplente de Delegado	Suplente de Delegado
<b>1985/1988</b>	-	-	-	-
<b>1988/1991</b>	0	0	-	-
<b>1991/1994</b>	03	03	Secretário Geral Suplente da Diretoria Conselho Fiscal	Suplente da Diretoria Suplente da Diretoria Conselho Fiscal
<b>1994/1997</b>	04	02	Primeiro Secretário Suplente da Diretoria Suplente da Diretoria Suplente da Diretoria	Primeiro Secretário Suplente da Diretoria
<b>1997/2000</b>	03	02	Sec. de Patrimônio Sec. Relações Sindicais Suplente da Diretoria	Sec. de Patrimônio Sec. Relações Sindicais
<b>2000/2003</b>	03	03	Primeiro Secretário Sec. de Patrimônio Sec. Relações Sindicais	Primeiro Secretário Sec. de Patrimônio Sec. Relações Sindicais
<b>2003/2006</b>	02	02	Vice-Presidente Primeiro Tesoureiro	Presidente Tesoureiro Geral
<b>2006/2009</b>	03	-	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria Conselho Fiscal *Suplente Delegado	Não há registros no arquivo
<b>2009/2012</b>	02	-	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria *Suplente Delegado	Não há registros de alterações no arquivo
<b>2012/2015</b>	03	-	Primeiro Secretário Suplente de Diretoria Conselho Fiscal	Ainda não houveram alterações

Fonte: SINDMETALMOC, 1982 a 2014.

Nota: Nos triênios 2006/2009 e 2009/2012 houve a cumulação de dois cargos por uma mulher. Os dados foram extraídos dos arquivos particulares do SINDMETALMOC a partir da análise dos documentos dos registros de chapas, atas de eleição, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, atas de reunião ordinárias e extraordinárias, cartas de renúncia, convocações. Alguns documentos foram incinerados por equívoco, por isso não foram encontrados registros dos triênios 1985/1988 e 2006/2009. Deste último, restou apenas a ata de posse de diretoria que se encontra registrada em cartório.

A pesquisa nos arquivos particulares do SINDMETALMOC possibilitou, ainda, identificar a transitoriedade com a qual as mulheres funcionam como diretoras. Num período de 32 (trinta e dois) anos de existência, 09 (nove) mulheres revezaram-se ocupando cargos de

direção, normalmente de caráter secundário, com destaque para Maria Miranda da Silva que participou de todas as direções desde o triênio 1991/1994 até a gestão atual.

Tratam-se em sua grande maioria de mulheres casadas cujas profissões estavam intimamente relacionadas aos setores de produção da categoria, com exceção de Clarete de Fátima Colares Gusmão que laborava como auxiliar de departamento pessoal. Estas mulheres nasceram entre os anos de 1953 e 1969 sendo que ao ingressarem na diretoria do SINDMETALMOC contavam entre 29 e 48 anos de idade. O Quadro 6 com informações sobre o período de ocupação de cargos diretivos, situação conjugal, idade, cargo diretivo e profissão auxilia na compreensão do perfil das mulheres diretoras do SINDMETALMOC.

Quadro 6

Perfil das Mulheres Diretoras do SINDMETALMOC – 1982 a 2014					
Nome	Triênio	Estado Civil	Ano de Nascimento	Cargo Diretivo	Profissão
<b>Alaíde Barbosa dos Santos Oliveira</b>	1982/1985	Casada	1953	Suplente Delegado	Soldadora
<b>Ana Maria Silva de Jesus</b>	2006/2009 2009/2012 2012/2015	Casada	1958	Suplente Diretoria Suplente Diretoria Primeiro Secretário	Inspetora de Qualidade
<b>Clarete de Fátima Colares Gusmão</b>	2000/2003	Casada	1962	Sec. Rel. Sindicais	Auxiliar Dep. Pessoal
<b>Idalina Lima da Silva</b>	1991/1994 1994/1997	Casada	1965	Suplente Diretoria Suplente Diretoria	Inspetora de Qualidade
<b>Ivanilda Júlia Pereira da Silva</b>	1997/2000 2000/2003 2003/2006 2006/2009	Casada	1965	Sec. Rel. Sindicais Primeiro Secretário Primeiro Tesoureiro Suplente Diretoria	Ajudante de Produção
<b>Maria da Paixão Rodrigues Miranda</b>	2012/2015	Solteira	1965	Conselho Fiscal	-
<b>Maria Miranda da Silva Moura</b>	1991/1994 1994/1997 1997/2000 2000/2003 <b>2003/2006</b> <b>2003/2006</b> <b>2006/2009</b> <b>2006/2009</b> <b>2009/2012</b> <b>2009/2012</b> 2012/2015	Casada	1956	Conselho Fiscal Suplente Diretoria Sec. Patrimônio Sec. Patrimônio Vice- Presidente/ Presidente Primeiro Secretário/ Suplente Delegado Primeiro Secretário/ Suplente Delegado Suplente Diretoria	Montadora de Linha  Ajudante de Produção
<b>Neusa Batista Gouveia</b>	1994/1997 1997/2000	Solteira	1962	Primeiro Secretário Suplente Diretoria	Eletricista Montagem
<b>Olímpia Soares de Oliveira</b>	1991/1994 1994/1997	Solteira Casada	1969	Secretária Geral Suplente Diretoria	Operadora Maquina

Fonte: SINDMETALMOC, 1982 a 2014.

Nota: Nos triênios 2006/2009 e 2009/2012 houve a cumulação de dois cargos por uma mulher. Os dados foram extraídos dos arquivos particulares do SINDMETALMOC a partir da análise dos documentos dos registros de chapas, atas de eleição, atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, atas de reunião ordinárias e extraordinárias, cartas de renúncia, convocações. Alguns documentos foram incinerados por equívoco, por isso não foram encontrados registros dos triênios 1985/1988 e 2006/2009. Deste último, restou apenas a ata de posse de diretoria que se encontra registrada em cartório.

Os dados acima apontam que o perfil da mulher dirigente do SINDMETALMOC, salvo raras exceções, possui as seguintes características: ingressa como diretora na casa dos 30/35 anos, é casada, em sua profissão desempenha atividade estritamente relacionada ao setor de produção relativo à categoria dos metalúrgicos, normalmente ocupa cargos diretores secundários ou suplentes, sem poder de decisão e gestão junto à categoria que representa, sendo que funciona como diretora com grande transitoriedade.

#### **4.2 Desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho no campo profissional e na diretoria do SINDMETALMOC**

Durante a pesquisa realizada para elaboração do capítulo segundo, foi possível observar que uma vez inseridas nos quadros diretivos das organizações sindicais pelo Brasil, as mulheres se deparam com adversidades relacionadas à desigualdade de gênero tais como as encontradas por elas no mercado de trabalho. Trata-se da segregação profissional e da divisão sexual do trabalho. Observou-se, ainda, que estas circunstâncias se refletem no âmbito sindical interferindo na inserção das mulheres no movimento. Nesta subseção a análise se volta para a verificação da realidade no campo profissional dos trabalhadores representados pelo SINDMETALMOC bem como no seu âmbito diretivo.

As entrevistas indicaram que a segregação profissional vitima as mulheres da categoria representada pelo SINDMETALMOC no campo profissional. No âmbito empresarial elas dificilmente são contratadas para trabalhar no setor de produção, normalmente desempenham atividades relacionadas a setores como administrativo, finanças e engenharia. Quando contratadas para trabalhar no setor de produção não ocupam cargos de chefia e são destinadas a postos de trabalho precarizados, relacionados a um talento feminino, especialmente na terceirização de mão de obra. Dentre as 112 mulheres atualmente filiadas ao SINDMETALMOC, 26 estão contratadas por uma única empresa cuja finalidade é a prestação de serviços terceirizados.

Todos os entrevistados foram unânimes quanto aos motivos para que tal situação ocorra a exemplo do depoimento a seguir:

É uma atividade mais fina, que a mulher tem um jeitinho da mulher... a mulher ela tem uma capacidade de lidar com peças mais complexas do que o homem, sabe? E aí ali pra elas montarem aquelas relojoarias, elas são mais eficientes do que o homem, tá? [...] porque elas são mais tranquilas. Outra coisa, a mulher infelizmente não reivindica. Esse é um dos fatores, a mulher nunca reivindica nada. Ela sempre tá ali pra seguir ordem, sempre nessa



direção. Dificil você ver uma mulher dentro de uma indústria ela reivindicar alguma coisa, questionar alguma coisa [...] você não vê mulher chefe na produção. Cê não vê. Eu não conheço. A chefe da manutenção, a chefe da elétrica, você não vê isso, né? (E 4).

Outro aspecto evidenciado ainda quanto ao campo profissional foi o de que as mulheres não costumam ser contratadas ou escaladas para laborar em turnos no período noturno: “[...] as empresas normalmente não colocam as mulheres pra trabalhar de madrugada, por exemplo. Essa atividade é destinada pro homem.” (E 4). A justificativa para tanto se resume na divisão sexual do trabalho:

[...] E também que a mulher, né, eu acho que por ser um serviço um pouco mais brusco, um serviço mais pesado, vamos dizer assim, pra trabalhar à noite também eu acho que se torna muito cansativo. E também por parte de família, que às vezes essa mulher pode ter filho, ser casada, ter família e aí eu acho que se torna mais difícil. Eu acredito que em turno pra mulher não seria viável e a empresa deveria sensibilizar, em caso se for contratar, em não colocar ela nesse turno. (E 6).

Estes aspectos revelam a desigualdade de gênero no campo profissional que também interfere no número de filiadas do SINDMETALMOC. Questionado quanto ao aspecto da filiação feminina, o E 4 esclareceu o seguinte:

[...] parece que a mulher infelizmente por ter sido criada com muita restrição em sua vida, ela parece que ficou assim, sei lá, frustrada. Então elas têm medo, elas parecem que tem medo de enfrentar, assim, mais que o homem. E a gente sabe que elas têm razão porque a mulher quando ela perde um emprego, ela não é igual ao homem que arruma outro de imediato, ela tem dificuldade em conseguir outro emprego. E como o sindicato, os empresários têm ódio do sindicato e fala mal dentro das empresas o tempo todo, que a gente sabe que é assim mesmo que funciona, elas temem isso [...].

Quando rompem estas barreiras e chegam à diretoria do SINDMETALMOC, as mulheres são destinadas a ocupar cargos secundários (Quadros 4, 5 e 6). Verificou-se que há uma dificuldade para as mulheres em termos de horário para conciliar as atividades do sindicato e as atividades domésticas. As funções sob suas responsabilidades se relacionam a um talento feminino como organização e delicadeza no trato com outras pessoas:

[...] a contribuição delas nas assembleias e na ajuda aqui de organização do sindicato na reunião de diretoria é de fundamental importância. [...] eu não vejo mais essa diretoria do sindicato sem essa participação feminina. [...] [para] organização de uma mesa, de organização de um evento, se a gente vai fazer um evento, uma assembleia com certo tipo de público, a mulher

tem mais essa percepção de organizar o ambiente, da forma de conversar, de receber melhor, mais ou menos nesse sentido. (E 5).

As entrevistas mostram, assim, que as desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho e a segregação profissional se manifestam tanto no campo profissional da categoria representada pelo SINDMETALMOC como também em seu âmbito diretivo e podem ser compreendidas como obstáculos que restringem a participação feminina no movimento sindical.

#### 4.3 Provas nas relações de classe e gênero nas trajetórias de vida das mulheres diretoras

O problema principal da presente investigação avança no sentido de identificar as provas efetivamente experimentadas pelas mulheres inseridas na diretoria do SINDMETALMOC, visando compreender o aspecto da transgressão quanto ao que aconteceu na trajetória de vida dessas mulheres que as impulsionaram a ocuparem um cargo de direção na organização sindical. Com o objetivo de delimitar melhor o tema em discussão, questionou-se: a quais provas e/ou desafios estas mulheres foram submetidas e como responderam a eles?

Partindo dos resultados da pesquisa empírica realizada, pode ser elaborado o modelo analítico a seguir:

Provas		Respostas das Mulheres Trabalhadoras da Direção Sindical		
		Resiliência	Resistência	Resignação
Quadro institucional	<b>Família</b>	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>
	<b>Escola</b>	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>
	<b>Trabalho</b>		<b>E1</b>	<b>E2</b>
			<b>E3</b>	
Vínculos Sociais	<b>Relação consigo mesma</b>	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>

Fonte: Elaboração própria com base em Martuccelli (2007, p. 126)

### 4.3.1 Provas na trajetória familiar

A primeira prova comum às entrevistadas consubstancia-se na posição socioeconômica da família marcada por baixa renda e poucos recursos financeiros. Esta informação transparece nas falas de todas as dirigentes entrevistadas logo na primeira resposta quando suscitadas a discorrerem sobre suas infâncias. Em suas palavras:

Ó a minha infância, eu fui uma pessoa que eu fui criada... não, eu vou falar a verdade que eu sou uma pessoa que eu não gosto de mentira. Eu gosto de falar a verdade. Eu fui uma pessoa que eu nasci em 1956, uma época muito difícil para a mulher e minha mãe era uma prostituta, morava no cabaré de Francisco Sá. E aí, como ela não podia me criar, aí eu fui adotada pela família [nome da família que a adotou] de Francisco Sá. (E1)

Ó minha infância foi um... uma... uma infância, assim... porque vinda de família pobre, né? Então foi uma coisa assim muito simples, eu não... eu tive uma infância normal igual a de uma criança pobre, que não tinha muitos recursos, né? (E2)

Minha infância foi bastante tranquila, de treze irmãos eu sou a décima primeira, minha mãe e meu pai, assim, eles foram pessoas bem simples, né? Bem - entre aspas - humildes no sentido de ter pouco recurso financeiro para cuidar de treze filhos, né? Então a gente passou alguma dificuldade, assim, material, né? (E3)

Esta circunstância gerou em cada entrevistada diferentes respostas vinculadas à percepção que as mesmas, ainda na infância, desenvolveram com relação às atitudes de seus pais e à vida em família. A E1, que informou ter sido adotada, demonstra uma postura resiliente. Ao relatar o último contato com a mãe e irmão biológico o faz nos termos seguintes

Eu tenho até um irmão, [...] quando minha mãe [biológica] morreu eu tinha quatro anos e ele tinha dois anos, mas nunca eu vi ele (sic) mais. Nunca tive contato com ele e acho que ele nem tem [quis ter] contato comigo também porque a última vez que eu vi minha mãe, foi uma coisa assim dolorida por causa que... meu irmão era preto e eu odiava preto. E eu falei com ela: esse negrinho não é irmão meu, não! Ela pegou e pediu permissão à minha mãe [adotiva] se podia bater em mim. Aí minha mãe [adotiva] falou assim: “você que manda, você também é mãe”. Aí ela me levou pra detrás do paiol de milho e chegou lá e me bateu. Eu era muito novinha na época, mas eu alembro (sic). E foi a última vez que eu vi ela. (E1)

A ciência quanto à sua origem e quanto ao fato de ser filha adotiva bem como o episódio com a mãe e irmão biológico parecem ter sido determinantes para que a E1 enfrentasse as demais dificuldades da infância com naturalidade, senão vejam sua resposta acerca da vida em família após ter sido adotada:

As lembranças que eu tenho é (sic) boas. Eu lembro que minha mãe [adotiva] gostava muito de rezar o terço, então eu sou católica até hoje, [...] nós rezava (sic) em família [...] Nós trabalhava (sic), pegava água na cabeça, a gente quase não teve infância de criança não, as infância (sic) de criança era pra trabalhar mesmo, mas não era só eu que trabalhava na região não, era todo mundo. Eu e todos os filhos dele. Era normal criança trabalhar. (E1)

Quanto à E2, o que se observa é uma postura de indignação e resistência à situação que lhe era imposta. A comoção, as palavras e as lágrimas durante o seu depoimento denotam que a mesma não se conformava com as circunstâncias que a vida lhe impunha e não queria submeter-se a elas.

Ó, a vida minha em família, depois assim que eu fui me entendendo por gente, o que eram problemas de família, quando eu fui crescendo que eu comecei a estudar e entender, a minha vida em família não foi... [choro] Foi assim: porque a minha família é toda alcoólatra, sabe? [pausa] Isso pra mim foi muito sofrido porque... meu irmão bebia demais, minha mãe era a que sustentava a gente e ele dava muito trabalho. Eu era criança e às vezes faltava (sic) as coisas lá dentro de casa porque a família era grande e quando ele tava dentro de casa [...] ele gastava o dinheiro dele todinho com bebida, sabe? [...] A gente já passou à farinha e feijão esperando a minha mãe chegar do mercado pra comprar as coisas. [...] eu passei necessidade, mas graças a Deus fome nós não passamos. Porque eu falo assim, se você tem um arroz dentro de casa ou um feijão com farinha pra comer, tá matando sua fome, né? [...] e aí foi aquela vida, aqueles problemas e discussões, né? A gente aguentou muita humilhação da minha madrinha porque a gente morava de favor, certo? [...] Porque ela era irmã da minha mãe, mas ela era muito, uma pessoa assim... ela era muito... ela gostava de humilhar as pessoas, sabe? A mim, eu nunca fui humilhada por ela, assim, mas eu via a humilhação que a minha mãe sofria e que meus irmãos tinham, certo? (E2)

Por sua vez, em que pesem as restrições materiais experimentadas em virtude da escassez de recursos financeiros, a E3 demonstra uma postura de resignação. Ao narrar as lembranças das atitudes positivas dos pais diante das adversidades e dos esforços dos mesmos em prosseguir vivendo com dignidade em meio às adversidades, a E3 aponta a importância dessa influência para toda a família na atualidade:

[...] a minha infância foi, foi boa. A gente, assim, geralmente mãe ensinou os irmãos mais velhos a cuidarem dos mais novos, né? Então esse cuidado que mãe ensinou ele prevaleceu, até hoje prevalece, a gente tem, assim, um bom relacionamento fruto do que foi ensinado lá na infância, né? Um cuidar do outro. Então, graças a Deus não tive maiores problemas na infância com questão de saúde, a gente sempre teve uma boa saúde, só não tínhamos muito conforto material, né, mas tinha o carinho de pai e mãe que acho que é o que vale, o que conta. A gente teve também um pouco de dificuldade pra estudar, né? Devido pai ter pouco recurso. Então, assim, às vezes a gente ia pra escola muito desarrumado, sem chinelo, ia até descalço, sem material,

né? Já teve irmãos meus que levou (sic) o papel de pão, né? [...] mas, assim, foi algo que a gente suportou, assim, com muita decência por entender que fazia parte da realidade nossa ali e graças a Deus o que mais marcou na nossa infância foi isso mesmo, a questão familiar, né? Que pai e mãe, apesar deles não terem muito recurso material, mas eles sempre deram pra gente muita atenção, muito carinho. Eu acho que isso nos ajudou a tomar um rumo bom na vida, né? (E3)

As características resiliência, resistência e resignação destacadas acerca das entrevistadas, permeiam os depoimentos como um todo. A E2 desenvolve a resistência e a mantém como marca da sua personalidade. As E1 e E3, entretanto, têm a resiliência e a resignação, respectivamente, como características num primeiro momento da vida, mas diante de determinadas provas reagem com resistência como adiante se verá.

#### **4.3.2 Provas na trajetória escolar**

Outra prova comum às entrevistadas consubstancia-se no ingresso e permanência das mesmas na escola. Em razão das dificuldades financeiras vivenciadas pelas famílias das entrevistadas, era comum que os filhos começassem a trabalhar ainda muito jovens para auxiliarem nas despesas de casa, especialmente os homens. Às filhas cabia auxiliar nas tarefas do lar. As entrevistadas, no entanto, não sofreram tais encargos porque eram as filhas caçulas de famílias com proles numerosas. Enquanto as entrevistadas E1 e E2 eram as mais novas dentre 10 irmãos, a E3 era a décima primeira de 13 filhos.

Questionadas sobre a divisão das tarefas domésticas em suas residências, responderam da forma seguinte: “A minha mãe que fazia, minhas irmãs que fazia (sic) porque elas eram tudo maior, né?” (E1); “eu era pequena e estudava, na minha infância eu não fazia quase nada não.” (E2). A entrevistada 3 informou que em sua casa funcionava uma espécie de rodízio administrado pela mãe com vistas a não sobrecarregar as filhas: “então na semana em que eu estava acordando cedo pra fazer o café, minha outra irmã estava arrumando a cozinha do almoço, aí a outra arrumava a cozinha da janta, a outra varria a casa ou lavava o banheiro, aí na outra semana mudava, né?” (E3).

Este fator foi determinante para que as entrevistadas ingressassem e permanecessem na escola ao contrário do que aconteceu com os seus irmãos e irmãs mais velhos. Uma vez na escola, as mesmas observaram que tinham satisfação com os estudos e que alcançavam bom desempenho escolar o que as estimulava a continuar conforme pode ser observado dos trechos abaixo:

Comecei frequentar a escola mais ou menos com sete anos. Eu estudava numa escolinha lá da roça. [...] Os filhos dele nenhum teve estudo, igual eles falam que a melhor de estudo que tem é eu. Que na época não usava essas coisas, não, era muito difícil. Ele também não era homem rico para levar os filhos pra esses cantos não. [...] os filhos dele nunca estudou (sic) assim, saiu fora pra estudar não, todo mundo estudou lá na roça e depois ficou lá na roça. [...] Lá nas escolinhas que a gente estudava na Donato Santos que era na roça, nós estudava (sic) tudo junto e eu era sempre a mais danada. [...] Eu era muito sapeca, eu era assim, gostava muito de observar as coisas. [...] Igual as pessoas falam, elas falam: [...] você foi uma pessoa que foi o tio Beto que criou e hoje em dia você tem mais estudo que os filhos dele, você tá melhor que os filhos dele [...] é que você é uma menina inteligente [...] eu participei de uma feira dos vermes, verminoses, e eu tirei o primeiro lugar. E eu tenho até hoje [refere-se ao certificado]... e eu tirei o primeiro lugar pra falar sobre os vermes [...]. (E1).

[...] a minha vida de estudante, eu estudava, eu tinha hora de estudar e tinha hora de brincar também. Porque minha mãe era muito exigente! Porque meus irmãos ela colocou na escola e eles não quiseram. Então dos dez irmãos que eu tive só duas pessoas minha mãe conseguiu fazer pelo menos o segundo grau. Eu dei muito valor a isso porque eles não sabiam escrever direito, eu prestava atenção... sabem mal, mal assinar um nome... [...] E minha mãe foi muito exigente comigo na escola, nesse ponto. Era... se não estudasse, apanhava na época! E eu como eu tinha medo de apanhar, né? Porque ela não era fácil... [risos], eu estudava, eu gostava muito de estudar! Chegou numa época assim que quando eu tava já fazendo o colégio, eu gostava muito de estudar. Matéria minha (sic), ciências, biologia, era a matéria que eu mais gostava, muito mesmo e gostava muito de praticar esportes, eu jogava muito na época! (E2).

Eu me lembro que eu era assim, bastante fechada, tímida, mas eu gostava de ir pra escola. Só que mãe tinha que ir lá no primeiro dia de aula pra conversar com a professora, que era uma só, e assim, explicar como é que eu era, que eu tinha vergonha de pedir para ir ao banheiro então ela tinha que adivinhar a hora que eu queria ir ao banheiro pra mandar eu ir, essa coisa toda. [...] Rapidinho também eu aprendi a ler e a escrever, não dei muito trabalho não. [...] Gostava muito de fazer exercício de matemática, gostava de fazer contas. Eu gostava, assim, quando a professora pedia a gente para ir ao quadro para resolver alguma coisa porque eu queria, assim, mostrar que eu sabia, mas eu tinha vergonha de ir. Então ao mesmo tempo em que eu queria participar, eu ficava torcendo pra ela não me chamar porque eu tinha vergonha de ir ao quadro. Eu até sabia fazer, e tudo, eu queria ir, mas minha questão era essa, eu ficava com vergonha de levantar, andar a sala toda até chegar lá no quadro, para mim era muito difícil fazer isso, mas eu gostava de participar. (E3).

Neste aspecto as características de resiliência para a E1, resistência para E2 e resignação para E3 também restaram manifestas. Não se pode deixar de notar que a interferência das mães foi um marco para as entrevistadas E2 e E3 sendo compreendida pelas mesmas como um incentivo aos estudos. Todas as entrevistadas concluíram o segundo grau sendo que a entrevistada E3 concluiu o terceiro grau já na idade adulta.

### 4.3.3 Provas na trajetória profissional

Em relação à trajetória profissional, a prova comum às entrevistadas consubstancia-se em situações vivenciadas pelas mesmas que, de uma forma ou de outra, tenham colocado em risco a permanência destas mulheres no trabalho. Acerca desta circunstância, as provas experimentadas manifestaram-se por motivos distintos e de maneiras diversas para cada uma delas: enquanto E1 vivenciou uma experiência de perseguição no âmbito laboral, E2 enfrentou um processo de sucessão que transferiu a empresa na qual trabalhava há 13 anos para a cidade de Belo Horizonte e E3 desenvolveu uma doença do trabalho que a impede de exercer suas atividades laborais.

A entrevistada E1 relata que desde o seu primeiro dia de trabalho percebeu que o fato de ter sido selecionada incomodou o chefe do setor. Ao seu sentir, este não a aprovava para a função em razão da sua falta de experiência porque se tratava do seu primeiro emprego e a mesma já contava 28 anos de idade. Mas, após ser submetida a alguns testes, ela foi contratada em razão da sagacidade que demonstrou, no entanto o desagrado do chefe do setor com esta decisão restou explícito para ela. Assim é o seu relato: “[...] É que eu sou uma pessoa muito viva, toda vida eu fui uma pessoa viva [...] e aí eu já vi que tava diferente, eu já vi que o processamento deles, que eles não estavam gostando de mim [...]”

Outras situações levaram E1 a sentir-se perseguida a exemplo do fato de que seu período de férias era diferenciado dos demais colegas de trabalho: “[...] lá eu só tirava 20 dias de férias, eu não tirava um mês de férias não, que o [chefe do setor] falava que não.[...]” A entrevistada relata, ainda, que as atividades do SINDMETALMOC passaram a lhe chamar a atenção em razão das ações da entidade contra o fechamento de uma empresa denominada MECA.

Eu já tinha perguntado [ao chefe do RH] o que era sindicato, porque eu entrei lá em julho e quando foi em agosto chegaram lá os convites do sindicato. Aí eu fui lá perguntar [ao chefe do RH] porque eu não sabia nem o que era sindicato [...] e ouvia o barulhão da MECA, que tava fechando a MECA e a gente ouvia lá [...] (E1)

Assim, a sua curiosidade a levou a frequentar as reuniões e assembléias do SINDMETALMOC ainda no ano de 1986, fato que também desagradava à chefia:

Eu ia no (sic) sindicato e eu ouvia as conversas [...] eu ia nas (sic) assembléias [...] E eu gostei e eu falava lá com as meninas o que acontecia

nas assembléias [...] e aí começou essa malquerença foi por isso. É que eu passava pra elas: esse negócio tá errado, não é assim, não! Lá no sindicato eles falam isso, aqui tá fazendo isso! Eu falava com minhas colegas e minhas colegas tinham medo de ir e eu não tinha. (E1)

A entrevistada E1 candidatou-se a membro da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), sendo que o resultado da eleição num primeiro momento foi desfavorável para a sua chapa. Assim, E1 acabou por ser demitida. Entretanto, a referida eleição foi anulada devido a irregularidades denunciadas pelo SINDMETALMOC e a chapa da entrevistada E1 restou vitoriosa na segunda eleição, o que obrigou a empresa a reconsiderar sua demissão. Conforme o seu depoimento:

[...] nós fizemos eleição de novo e nós montamos a mesma chapa. Aí começou as perseguições foi aí. Ele chegava para meus colegas e falava assim, se você votar naquela mulher, você vai ser mandado embora. Aí eu ligava pro sindicato. Eu ia no orelhão e ligava a cobrar para o sindicato. Aí o sindicato falava assim, fala com eles que se eles fizerem isso nós vamos processar eles. Aí eu ia, aí eu comecei à força! Aí eu comecei à força! E tudo que ele falava eu ia lá e batia o troco! Aí teve a eleição. [...] A grande maioria votou em mim, mas eles falavam que não podia votar em mim não. Que se votasse na chapa minha, que eles iam ser mandado embora. Aí começou a perseguição, as coisas erradas. (E1)

A entrevistada E2, por sua vez, informou que no início da sua trajetória profissional trabalhou em várias empresas até fixar-se na Metalúrgica Norte de Minas S.A. na qual laborou por 13 anos. Assim foi o seu relato:

Na Transit eu era auxiliar de laboratório. [...] Mas ela faliu, abriu concordata, pagou os funcionários e depois eu fui para a FUJI [...] Depois da FUJI, eu saí e fiquei desempregada uns tempos, aí que eu fui fazer um curso de datilografia e lá mesmo eu fiquei dando aula para os meninos. [...] saí de lá e fui fazer um estágio remunerado, ganhando meio salário num escritório de contabilidade. Desse escritório de contabilidade, eu mandei meu *curriculum* para a Metalúrgica Norte de Minas [...] lá eu fiquei 13 anos mais ou menos e hoje eu tô na Elster [S.A.]. (E2)

Segundo a entrevistada E2, a Metalúrgica Norte de Minas foi vendida para o grupo Mapri Textron do Brasil e sua sede foi então transferida de Montes Claros para a cidade de Belo Horizonte. Este acontecimento levou à demissão dos funcionários e dentre eles E2 que, nestas circunstâncias, teve seu primeiro contato com as ações do SINDMETALMOC.

Depois que a empresa [Metalúrgica Norte de Minas] tava fazendo a transferência dela pra BH, a última mulher a sair fui eu. Mulher, porque



homem tinha. Porque eles estavam pegando o maquinário e levando e eu fiquei. Foi aí que... o primeiro movimento que eu participei foi quando eu trabalhei nessa empresa. [...] eles estavam querendo carregar o maquinário e nós estávamos com a esperança de que ela pudesse reabrir de novo. E nós fizemos um movimento para não carregar o maquinário. Que que nós fizemos, fizemos uma convocação sabe? Foi a primeira vez que eu coloquei a boca num microfone e sai dentro de um carro mais [nome da entrevistada 1], convocando o pessoal do bairro para poder comparecer lá... nós dormimos lá, nós dormimos lá impedindo que o pessoal carregasse o maquinário. Só que você sabe como é que é, tudo tem justiça, né? [...] e aí nós perdemos, o juiz deu a liminar pro moço carregar o maquinário. Mas nós dormimos lá, foi um movimento muito bom na época porque aí a gente viu a importância de como que é uma empresa ir embora do seio da sua cidade. Quantas pessoas vão ficar desempregadas e quantos estabelecimentos e quantas lojas prestadoras de serviço da empresa estavam também sendo prejudicadas [...] (E2).

A entrevistada E3 relatou que desenvolveu uma doença do trabalho denominada tendinite em razão de suas atividades laborais: “[...]a tendinite começou em 99, acho que foi a primeira vez que eu senti algum desconforto [...]”. Esta circunstância forçou o seu afastamento do trabalho em diversas oportunidades culminando com a concessão de uma aposentadoria por invalidez pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) a qual perdurou por nove anos. Entretanto, em 2010 a entrevistada 3 foi convocada pelo INSS para uma revisão do benefício após a qual fora determinado o seu retorno à empresa.

[...] Eu até fui, só que assim, eu não fazia nada do que eu fazia antes, na verdade eu ia lá pra empresa só pra cumprir horário, eu ia pra lá e ficava passeando lá dentro e não tinha aquela exigência de estar dando resultado nada não, eu só tinha que estar lá porque o INSS me voltou, mas eu não tinha mais condições de trabalho. Aí eu fiquei lá nessa situação mais ou menos um ano. Mas eu percebi que o seguinte, eu me cobrava muito. Eu ficava às vezes parada pensando porque que eu tava ali junto com todo mundo enquanto que meus colegas estavam fazendo a função deles e dando resultado pra empresa e eu ali... Aí eu comecei a ficar tipo me sentindo culpada e tudo e eu vi que estava já, assim, abalando meu psicológico porque ao mesmo tempo que eu queria estar fazendo alguma coisa eu não podia, primeiro porque eu não aguentava e segundo porque se eu me submetesse a algum esforço eu iria piorar mais ainda. Aí começou aquela pressão interna dentro de mim e eu começava a chorar e não ficava bem lá dentro e queria sair... mas eu não chorava pra todo mundo ver eu ia pro banheiro e chorava sozinha. Tornou até muito sofrido pra mim porque uma coisa é quando você pode abrir, falar, gritar e outra coisa é quando você tem que ficar, né? Sozinha ali. [...] (E3)

Foi diante desse quadro que a entrevistada 3 procurou orientação junto ao SINDMETALMOC que a encaminhou ao seu assessor jurídico para ingressar com as medidas cabíveis na justiça.

[...] Aí eu vi que seu eu continuasse lá eu poderia ter um problema pior tipo uma doença emocional, alguma coisa... Aí antes que acontecesse eu peguei e, tipo assim, procurei o advogado da época lá do sindicato, acho que era Dalton, não sei. Aí ele falou assim, olha nós só temos uma coisa a fazer, é abrir um processo contra a previdência solicitando sua aposentadoria de volta. Aí eu falei, então eu vou ter que fazer porque do jeito que eu estou aqui dentro... eu não posso trabalhar e eu fico querendo trabalhar, eu vejo todo mundo trabalhando e eu fico aqui a toa aí sem fazer nada, sentindo muita dor e tudo e além disso ainda estava sentindo assim sufocada com aquele negócio ruim... Aí eu concordei, né, em abrir o processo e hoje eu to nessa. [...] Aí eu estou com essa questão, aguardando o juiz, recebendo benefício por antecipação de tutela. (E3)

Dessa forma, E3 encontra-se atualmente afastada de suas atividades laborais recebendo o benefício previdenciário: “[...] agora acho que já tem bem uns três ou quatro anos que estou afastada. A última vez que eu estive lá foi em 2010, no final de 2010 eu afastei e não voltei mais.”

Estas experiências levaram as entrevistadas a um primeiro contato com o movimento sindical por meio do SINDMETALMOC e a valorizar esta entidade. Esta alteração de comportamento restou evidente nos depoimentos a seguir:

Aí quando nós ganhamos na CIPA e nós ganhamos muito, aí nós já fomos cobrando as coisas aí nós já íamos para o sindicato e cobrava as coisas que a gente via errado, a gente reclamava, [...] a gente veio negociar, lutando essa luta da gente no cotidiano, discutindo as coisas erradas, perseguição de trabalhadores igual tem hoje em dia e toda vida teve, [...] Aí eu explicava pras meninas que trabalhavam comigo. Conversava com as meninas e orientava todo mundo. E aí eu fui crescendo lá e aí eu fui convidada [para fazer parte da chapa que concorreria à eleição para a diretoria do SINDMETALMOC em 1991]. (E1).

E ela [refere-se a uma dirigente sindical que era sua colega de trabalho] via que eu era assim uma pessoa assim, mais da oposição, contrária a algumas regras que aconteciam dentro da empresa que eu não era a favor. Eu sempre apoiava ela (sic) escondido, ela ajudou muita gente lá dentro, segurou o emprego de muita gente, avisou sabe? Ela, ela... e eu tava sempre apoiando ela nisso aí. (E2)

[...] eu tenho observado o sindicato e vi que eles têm uma postura bem segura, tem uma assessoria bem bacana que garante que tudo o que está fazendo está dentro do padrão, da lei e tudo. Quero ressaltar aqui até a questão da greve, né? Foi a primeira e única greve que eu participei em minha vida lá na Elster... Eu nunca tinha planejado participar de uma greve, eu sempre fui contra, eu achava que isso era anarquia, que era tipo, querer desrespeitar o patrão, querer fazer corpo mole e chegou num ponto que eu vi que a greve era necessária e que era também um direito do trabalhador e tudo. Então ali naquela greve eu vi o quanto o sindicato trabalha direitinho e o quanto ele apoia e quer realmente resolver as coisas de maneira que o trabalhador não seja lesado. [...] (E3).

As entrevistadas responderam às provas identificadas acima com uma mudança de consciência particular a cada uma delas. As posturas de resiliência e resignação características das entrevistadas 1 e 3 alteraram-se pois diante da possibilidade de se verem privadas do trabalho reagiram com resistência no intuito de preservá-lo. Assim, demonstraram uma postura proativa em termos de participação e interesse pelas atividades sindicais.

#### **4.3.4 Construção da identidade pessoal**

Por fim, foi possível observar uma última prova comum às entrevistadas. Trata-se de circunstâncias particulares que prejudicaram a consciência que as entrevistadas construíram de si mesmas e foram percebidas como demasiadamente marcantes e dolorosas para elas, a saber: a origem familiar para a E1; o alcoolismo familiar para E2 e a timidez para a E3. Estas provas foram aventadas em vários momentos durante as entrevistas, porém restaram muito evidenciadas em determinados dizeres das entrevistadas como será demonstrado nos trechos colacionados a seguir:

[...] Eu fui uma pessoa que eu nasci em 1956, uma época muito difícil para a mulher e minha mãe era uma prostituta, morava no cabaré [...] Eu agradeço a Deus primeiramente por eu ter minha mãe que me teve e não me abortou, que naquela época era uma época de quase uma ditadura militar, corolenismo, coronéis que mandavam e pra uma mulher que não tinha estrutura nenhuma ser grávida e poder ganhar o filho, era uma coisa muito difícil da época. Então eu me torno uma guerreira. (E1).

[...] a minha vida em família não foi... [choro] foi assim, porque a minha família é toda alcoólatra, sabe? [pausa] Isso pra mim foi muito sofrido [...] Aí a minha mãe começou a beber [...] Mas beber de cair mesmo e isso era uma tristeza [...] e a vida nossa nos finais de semana em vez de descansar era ir pro hospital levar coisas pra eles e pra visitar [...] e aí foi essa a vida, de alcoolismo, sabe? (E2).

[...] eu vinha de uma timidez muito acentuada, aí chegou uma altura da minha vida que, assim, eu via as pessoas sobressaindo, as meninas na minha idade namorando e eu quieta num canto, eu não gostava de ser assim, tava me incomodando muito. [...] (E3).

A resposta das entrevistadas aos desafios acima relacionados foi numa mesma direção. Embora por caminhos e motivos distintos, todas desenvolveram um forte vínculo com uma religião. Nos depoimentos ficou evidente a importância da vida religiosa e da participação em atividades e grupos de cunho religioso nos quais as entrevistadas se apoiaram

para desenvolver uma consciência melhor de si mesmas e que as auxiliasse no enfrentamento das provas em suas trajetórias de vida.

Em seu relato, a entrevistada E1 referiu-se a Deus em 17 oportunidades, seja invocando ou agradecendo. Ela encontrou na mãe adotiva um exemplo de mulher a ser seguido. A resiliência aparece novamente. Tal exemplo a impulsionou a seguir a doutrina da igreja católica e reflete em sua rotina diária até os dias atuais:

[...] minha mãe [adotiva] gostava muito de rezar o terço, então eu sou católica até hoje, e sou... é, nós rezava (sic) em família [...] Levanto cinco horas da manhã ligo a televisão na Rede Vida pra assistir uma oração que o bispo fala, aí depois da oração eu rezo, rezo o terço, aí eu vou trabalhar. Aí trabalho lá na Elster, volto, quando chego lá em casa eu cuido das minhas coisas, das minhas plantas, adoro plantas, gosto muito de plantas, tenho cachorro, cuido da minha casa e também gosto da minha escola [refere-se ao curso de teologia para leigos realizado pela Diocese de Montes Claros no colégio Imaculada Conceição], que eu estou estudando, na quarta e na quinta eu vou pra escola, gosto também nos domingos ir na missa de manhã, à tarde, se precisar de fazer alguma visita a doente, eu vou. Tem as minhas reuniões do sindicato, quando tem aqui também eu venho, as reuniões da igreja. Eu não sou uma mulher que gosto de farra, não vou pro boteco, não vou em nada. [...] (E1)

Foi em busca de melhorar os problemas de dependência alcoólica de seus familiares que a entrevistada E2 persistindo na postura de resistência direcionou-se para a igreja católica e seus grupos religiosos onde a habilidade para o canto aflorou e fez com que a E2 se destacasse. Sentindo-se acolhida e valorizada naquele ambiente, ela destinou à prática religiosa prioridade em sua rotina diária:

[...] aos domingos levanto, a minha primeira coisa é ir pra Igreja porque antes da diversão vem a oração. [...] Eu frequento a igreja católica. [...] minha mãe só me levou pra fazer o catecismo, mas não me falou assim: vai pra igreja todo dia. Fui entender o que é uma religião na fase adulta já também, sabe? Via falar assim de igreja, Deus, religião, mas... era uma pessoa temente, mas não sabia o que era. Eu fui entender de religião é numa fase adulta quando eu comecei a participar, que amigos e vizinhos me convidaram pra ir. Diziam, ó, cê tem que ir à missa todos os domingos, sua casa não tá bem. Sua família, seus irmãos não rezam, tem que ter alguém em casa que ore, que reze por eles e eu falei: cê sabe que isso é bom mesmo! E eu comecei a participar e descobriram que eu tinha voz muito boa, comecei a participar do coral da igreja, fizemos um coral particular, sem vínculo com a igreja, cantava em missa de aniversário, casamentos, viajava nos finais de semana, ia cantar nos casamentos fora, e era assim. Depois eu saí, porque a mulher, ela era professora de música, né? Depois ela morreu e o coral acabou. Mas a igreja, eu continuei frequentando.

Em todo o relato da entrevistada E3 foram feitas 16 referências a Deus. Restou evidenciada a importância do incentivo de sua mãe na superação da timidez que, para ela, funcionava como um grande obstáculo. Neste aspecto, a postura da entrevistada alterou e passou da resignação a resistência. Foi justamente a sua mãe a grande incentivadora para que E3 passasse a frequentar a igreja batista:

[...] Aí minha mãe que sempre frequentou, né, sempre assim, desde quando ela conheceu a Igreja Batista ela começou a frequentar, então ela sempre me falava, me convidava pra ir. E falava que era bom e tudo, incentivava bastante, né? Por ela falar eu acabei indo pra conhecer e aí aconteceu que eu entendi que Deus tinha um propósito melhor pra mim. Que ele não me criou assim pra viver achando que eu era inferior, que as pessoas eram melhores do que eu, aí eu acho que meu contato com Deus me fez me enxergar de uma outra forma e me valorizar mais e aí com isso eu entendi que a forma de eu melhorar mais a questão da timidez, né, e realmente melhorou, era tendo essa vida com Deus, e para mim foi a melhor coisa que eu fiz porque esses oitenta por cento que eu melhorei com relação à timidez eu atribuo exatamente a essa vida com Deus que a gente tem cultivado, né? Então eu fui mais por necessidade, quer dizer, eu estava insatisfeita com o padrão de vida que eu tava vivendo então eu fui buscar uma melhora e realmente em Deus eu encontrei essa melhora e foi através da Igreja Batista.

É notável o grande peso que E3 conferiu às experiências vividas na prática religiosa para a sua mudança de consciência em relação a si mesma:

[...] a vida com Deus é muito boa exatamente por isso, porque ela abre pra você muitos leques, muitas possibilidades, e aí, logo a igreja começa a fazer com que você tenha oportunidades porque ela cria essas oportunidades pra você saber melhor em que você pode ser útil e o que você pode fazer para ajudar, servir e tal. Então à, medida que eu fui me envolvendo com a Igreja eu fui percebendo algumas habilidades que eu tinha e que não estavam sendo aproveitadas. [...] Por exemplo, eu descobri que eu gostava muito de música, que eu não só gostava mas que eu tinha também uma aptidão para música, ou seja, se eu ficasse quieta na minha timidez, parada num canto eu não ia saber nunca que eu tinha possibilidade de tocar um instrumento. Eu toco violão, toco teclado. [...] Então eu descobri isso através da Igreja e tem a questão também de falar em público. Quem era eu, por exemplo, para estar aqui conversando com você, olhando nos seus olhos e conversando de igual para igual, eu achava que isso era impossível. Me fazia mal lembrar que eu tinha que falar em público, dar uma palestra... Então foi outra coisa que eu descobri, né?

Da análise das entrevistas realizadas tem-se que as 3 primeiras provas identificadas estão no quadro institucional uma vez que as mesmas se relacionam à família, à escola e ao trabalho (MARTUCCELLI, 2007). Percebeu-se uma última prova a qual as mulheres entrevistadas estiveram comumente submetidas que está na dimensão do vínculo

social – a relação consigo mesma. (MARTUCCELLI, 2007). Em relação a esta, E1 mantém sua postura resiliente e E2 mantém sua postura resistente. Mas E3 altera sua resposta característica e ao invés de resignar-se com a situação passa a resistir a ela.

Todas as provas foram significativas e marcantes na trajetória de vida das entrevistadas, contribuindo para que as mesmas forjassem suas personalidades. Contudo a prova que as aproximou das atividades sindicais e fez-lhes despertar o interesse pelas ações do SINDMETALMOC parece estar relacionada às situações vivenciadas pelas mesmas que, de uma forma ou de outra, tenham colocado em risco a permanência destas mulheres no trabalho, proporcionando uma alteração na atitude das entrevistadas a partir de uma verdadeira tomada de consciência.

#### **4.4 Iniciativa dos dirigentes do sexo masculino**

Para discutir a ambivalência da luta de classes Alves (2000, p. 118) enfatiza seu caráter contraditório ao analisar a ampliação dos espaços de negociação coletiva enquanto característica do sindicalismo brasileiro nos anos 80 afirmando que

[...] por um lado, representava uma conquista operária capaz de dar suporte à consciência de classe; por outro, representava uma nova estratégia do capital, ciente do poder integrador da negociação coletiva e da necessidade de uma classe operária participativa, tal como exigiam os novos paradigmas industriais vigentes no mundo capitalista desenvolvido.

Este aspecto transpareceu durante as entrevistas semi-estruturadas realizadas para esta pesquisa. O entrevistado E4, líder sindical desde 1991, sintetizou bem a questão ao afirmar que “[...] na verdade o que vai moldando a gente é o próprio capital, o capitalismo é o que vai moldando a gente. Se você vai e apanha aqui, você vai e arruma uma estratégia para se defender ali, então é sempre assim, essa briga de gato e rato aí é a vida toda [...]”.

É possível compreender, portanto, que o movimento sindical tem no modo de produção capitalista sua afirmação e sua negação. Assim, na dinâmica do cotidiano laboral a organização sindical articula para defesa de seus interesses frente às estratégias do capital. A sistemática para formação da chapa que concorre à diretoria do SINDMETALMOC é um exemplo. Para tanto, existe uma questão que aparece no depoimento de todos os dirigentes entrevistados e é comum a ambos os sexos.

Refere-se ao fato de que é necessário um convite por parte da diretoria em exercício à pessoa selecionada. Uma vez aceito tal convite, o nome da pessoa selecionada

permanece em estrito sigilo para evitar sua demissão até que ocorra o registro da chapa quando a estabilidade no emprego passa a alcançar todos os seus componentes. O Entrevistado E4 em sua fala esclarece bem a questão:

[...] o nosso processo aqui é muito rigoroso. A gente não comenta com ninguém, nem da diretoria, fica só às vezes presidente, vice-presidente e secretário. Três pessoas só ficam sabendo quem é que vai entrar. Ninguém! Pra não vazarem dentro da empresa porque se vazarem manda embora. Teve momentos de eu segurar aqui, só eu e nem a diretoria saber.

Como visto, a aproximação das mulheres do universo sindical se deu em resposta a uma prova, uma situação de dificuldade na qual as entrevistadas vivenciaram um fato que obstaculizava sua permanência no trabalho. Tal circunstância não passou despercebida pelo SINDMETALMOC: “[...] algumas delas nós colocamos por perseguição. Havia perseguição no caso de [...], por exemplo, que está na nossa diretoria há muitos anos, por perseguição de ser demitida [...]

 (E4); “[...] a mulher, se ela não está em condições de trabalhar e a própria previdência a retorna e a empresa não contribui para que ela vá se afastar novamente [...] isso é uma dificuldade [...] (E6).

A alteração na consciência das entrevistadas refletiu em suas atitudes no âmbito laboral no sentido de se mostrarem mais aguerridas na defesa dos interesses dos trabalhadores, o que acabou por despertar o interesse dos dirigentes sindicais motivando os convites para que as mesmas, em momentos diversos, integrassem a chapa que concorreria à diretoria da entidade.

Tal aspecto foi ressaltado no relato dos três dirigentes do sexo masculino entrevistados: “Meus critérios eram [optar por] aqueles trabalhadores que se destacaram no sentido de luta. Que questionava mais, que brigava mais, que não aceitava o que o chefe tava impondo, né? Esse é um dos critérios que o sindicato até hoje trabalha [...]

 (E4); “Eu penso que seja fundamentalmente determinante a questão delas defender algumas questões que envolve o mundo da mulher lá na empresa [...].” (E5); “Eu acredito que tenha alguma característica de luta, sim, de uma mulher que quer evoluir, defender o interesse da categoria, ser uma mulher combatente dentro do movimento sindical [...] (E6);

Assim, por um lado a alteração de consciência e de atitude das entrevistadas e por outro a iniciativa dos dirigentes do sexo masculino em manifestarem sua aquiescência quanto ao ingresso das mulheres na diretoria do SINDMETALMOC convidando-as para integrarem as chapas foram que, agregados, se mostraram determinantes para que as mulheres em questão se tornassem dirigentes sindicais.

## Conclusão

O sindicalismo é uma estratégia de resistência dos trabalhadores, característica do modo de produção capitalista que nele encontra sua afirmação e sua negação. Trata-se de um aspecto contraditório da luta de classes: a cada conquista operária, há por parte do capital uma contrapartida em forma de uma nova estratégia que visa tanto à eliminação quanto a expropriação daquela mesma conquista com o objetivo, todavia, de transmutar a realidade em seu favor para beneficiar-se dela.

Um ponto crucial que permeia a história do movimento sindical é a constante preocupação que teóricos e líderes, tanto os clássicos quanto os contemporâneos, manifestam acerca da formação e preservação de uma consciência de classe operária. Entretanto, este é um objetivo que tem na oscilação a sua maior identidade uma vez que progride no espaço e no tempo, ou seja, onde e quando o movimento sindical encontra-se fortalecido, mas regride a cada contragolpe do capital. Para este, a capacidade de estrangular-se e reinventar-se diante das crises cíclicas que o assolam tornou-se uma de suas maiores características.

Determinadas circunstâncias têm contribuído para o enfraquecimento do sindicalismo ao redor do mundo. Dentre estas, pode-se citar o desenvolvimento tecnológico que tem impactado substancialmente a organização do trabalho no mundo contemporâneo, atingindo frontalmente a morfologia da classe operária e sua representatividade. Tendo como ponto de partida a questão da transgressão das mulheres dirigentes que encontram-se inseridas na organização sindical, a pesquisa possibilitou compreender como tal estratégia de resistência operária tem se comportado ao longo do tempo diante da lógica e dos avanços capitalistas, enfatizando os aspectos pertinentes à heterogeneização da classe trabalhadora a partir da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Este constituiu o cenário para discutir alguns impasses do sindicalismo contemporâneo, como a questão da divisão sexual do trabalho, da precarização do trabalho feminino e da desigualdade de gênero na organização sindical. A reflexão levou a perceber que as mulheres modernas não decidem com tanta liberdade quanto pensam dispor. Na realidade suas atitudes consideram, implicitamente ou não, o que é socialmente aprendido e, no caso do estudo em questão, é que os espaços públicos de poder e decisão pertencem aos homens. A eles a produção. Às mulheres cabem os espaços privados, as quatro paredes do lar. A elas a reprodução. É a divisão sexual do trabalho operando mesmo que de uma forma velada.



O feminismo aparece ao longo da história para contrapor, dentre outras questões, a divisão sexual do trabalho. No Brasil, seu encontro com o sindicalismo se dá nas décadas de 70 e 80, quando as mulheres engajadas no mercado de trabalho buscam filiar-se às entidades de classe à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Nas décadas de 1980 e 1990, contudo, percebe-se que os altos índices de filiação feminina não guardam proporção com a participação das mulheres nas diretorias dos sindicatos. Elas despertam para a existência de uma sub-representação o que motiva a aprovação da política de cotas pela CUT em 1993 incorporada pela Força Sindical em 1997. Em que pese sua importância, tal medida não foi assumida efetivamente pelas entidades sindicais, sendo unânime a compreensão de que sozinha, não tem o condão de reduzir a assimetria nos postos de poder.

A divisão sexual do trabalho tem como consequência a segregação das mulheres ao setor de serviços, fazendo delas maioria nas categorias de educação, saúde, emprego doméstico e na indústria, no setor têxtil e de vestuário cujas bases são majoritariamente femininas. Observou-se que a feminização das categorias influencia para uma maior presença de mulheres nos quadros dirigentes dos sindicatos, mas esta ainda não se define como majoritária. Acerca das categorias cujas bases são majoritariamente masculinas foi possível observar que a participação das mulheres, embora restrita, existe. Este fato apareceu ressaltado quanto à categoria dos metalúrgicos.

A partir da percepção de que os estudos que aprofundam no tema comumente se limitam a compreender e explicar os motivos da restrita participação feminina nos quadros diretivos das entidades sindicais, foi proposta uma ampliação do operador analítico para relacionar classe social e prova com fundamento na teoria da individuação que tem como expoente o autor Danilo Martuccelli. Com esta proposta, a pesquisa passou a centralizar-se nas mulheres que ocupam cargos de direção nas entidades sindicais, de forma mais específica, naquelas entidades cuja base da categoria é majoritariamente masculina. Tudo isto se deu com o intuito de observar o aspecto da transgressão dessas mulheres que existem onde não deveriam, visando identificar as provas às quais foram submetidas ao longo da vida, como responderam a elas e como foram por elas forçadas.

O SINDMETALMOC foi selecionado por atender os critérios para a pesquisa. Depois de compreendida sua origem histórica e seus limites de atuação tanto quanto ao território e a categoria profissional que abrange, traçou-se o perfil da mulher dirigente desta entidade sindical: ingressa como diretora na casa dos 30/35 anos, é casada, em sua profissão desempenha atividade estritamente relacionada ao setor de produção relativo à categoria dos metalúrgicos, normalmente ocupa cargos diretores secundários ou suplentes, sem poder de

decisão e gestão junto à categoria que representa, sendo que funciona como diretora com grande transitoriedade.

Da análise das entrevistas realizadas e observando os critérios propostos pela sociologia da individuação e sua teoria das provas, foi possível identificar os desafios comuns aos quais estas mulheres foram submetidas ao longo de suas trajetórias de vida. As 3 primeiras provas identificadas estão no quadro institucional uma vez que as mesmas se relacionam à família, à escola e ao trabalho. São elas respectivamente: a origem familiar de poucos recursos financeiros, o ingresso e permanência na escola e a permanência no trabalho. Foi possível identificar, ainda, uma última prova a qual as mulheres entrevistadas estiveram comumente submetidas que está na dimensão do vínculo social – a relação consigo mesma – expressa na construção da identidade pessoal.

Todas as provas foram significativas e marcantes na trajetória de vida das entrevistadas, contribuindo para que as mesmas forjassem suas personalidades. Contudo a prova que as aproximou das atividades sindicais e fez-lhes despertar o interesse pelas ações do SINDMETALMOC está relacionada às situações vivenciadas pelas mesmas que, de uma forma ou de outra, tenham colocado em risco a permanência destas mulheres no trabalho privando-as do mesmo.

Esta circunstância proporcionou uma tomada de consciência que alterou a atitude das entrevistadas sendo este o fator determinante na trajetória de vida das mesmas que as impulsionou a tornarem-se diretoras sindicais. O aspecto da necessidade decorrente do risco iminente de privação do trabalho motivou as mulheres a conhecerem o movimento sindical passando a admirar e respeitar o sindicato representativo de sua categoria profissional, a conhecer o seu trabalho e buscar envolver-se com as questões de classe.

Arelada a esta alteração de consciência e de atitude das entrevistadas está a iniciativa dos dirigentes do sexo masculino que, reconhecendo esta mudança de atitude, passam a valorizá-la convidando as mulheres para compor o quadro diretivo do sindicato. A aquiescência quanto ao ingresso das mulheres na diretoria do SINDMETALMOC por parte dos homens dirigentes é um fator determinante para que as mulheres se tornassem dirigentes sindicais.

Com este estudo foi possível observar que a possibilidade iminente de privação do trabalho transforma as mulheres. Ainda que a característica predominante de sua personalidade seja marcada pela resiliência ou resignação, no momento em que se percebem em risco de serem tolhidas do trabalho resistem a esta situação. Despertando para as

possibilidades que há para mantê-lo, encontram no engajamento no movimento sindical uma dessas possibilidades.

Uma vez inseridas na organização sindical estas mulheres desenvolvem uma consciência de classe e a sua permanência no trabalho deixa de ser prioridade. O que elas passam a perseguir envolve um objetivo maior ligado à proteção dos trabalhadores na relação laboral. Destinadas a cargos diretivos secundários, são valorizadas por talentos ligados ao universo feminino como curiosidade, destreza, atenção, organização. Optam por se tornarem os olhos e os ouvidos do ente coletivo na fábrica reportando-lhe todas as necessidades dos trabalhadores em suas diversas dimensões: saúde, econômica, social, etc...

Transgridem regras quando resistem à privação do trabalho, quando se interessam e participam das atividades sindicais e quando aceitam o convite para compor a diretoria de um sindicato de base constituída majoritariamente por homens, ocupando cargos onde estes dominam. Conquistam o respeito da categoria que representam dentro e fora da fábrica tornando-se referência em termos de segurança para os trabalhadores.

As pesquisas centradas na participação das mulheres na organização sindical não devem se limitar a compreender os motivos pelos quais esta se dá de uma forma restrita. É importante avançar e aprofundar no aspecto da transgressão e na ampliação do operador analítico que relaciona classe social e prova para compreender o que distingue estas mulheres e, para além do seu perfil, buscar determinar uma tipologia a fim de investigar o comportamento estratégico das mulheres dirigentes sindicais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. CABRAL, Maria do Socorro Reis. O Novo Sindicalismo e o Serviço Social: Trajetória e Processos de Luta de uma Categoria. São Paulo: Cortez, 1995.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil (1978 – 1998). IN: Revista de Sociologia Política, Curitiba, Novembro de 2000, p. 111-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15>. Acesso em: 10/10/2014.

ANTUNES, Ricardo. O que é Sindicalismo. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

\_\_\_\_\_. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. Diez tesis sobre el trabajo del presente (y el futuro del trabajo). In: NEFFA, Júlio; TOLEDO, Enrique; TERRA, Leticia. Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales. Buenos Aires: Clacso, 2009. p. 29-44. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/neffa1/04.pdf>, acesso em 11.03.2015.

\_\_\_\_\_. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. IN: Educação e Sociedade, v.25, n. 87 – Mai/ Ago. 2004, p. 335-351.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Gênero nos Estudos do Trabalho. IN: Gênero nas Fronteiras do Sul, 2005, p. 85-96. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/colenc.02.a07.pdf>. Acesso em: 07.01.2014.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e Relações de Gênero no contexto da Reestruturação Produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel B. da. (org.) Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo, Editora 34, ABEP, NEPO/ UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, 2000, pp.309-346.

BERTOLIN, Patrícia Turman Martins; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou Invisíveis? A participação das Mulheres nos Sindicatos. IN: Caderno Espaço Feminino. V. 25, n. 1, 2012. P. 28- 53. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/13656/11077>. Acesso em 07.01.2014.

BOITO JÚNIOR, Armando. NORONHA, Eduardo. RODRIGUES, Iram Jácome. RODRIGUES, Leôncio Martins. NOVAES, Regina Reyes. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

BORGES, Altamiro. Origem e Papel dos Sindicatos. IN: II Módulo do Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologia da Formação (Região Norte), p. 08-13, Nov. 2007, Manaus. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/f746cadernodetextosIImodulocursonorte.pdf>>. Acesso em: 29.04.2014.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar Editor Ltda., 2012.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e gerência In: **Trabalho e capital monopolista**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p.47-134. (I Parte)

BRITO, Robson Pereira. A Atuação Sindical em Tempos de Reestruturação Produtiva: o Caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Montes Claros. Monografia (graduação em Ciências Sociais). UNIMONTES, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 13-58.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 537/572, set/dez. 2007.

CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1877 – 1944). São Paulo: Difel Difusão Editoras S.A., 1984.

\_\_\_\_\_. Classes Sociais e Movimento Operário. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

CARRANO, Paulo. Jovens, Escolas e Cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Comunica\\_Carrano\\_luso\\_brasileiro\\_sociologia\\_educacao.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Comunica_Carrano_luso_brasileiro_sociologia_educacao.pdf). Acesso em 23.01.2015.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no Espaço Sindical. In: Estudos Feministas, v. 3, n. 1, 1995, p. 29-51. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16913/15475>. Acesso em: 07/01/2014

COGGIOLA, Osvaldo. O Movimento Operário nos Tempos do Manifesto Comunista. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cehal/downloads/textos/ATT00599.pdf>. Acesso em: 03/07/2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL): *Participación, liderarazgo y equidad de gênero em América Latina y El Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 1999. Disponível em:

<http://www.revistainterforum.com/espanol/articulos/052701artprin2.html>. Acesso em: 11.01.2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS DA CUT – A CNM/CUT; CANADIAN AUTO WORKERS - CAW. Quem são as dirigentes metalúrgicas no Brasil? São Bernardo do Campo, SP: CNM/ CUT, 2010. Disponível em: <http://www.cnmcut.org.br/midias/arquivo/187-versao-diagramada-final-com-reparos.pdf>. Acesso em: 13.03.2015.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Editora LTr, 2008.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 146, Aug. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742012000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 03/07/2014

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 45-63 e 247-328.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Sobre o Sindicalismo. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DE METALÚRGICOS DA CUT SÃO PAULO – FEM-CUT/SP; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Trabalhadoras em luta: perfil das mulheres dirigentes metalúrgicas do estado de São Paulo. Abril de 2011. Disponível em: [http://www.smabc.org.br/Interag/temp\\_img/%7B80BEA476-0A84-4E3A-B220-F60EF574FC92%7D\\_trabalhadoras-em-luta.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B80BEA476-0A84-4E3A-B220-F60EF574FC92%7D_trabalhadoras-em-luta.pdf). Acesso em: 13.03.2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa. In: FERREIRA, Marina Baird (coord.). 7. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Mulheres e Homens em Sindicato Docente: um Estudo de Caso. In: Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 122, p. 391/410, mai/ago. 2004.

FORD, Henry. Minha vida e minha obra. Rio de Janeiro: Brand, s.d.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação, v.4, n. 40, p. 168/194, jan./abr. 2009.

GIULANI, Paola Capellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011, p. 640-668.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais – A construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado: para além do socialismo. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. Disponível em:

[http://minhateca.com.br/viniciusbarbosadearaujo/Gorz\\*2c+Andr\\*c3\\*a9/Gorz\\*2c+Andr\\*c3\\*a9+-+Adeus+ao+Proletariado,82947770.pdf](http://minhateca.com.br/viniciusbarbosadearaujo/Gorz*2c+Andr*c3*a9/Gorz*2c+Andr*c3*a9+-+Adeus+ao+Proletariado,82947770.pdf). Acesso em: 07.01.2015.

GORZ, André. *Les Chemins du Paradis. L'agonie du capital*. Paris: Editions Galilée, 1983 citado por SILVA, Josué Pereira da. O "Adeus ao Proletariado" de Gorz, vinte anos depois, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n48/a09n48.pdf>. Acesso em: 04.01.2015.

GRAMSCI, Antônio. Americanismo e fordismo In: *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.p.375-413.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu, Campinas*, n. 22, p. 201-246, jun. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniëlle. *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 595/609, set/dez. 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. *Força e fragilidade do modelo japonês*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, n. 12, Aug. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 07.07.2014.

HOUAISS, Antônio. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 4 ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IANNI, Octávio. *O mundo do trabalho*. São Paulo em Perspectiva, no. 8, v. 1, 1994,p.2-12. Disponível em <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf)>, acesso em 20.07.2013

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. 2001. Disponível em [dutracarlito.com/dicionario\\_de\\_filosofia\\_japiassu.pdf](http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf). Acesso em 19.01.2015.

LEITE, Márcia. *O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo*. Recife, *A Informalidade revisitada: Das origens às novas abordagens*, *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET*, 2009. Disponível em <<http://www.abet-trabalho.org.br/anais/2009/Anais-XI-Completo.pdf>>, acesso em 20.01.14

LEONE, Eugenia Troncoso. TEIXEIRA, Marilane Oliveira. *As Mulheres no Mercado de Trabalho e na Organização Sindical*. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_8/abep2010\\_2200](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_2200). Acesso em: 07.01.2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <https://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/nuh-educacao-genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>. Acesso em: 08.01.2015

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, Dec. 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 May 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>.

MARTINIC, Rodolfo. SOTO, Nicolás. La Sociología en los Tiempos del Individuo. Entrevista a Danilo Martuccelli. *Revista ½ Vínculo*. Ano I. N. 01. 2010. Disponível em: <https://doblevinculo.files.wordpress.com/2011/01/entrevista-a-danilo-martuccelli.pdf>. Acesso em: 23.01.2015.

MARTUCCELLI, Danilo. La Individuación como Macrosociología de la Sociedad Singularista. *Persona Y Sociedad*. Vol. XXIV, N. 03. Ano 2010. P. 9-29. Disponível em [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Martuccelli\\_La\\_individuacion\\_como\\_macrosociologia\\_de\\_la\\_sociedad\\_singularista.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Martuccelli_La_individuacion_como_macrosociologia_de_la_sociedad_singularista.pdf). Acesso em: 23.01.2015.

MARTUCCELLI, Danilo. Lecciones de Sociología del Individuo. *Revista do Departamento de Ciências Sociais*. Pontifícia Universidad Católica Del Peru. Agosto de 2007. Disponível em: [http://departamento.pucp.edu.pe/ciencias-sociales/files/2012/06/Martuccelli-Lecciones\\_de\\_sociologia\\_del\\_individuo2.pdf](http://departamento.pucp.edu.pe/ciencias-sociales/files/2012/06/Martuccelli-Lecciones_de_sociologia_del_individuo2.pdf). Acesso em 23.01.2015.

MARX, Karl. *Formações Econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. [coleção “Os Economistas”].

MEDEIROS, 2008. A Organização das Mulheres e a Política de Cotas na CUT: Avanço ou Retrocesso? IN: *Igualdade é o Máximo, Cota é o Mínimo*. As Mulheres no Mundo Sindical. Agosto de 2008. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05609.pdf>. Acesso em: 07.01.2014.

MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2002.

OLIVEIRA, Eleonora Menecucci de. *A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho*. São Paulo: CUT, 1999.

OLIVEIRA, Alecilda A. Alves. As contribuições da teoria marxista para os “estudos de gênero” e movimento feminista. Disponível em: <http://seminariomarx.com.br/eixo09/As%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20da%20teoria%20marxista%20para%20os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 20.05.2015.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-39.

PINTO, Lucas de Matos Sardinha. Do Papel Social à Individuação: as sociologias do indivíduo e suas implicações para a pesquisa educacional. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5392\\_3307.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5392_3307.pdf). Acesso em: 23.01.2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/genero\\_joan\\_scott.pdf](file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/genero_joan_scott.pdf). Acesso em: 12.02.15.



SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; SPOSITO, Marília Pontes. Como os indivíduos se tornam indivíduos? Entrevista com Danilo Martuccelli. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 1, Mar. 2013. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100016&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100016>.

SILVA, Josué Pereira da. O “Adeus ao Proletariado” de Gorz, vinte anos depois, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n48/a09n48.pdf>. Acesso em: 04.01.2015.

SINDEAUX, Roney Versiani. *Mercado de Trabalho e Controle do Processo de Trabalho na Indústria: Um Estudo do Norte de Minas*. Tese de Doutorado. Minas Gerais: UFMG, 2012.

SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Atual; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

SOARES, João Bernardo Maia Viegas. *A Produção de Si Mesmo*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte (9): 3-17, jul. 1989. Disponível em: Acesso em:

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, p. 573/594, set/dez. 2007.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. CORCIONE, Domingos. Concepções e Correntes Sindicais no Brasil. IN: *II Módulo do Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Concepção, Prática Sindical e Metodologia da Formação (Região Norte)*, p. 08-13, Nov. 2007, Manaus. Disponível em <<http://www.contag.org.br/imagens/f746cadernodetextosIImodulocursonorte.pdf>>. Acesso em: 29.04.2014.

SOUZA, Carlos Eduardo de; FIGUEIREDO, Lorene. *Do Novo Sindicalismo ao Sindicalismo Novo: Desafios e Perspectivas para as Organizações Classistas dos Trabalhadores*. Disponível em [http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lorene\\_Figueredo\\_e\\_Carlos\\_Eduardo\\_de\\_Souza\\_do\\_novo\\_sindicalismo\\_ao\\_sindicalismo\\_novo.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lorene_Figueredo_e_Carlos_Eduardo_de_Souza_do_novo_sindicalismo_ao_sindicalismo_novo.pdf). Acesso em: 10.10. 2014.

TABAK, Fanny. TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*: Editora Atlas, 1980.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PELATIERI, Patrícia. Mercado de Trabalho Feminino e Sindicalização. IN: *Igualdade é o Máximo, Cota é o Mínimo. As Mulheres no Mundo Sindical*. Agosto de 2008. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05609.pdf>

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre Sindicato*. São Paulo: kairós, 1978.

**APÊNDICES**

**Apêndice 1** Composição da base da categoria representada pelo SINDMETALMOC segundo o sexo, em termos absolutos para o ano de 2013

Município	SA Fechada		Sociedade QT Ltda		Firma Mercantil Individual		Sociedade Simples Ltda		Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Brasília de Minas	0	0	54	0	4	0	0	0	0	0	58	0
Coração de Jesus	0	0	10	0	23	0	0	0	0	0	33	0
Francisco Sá	0	0	39	1	29	2	0	0	0	0	68	3
Grão Mogol	5	0	13	1	1	0	0	0	0	0	19	1
Ibiai	0	0	1	0	10	0	0	0	0	0	11	0
Itacarambi	3	0	44	0	3	0	0	0	0	0	50	0
Jaíba	0	0	323	6	39	1	0	0	0	0	362	7
Janaúba	0	0	331	18	76	6	0	0	1	0	408	24
Januária	14	0	185	22	44	1	0	0	0	0	243	23
Jequitai	0	0	9	0	2	0	0	0	0	0	11	0
Manga	0	0	13	0	7	0	0	0	0	0	20	0
Mato Verde	0	0	31	0	20	0	0	0	0	0	51	0
Mirabela	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	5	0
Monte Azul	0	0	8	1	36	1	0	0	0	0	44	2
Montes Claros	539	32	3008	117	366	6	2	0	44	6	4016	161
Nova Porteirinha	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Porteirinha	0	0	37	0	21	0	0	0	0	0	58	0
Rio Pardo de Minas	0	0	5	0	12	0	0	0	0	0	17	0
Salinas	0	0	422	4	47	13	0	0	0	0	471	17
São Francisco	0	0	19	0	24	1	0	0	0	0	43	1
Taiobeiras	0	0	217	3	74	1	0	0	0	0	291	4
Ubai	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7	0
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>32</b>	<b>4777</b>	<b>173</b>	<b>843</b>	<b>32</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>45</b>	<b>6</b>	<b>6287</b>	<b>243</b>

Fonte: RAIS/CAGED (2013)

Composição da base da categoria representada pelo SINDMETALMOC segundo o sexo, em termos percentuais para o ano de 2013

Município	SA Fechada		Sociedade QT Ltda		Firma Mercantil Individual		Sociedade Simples Ltda		Empresa Individual de Responsabilidade Ltda (De Natureza Empresária)		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Brasília de Minas	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Coração de Jesus	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Francisco Sá	0%	0%	97,5%	2,5%	93,55%	6,45%	0%	0%	0%	0%	95,77%	4,23%
Grão Mogol	100%	0%	92,86%	7,14%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	95%	5%
Ibiai	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Itacarambi	100%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Jafba	0%	0%	92,18%	1,82%	97,5%	2,5%	0%	0%	0%	0%	98,10%	1,90%
Janaúba	0%	0%	94,84%	5,16%	92,68%	7,32%	0%	0%	100%	0%	94,44%	5,56%
Januária	100%	0%	89,37%	10,63%	97,78%	2,22%	0%	0%	0%	0%	91,35%	8,65%
Jequitai	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Manga	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Mato Verde	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Mirabela	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Monte Azul	0%	0%	88,89%	11,11%	97,30%	2,70%	0%	0%	0%	0%	95,65%	4,35%
Montes Claros	94,40%	5,60%	96,26%	3,74%	98,39%	1,61%	100%	0%	88%	12%	96,15%	3,85%
Nova Porteirinha	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Porteirinha	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Rio Pardo de Minas	0%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Salinas	0%	0%	99,06%	0,94%	78,33%	21,67%	0%	0%	0%	0%	96,52%	3,48%
São Francisco	0%	0%	100%	0%	96%	4%	0%	0%	0%	0%	97,73%	2,27%
Taiobeiras	0%	0%	98,64%	1,36%	98,67%	1,33%	0%	0%	0%	0%	98,64%	1,36%
Ubai	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Total	94,60%	5,40%	96,51%	3,49%	96,34%	3,66%	100%	0%	88,24%	11,76%	96,28%	3,72%

Fonte: RAIS/CAGED (2013)

## APÊNDICE 2

### **Transgressão Invisível: a mulher onde a classe operária não tem dois sexos (título provisório)**

#### **Roteiro de Pesquisa, Nov. 2014**

**1. Apresentação:** o enigma desta pesquisa vai centrar-se naquelas mulheres que *existem onde não deveriam existir*, buscando compreender o porquê desta situação. Neste ponto ressalta-se o aspecto da transgressão: o que aconteceu na trajetória de vida dessas mulheres que as impulsionou nesta direção?

**2. Objetivos:** **1)** conhecer a trajetória de vida das diretoras do Sindimetalnoc, **2)** identificar os desafios encontrados durante a trajetória de vida das mesmas, **3)** investigar se há relação entre o modo como essas mulheres enfrentaram esses desafios e o fato das mesmas terem se tornado diretoras sindicais.

#### **3 – Identificação:**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Naturalidade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Estado civil:
- 6) Número de filhos:

#### **Eixo I – Trajetória familiar e escolar:**

- 7) Você poderia me falar um pouco sobre como foi a sua infância?
- 8) Como foi para você a vida em família?
- 9) Em sua casa, como eram divididas as tarefas domésticas?
- 10) Poderia falar um pouco sobre quando começou a frequentar a escola?
- 11) Na escola quais atividades você mais gostava de executar? Por quê?
- 12) Como a escola trabalhava a educação dos meninos e das meninas?
- 13) Participou de alguma organização estudantil? Se sim, fale um pouco sobre esta experiência.

**Eixo II – Trajetória profissional:**

- 14) Você poderia me falar um pouco sobre quando começou a trabalhar?
- 15) Quais foram as atividades remuneradas que você exerceu até hoje?
- 16) Como chegou ao setor da metalurgia?
- 17) Como é a rotina no setor no qual você trabalha?
- 18) Neste setor os homens e as mulheres desempenham as mesmas atividades?
- 19) A chefia é desempenhada por homens ou mulheres?
- 20) Qual a sua opinião sobre o tratamento da chefia para com as mulheres e os homens no seu setor?
- 21) No período em que você não está trabalhando, você se dedica a que tipo de atividades?
- 22) Você considera a sua profissão como um trabalho masculino? Por quê?

**Eixo III – Trajetória sindical:**

- 23) Como você conheceu o movimento sindical?
- 24) Na sua opinião, por quais motivos você foi procurada/convidada para composição da chapa diretora do Sindmetalmoc?
- 25) E quais os seus motivos para se engajar na organização sindical?
- 26) Como a sua família vê a sua atuação na direção do sindicato?
- 27) Percebe-se que há uma grande transitoriedade de diretores no quadro diretivo do Sindmetalmoc ao longo dos anos, principalmente em relação às mulheres. Na sua opinião, quais são os motivos para isso acontecer?
- 28) Houve algum motivo específico para você se desligar/permanecer da/na diretoria do Sindmetalmoc? Qual?
- 29) Você poderia me falar um pouco sobre o seu papel na diretoria do Sindmetalmoc?
- 30) Na sua opinião, foi sua militância que influenciou a sua carreira profissional ou foi a sua carreira que influenciou sua militância?
- 31) Você gostaria de fazer mais alguma consideração?

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

### APÊNDICE 3

#### **Transgressão Invisível: a mulher onde a classe operária não tem dois sexos (título provisório)**

**Roteiro de Pesquisa, Nov. 2014**

#### **1. Apresentação**

**2. Objetivos:** **1)** conhecer a percepção dos diretores quanto à presença das mulheres na categoria profissional representada pelo Sindmetalmoc; **2)** identificar as circunstâncias que, na perspectiva dos diretores, determinam a presença das mulheres na diretoria do Sindmetalmoc; **3)** investigar se a presença dessas mulheres na diretoria estaria relacionada a características específicas das mesmas.

#### **3 – Identificação:**

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Naturalidade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Estado civil:

#### **Eixo I – As mulheres no âmbito da categoria profissional:**

- 6) Você poderia me falar um pouco sobre a categoria profissional representada pelo Sindmetalmoc?
- 7) As mulheres estão presentes nesta categoria profissional? Você poderia me falar um pouco a este respeito?
- 8) Existem diferenças nas atividades desempenhadas pelos trabalhadores da categoria de acordo com o sexo? Por quê?
- 9) Existem diferenças entre os trabalhadores da categoria de acordo com o sexo em termos de salários e de jornada de trabalho?
- 10) Na sua opinião as atividades profissionais desempenhadas por esta categoria profissional poderiam ser consideradas como trabalhos masculinos? Por quê?

**Eixo III – As mulheres no âmbito diretivo sindical:**

- 11) Como é a participação das mulheres da categoria nas atividades sindicais?
- 12) O que faz com que as mulheres da categoria se aproximem do sindicato para filiar-se?
- 13) Na sua opinião, por quais motivos as mulheres se interessam por integrarem a diretoria do Sindmetalmoc?
- 14) Estas mulheres detém características diferentes das demais mulheres da categoria? Quais? (como, p ex, trabalhar em determinada empresa).
- 15) Existem critérios para escolha dos membros das chapas para diretoria do Sindmetalmoc? Quais?
- 16) Percebe-se que há uma grande transitoriedade de diretores no quadro diretivo do Sindmetalmoc ao longo dos anos, principalmente em relação às mulheres. Na sua opinião, quais são os motivos para isso acontecer?
- 15) Você poderia me falar um pouco sobre o papel das mulheres na diretoria do Sindmetalmoc?
- 16) Você gostaria de fazer mais alguma consideração?

Assinatura: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_